UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ISABEL ENGLER

A PRIMEIRA PREFEITA DO BRASIL ALZIRA SORIANO: A LUTA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NA PRIMEIRA REPÚBLICA/LAJES-RN E A PARTICIPAÇÃO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. 1928 A 1930.

CHAPECÓ
2024

ISABEL ENGLER

A PRIMEIRA PREFEITA DO BRASIL ALZIRA SORIANO: A LUTA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NA PRIMEIRA REPÚBLICA/LAJES-RN E A PARTICIPAÇÃO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. 1928 A 1930.

Dissertação apresentada Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.ª Dr. Monica Hass

CHAPECÓ

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Engler, Isabel
A PRIMEIRA PREFEITA DO BRASIL ALZIRA SORIANO: A LUTA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NA PRIMEIRA REPÚBLICA/LAJES-RN E A PARTICIPAÇÃO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. 1928 A 1930. / Isabel Engler. -- 2024.
120 f.:il.

Orientadora: Doutora Monica Hass

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó,SC, 2024.

1. Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino; Alzira Soriano; Sufrágio Feminino; Coronelismo; Primeira República.. I. Hass, Monica, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

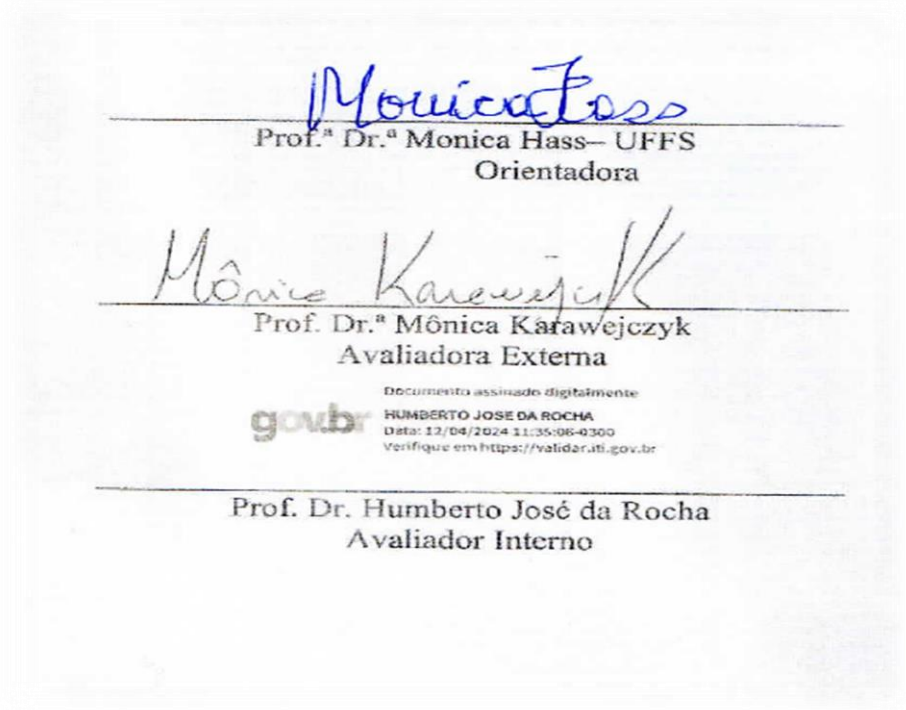
ISABEL ENGLER

A PRIMEIRA PREFEITA DO BRASIL ALZIRA SORIANO: A LUTA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NA PRIMEIRA REPÚBLICA/LAJES-RN E A PARTICIPAÇÃO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. 1928 A 1930.

Dissertação apresentada Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/03/2024.

BANCA EXAMINADORA



AGRADECIMENTOS

Aos familiares, primeiramente agradeço a minha mãe Ivani Cecilia Philippsen por todo amor e carinho que sempre dedicou para mim, pelo seu exemplo de força e determinação. Também por zelar da melhor forma possível pela minha educação, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos. Ao meu pai Artur Engler, que deixou tão cedo a vida, pelas memórias de alegria e felicidade. E aos familiares que nem sempre entenderam esta caminhada de estudo e as ausências, pelos momentos de descontração e festividades.

Agradeço ao meu marido Adriano Rodrigues, que trilha junto comigo o caminho da vida e da história, agradeço pelo amor incondicional. Obrigada pela paciência, pelas palavras de incentivo e encorajamento ao longo de todos esses anos, onde sempre fomos trabalhadores e estudantes.

Agradeço a todos os professores da PPGH, foram grandes incentivadores ao longo das disciplinas. Também meu agradecimento aos professores da banca, Mônica Karawejczyk e Humberto José da Rocha por todas as contribuições, e em especial a minha orientadora Monica Hass, pelo conhecimento compartilhado, pelas inúmeras conversas e orientações durante toda a pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial os colegas e também amigos Letícia Solivo e Carlos Eduardo Cardoso, que desde a graduação e depois no mestrado me acompanharam. Pelo apoio mútuo, todas as conversas, compartilhamento das preocupações, anseios e alegrias. Todos esses momentos foram essenciais para que este processo se tornasse mais leve.

Os anos de escrita deste trabalho foram turbulentos, mas também ao mesmo tempo deram o alento e um propósito a vida. A agradeço a todos que de alguma forma me deram o suporte e amparo necessário, nos diversos espaços da vida.

RESUMO

A participação da mulher na política brasileira é recente. As brasileiras conquistaram direito ao voto, pelo código eleitoral em1932, porém a luta pelo sufrágio feminino no Brasil vinha desde o século XIX, ganhando volume no século XX, em consonância com movimentos sufragistas mundiais. Durante a Primeira República a luta pelo voto recrudesceu, principalmente na década de 1920, surgindo vários grupos de mulheres envolvidas no movimento sufragista. Em 1922, é criada a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), formada por mulheres da elite intelectual e econômica, conduzido por Bertha Lutz, e tendo como principal objetivo o direito ao voto e participação política. O crescimento de grupos de mulheres e políticos favoráveis ao sufrágio feminino, como Juvenal Lamartine do Rio Grande do Norte, permitiram avanços na luta pelo voto feminino. Em 1927 é aprovado o voto as mulheres no Rio Grande do Norte, onde a FBPF tinha ligações com lideranças da oligarquia estadual. Nas primeiras eleições municipais do estado, em 1928, é eleita uma mulher, Alzira Soriano em Lajes (RN). Ela era a filha mais velha do coronel da cidade de Lajes/RN: Miguel Teixeira. Alzira também mantinha contato com a líder da FBPF, Bertha Lutz. A pesquisa tem como finalidade analisar, a partir de estudo de caso de Alzira Soriano, a inserção da mulher na política, dentro do contexto histórico do sistema coronelista, e compreender a relação da Federação e da sua líder Bertha Lutz, com a eleição da primeira prefeita eleita no Brasil. O estudo se desenvolve, principalmente a partir de três fontes que mostram a ligação de Alzira Soriano com a FBPF e o contexto coronelístico. O jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro, usado pela FBPF para divulgação de suas ações; correspondências de Alzira Soriano e Bertha Lutz e a biografia "*Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos primeira mulher eleita prefeita na América do Sul"* (1993) escrito pela jornalista Heloisa de Souza. O estudo de caso da eleição de Alzira Soriano mostra a importância de sua eleição e do seu mandato para a luta pelo voto feminino no âmbito nacional na década de 1920, ao mesmo tempo em que não houve um desprendimento integral do contexto coronelístico.

Palavras-Chave: Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino; Alzira Soriano; Sufrágio Feminino; Coronelismo; Primeira República.

ABSTRACT

Women's participation in Brazilian politics is recent. Brazilian women gained the right to vote, through the electoral code in 1932, but the fight for women's suffrage in Brazil had been going on since the 19th century, gaining momentum in the 20th century, in line with global suffrage movements. During the First Republic, the struggle for the vote intensified, especially in the 1920s, with the emergence of several groups of women involved in the suffrage movement. In 1922, the Brazilian Federation for Women's Progress (FBPF) was created, formed by women from the intellectual and economic elite, led by Bertha Lutz, and having as its main objective the right to vote and political participation. The growth of women's groups and politicians in favor of women's suffrage, such as Juvenal Lamartine from Rio Grande do Norte, allowed progress in the fight for women's suffrage. In 1927, women were approved to vote in Rio Grande do Norte, where the FBPF had links with leaders of the state oligarchy. In the first municipal elections in the state, in 1928, a woman was elected, Alzira Soriano in Lajes (RN). She was the eldest daughter of the colonel from the city of Lajes/RN: Miguel Teixeira. Alzira also maintained contact with the leader of the FBPF, Bertha Lutz. The research aims to analyze, based on a case study by Alzira Soriano, the insertion of women in politics, within the historical context of the coronelista system, and understand the relationship between the Federation and its leader Bertha Lutz, with the election of the first elected mayor in Brazil. The study is developed mainly from three sources that show Alzira Soriano's connection with the FBPF and the coronelistic context. The newspaper O Paiz do Rio de Janeiro, used by the FBPF to publicize its actions; correspondence from Alzira Soriano and Bertha Lutz and the biography “Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos, the first woman elected mayor in South America” (1993) written by journalist Heloisa de Souza. The case study of Alzira Soriano's election shows the importance of her election and her mandate for the fight for female suffrage at the national level in the 1920s, at the same time that there was no complete detachment from the coronelistic context.

Keywords: Brazilian Federation for Women's Progress; Alzira Soriano; Women's Suffrage; Colonelism; First Republic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.....28
Figura 2 – Cangaceiro Jararaca em 1927.....30
Figura 3 - Pais de Alzira Soriano.....40
Figura 4 - Alzira Soriano aos 17 anos.....42
Figura 5 -. Alzira Soriano.....46
Figura 6- Leolinda de Figueiredo Daltro.....56
Figura 7 - Bertha Lutz.....60
Figura 8 - Cabeçalho da seção *Feminismo* do jornal *O Paiz*.....65
Figura 9 -. Inauguração da estação ferroviária de Lajes- 1918.....72
Figura 10 -‘Americanized” town Elects Brazil’s First Woman Mayor.....75
Figura 11 -. A Primeira Prefeita Brasileira.....78
Figura 12 - PALAVRAS À LEADER!.....81
Figura 13 - Após o luminoso exemplo do Rio Grande do Norte.....82
Figura 14 - 30 DE DEZEMBRO DE 1928- TRIADE.....83
Figura 15 - Alzira Soriano no dia de sua posse.....84
Figura 16- Galeria de ex-prefeitos de Lajes- Alzira Soriano.....86
Figura 17: Primeiro ano de governo da primeira prefeita da América do sul.....96
Figura 18: Gabinete da Prefeita de Lajes.....97
Figura 19: Caricatura de Alzira Soriano.....109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSD	Partido Social Democrático
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
LEIM	Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher
PRF	Partido Republicano Feminino
RN	Rio Grande do Norte
UDN	União Democrática Nacional
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

SUMÁRIO **9**
1 INTRODUÇÃO **10**
2 AS OLIGARQUIAS DO RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA **22**
2.1 CORONÉIS DO AÇÚCAR (1889-1924) 27
2.2 OS CORONÉIS DO ALGODÃO 32
2.2.1 Governador José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928) **34**
2.2.2 Governador Juvenal Lamartine (1928-1930) **36**
2.3 LUISA ALZIRA TEIXEIRA DE VASCONCELOS: A FILHA DO CORONEL 40
3 A LUTA PELO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL **47**
3.1 SÉCULO XIX: O INICIO DO DEBATE SOBRE O VOTO FEMININO E A CRIAÇÃO DE PERIÓDICOS FEMINISTAS NO BRASIL 48
3.2 A LUTA PELO SUFRÁGIO NA VIRADA PARA O SÉCULO XX 54
3.2.1 Partido Republicano Feminino **55**
3.3 A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO (1922-1930) 59
3.3.1 O Voto feminino no Rio Grande do Norte **64**
4 ALZIRA SORIANO: A PRIMEIRA PREFEITA BRASILEIRA **71**
4.1 A ELEIÇÃO DA PRIMEIRA PREFEITA BRASILEIRA: ALZIRA SORIANO 71
4.2 ALZIRA SORIANO E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO 76
4.3 A PREFEITA ALZIRA SORIANO: A BUSCA DE UM BOM MANDATO 84
4.4 ALZIRA SORIANO A FRENTE DA FAMÍLIA 107
5 CONCLUSÃO **110**
FONTES 113
REFERÊNCIAS **114**
ANEXO 1 119
ANEXO 2 120

1 INTRODUÇÃO

A participação da mulher na política brasileira, do ponto de vista histórico é recente, mas envolveu uma longa luta pelo reconhecimento dos seus direitos. O feminismo no Brasil inicia no século XIX e toma forma mais expressiva no início do século XX, sustentado pelas pautas de igualdade de direitos, principalmente pela luta ao direito da mulher de votar e ser votada, influenciado por movimentos internacionais.

Internacionalmente as lutas e manifestações das mulheres eram esparsas até a metade do século XIX, e a partir da segunda metade do século há uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O movimento sufragista espalhou-se pela Europa e pelos Estados Unidos, e no Brasil vão surgir grupos de mulheres organizados desde o início do século XX.

Com a instalação da República, em 1889, os brasileiros adquiriram o direito de votar em seus governantes, em eleições periódicas. As discussões sobre o voto feminino já aconteceram no Brasil antes da constituinte de 1891, na qual foram incluídos como eleitores, os cidadãos brasileiros acima de 21 anos. As mulheres continuaram excluídas do voto, e "[...]conforme senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo 'cidadão' no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente homens". (PINTO, 2003, p. 16). Na forma como estava escrito na Constituição não constava que as mulheres não poderiam votar e em todo o tempo em que vigorou a Constituição de 1891, várias mulheres tentaram se alistar.

O número de votantes era reduzido, era preciso comprovar a renda de 200 mil-réis. E com a aprovação Lei Saraiva [1]em 1881 o numerando de votantes ficou ainda mais reduzido, principalmente por essa lei excluir os analfabetos do processo eleitoral. Considerando que o primeiro Censo Demográfico realizado no Brasil, no ano de 1872, acusou uma taxa de analfabetismo de 82,3%, para a população de cinco anos ou mais. Essa reforma eleitoral reduziu de 1.114.066 para 145.000 eleitores, representando 1,5% da população total.

Após a Lei Saraiva, foi elaborada em 1892 uma nova lei, estabelecendo novas regras para o alistamento até então feito pelo judiciário. Nesse novo formato, cada munícipio elegia uma comissão de cinco eleitores escolhidos por membros do governo municipal que decidiam

[1] LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. In: **Aedos,** N. 11, V. 4, set. 2012. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/30737. Acesso em: 20 jan. 2023.

se o votante era apto; este processo facilitou a politização do alistamento eleitoral. Em 1916 o judiciário voltou a ter a responsabilidade sobre o processo de qualificação eleitoral, mesmo assim essas mudanças não deram fim as fraudes (NICOLAU, 2002, p.27-29).

Nesse período, o Brasil estava inserido num contexto coronelístico das oligarquias rurais, onde os estados tinham grande peso na política nacional, característica que permaneceu até 1930. Dentro das oligarquias, em um espaço de estrutura patriarcal, algumas mulheres vão se destacar pela participação política, inclusive com apoio dos coronéis[2], como Alzira Soriano.

O acesso a alfabetização das mulheres foi como ponto de partida, para buscarem mais participação na sociedade. Há um contexto de mudanças em alguns espaços no Brasil, a partir de 1910, e mesmo nas regiões mais interioranas, o discurso de levar o progresso está muito presente. Já nas regiões mais centrais, como as capitais, o desenvolvimento urbano gera novo impulso, bem como os movimentos operários, as greves de 1917, a criação do Partido Comunista Brasileiro e a Semana de Arte Moderna em 1922. Os movimentos conduzidos por mulheres também começaram a se manifestar em maior número.

No século XX ocorre as formações de alguns grupos de mulheres. Em 1910 é criado o Partido Republicano Feminino (PRF). A formação deste partido chama atenção, pois é um partido composto por mulheres, que até então não tinham direito a participação política. As principais fundadoras do partido são a professora Leolinda Daltro[3]e a poetisa Gilka Machado.

No ano de 1922 foi criado um grupo composto por mulheres mais focado na questão do voto feminino, chamado Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), tendo como liderança Bertha Lutz, graduada em Biologia pela Sorbonne, uma mulher com uma trajetória excepcional, que pertencia a elite, tanto intelectual, quanto econômica brasileira.

As principais líderes da FBPF eram mulheres com formação acadêmica e entre as profissões estão: jornalistas, médicas, engenheiras, professoras, advogadas. A luta pelo sufrágio

---

[2] O coronel pode ser aquele que em função de algum recurso estratégico, em geral a posse de terra exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso a sociedade e a política. Compreendemos o coronelismo principalmente através das obras LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.
CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio De Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997.
CARVALHO, José Murilo de. Metamorfoses do coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 maio de 2001, p. 4.
JANOTTI, Maria Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

[3] Ver mais sobre o PRF e Leolinda Daltro em: KARAWEJCZYK, Mônica. **Os primórdios do movimento sufragista no Brasil**: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. Estudos Ibero-Americanos, v. 40, p. 64-84, 2014.
PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção história do povo brasileiro) 2003. p.120.

feminino gerava muitas controvérsias na sociedade da época, e o fato de que as principais líderes da FBPF pertenciam a uma elite econômica e política, influenciou muito na forma como atuavam. Este grupo tinha como pautas principais, o voto feminino, a educação das mulheres, mas não era contestado de forma explicita o patriarcalismo (PINTO, 2003, p. 26).

Por pertencerem a uma elite econômica intelectual, a FBPF buscava o apoio de políticos para mobilizar uma opinião pública a favor do voto das mulheres, a exemplo do político Juvenal Lamartine, do estado do Rio Grande do Norte, nascido em 9 de agosto de 1874, em Serra Negra do Norte, pertencente a oligarquia seridoense. Ele foi deputado federal de 1906 a 1926, senador de 1927 a 1928, e governador do Rio Grande do Norte de 1928 a outubro de 1930. Juvenal Lamartine era próximo a FBPF, levando o debate sobre o voto feminino ao Senado, e se posicionando de maneira favorável ao sufrágio feminino, inclusive no seu estado, Rio Grande do Norte.

A FBPF tinha como um dos seus meios de divulgação das atividades, publicações nos jornais. Destacamos nessa pesquisa, as publicações feitas na seção chamada *Feminismo* no jornal do *O Paiz*, do Rio de Janeiro. Era um jornal diário de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, na época capital federal, que começou a circular em 1º de outubro de 1884.

A seção *Feminismo*, que era assinada por membros da FBPF, começou a ser publicada em outubro de 1927 até setembro de 1930 (ELIAS; KARAWEJCZYK, 2021). Neste espaço, publicavam notícias dos avanços e conquistas das mulheres do Brasil e do exterior, principalmente sobre o sufrágio feminino, as participações em congressos, declarações das associadas e apoiadoras. Nesta seção, publicaram algumas matérias e entrevistas de Alzira Soriano, entre os anos de 1927 a 1930. A abordagem sobre o jornal é de algumas edições da seção *Feminismo*, que tratam sobre o voto no Rio Grande do Norte, e principalmente da eleição de Alzira Soriano, no sentido de analisar como a FBPF noticiou sobre o mandato da primeira prefeita brasileira.

Os direitos políticos, segundo a Constituição de 1891, qualificou como eleitores, os maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei. Estava vedado o alistamento eleitoral, para as eleições federais ou estaduais, aos mendigos, analfabetos e os praças de pré[4], com exceção aos alunos das escolas militares de ensino superior, e aos religiosos. As mulheres não estavam citadas na constituição como não votantes, e com o surgimento de grupos de mulheres

[4] Nome dado aos militares que eram contratados conforme necessidade do governo e recebiam soldo, geralmente tinham baixos salários.

com campanhas pelo voto, usaram como argumento a favor o fato de as mulheres não estarem citadas como não votantes, mas que estariam inclusas na categoria de cidadãos.

E durante toda a Primeira República (1889-1930) a luta pelos direitos ao voto se intensificou, mas também, neste período estava estabelecido o sistema coronelístico-oligárquico, essencialmente patriarcalista. O sistema vigente dava autonomia política ao estado para eleger os seus governadores, além de ser responsáveis pela arrecadação de impostos. A partir de partidos republicanos estaduais, quem conseguisse manter o poder estadual controlava a máquina administrativa e a renda pública (LEAL, 2012, p. 34). Por isso, era importante os coronéis locais manterem uma boa relação com seu o chefe político estadual, pois elegendo o governador de sua oligarquia, significava mais recursos para as localidades onde eram chefes políticos. A exemplo do coronel Miguel de Teixeira, chefe político local nos municípios de Lajes/Jardim de Angicos (Rio Grande do Norte).

Nos munícipios, as condições de estrutura eram precárias, e as oligarquias quando estavam estabelecidas no poder estadual buscavam beneficiar os municípios que eram seus "currais eleitorais".

A República estava mais ligada à oligarquia rural do que a busca por princípios liberais, pois existia uma luta oligárquica rural contra a ideia monarquista centralizadora, na configuração onde os poderes estavam nessas oligarquias rurais e o poder da municipalidade e dos coronéis eram muito importantes. Esse coronel também recebe apoio político de outros de menor influência, deste modo, há toda uma estrutura que se aglomera em torno dos coronéis. Os coronéis, em geral, ocupavam posições políticas importantes no contexto regional de seus estados, integrando as oligarquias estaduais, como no caso, o pai de Alzira Soriano, o coronel Miguel Teixeira (SOUZA, 1993 p. 17).

A manutenção do poder do coronel no município era a base para manter a oligarquia estadual, e era feita a preço de alianças, apadrinhamentos, e também de violência. E para garantir a continuidade do poder ocorriam uma sucessão de pessoas da mesma família nos cargos políticos.

Nas primeiras décadas do século XX, o poder político do Rio Grande do Norte, esteve nas mãos de duas principais oligarquias: a primeira oligarquia Maranhão, comandada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1924), representante da política econômica do eixo açucareiro da região, e a segunda oligarquia Bezerra de Medeiros (1924-1930), comandada por

José Augusto Bezerra de Medeiros, representante político-econômico do eixo algodoeiro do Seridó[5]. (OLIVEIRA, 2017).

O Rio Grande do Norte, assim como a maioria dos estados brasileiros na Primeira República, se constituía como um estado agrário. Os principais produtos de comercialização nesse período eram o açúcar e o algodão, e outros itens em menor quantidade e também a pecuária. As oscilações econômicas, entre os principais produtos produzidos no estado (açúcar e algodão) vão influenciar diretamente no contexto político durante a Primeira República.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão[6], ocupou papel central na política do Rio Grande do Norte no início da Primeira República. A família recebeu sesmarias no século XVII, e se tornaram importantes produtores de açúcar e fortes políticos no estado.

Em 17 de novembro de 1889, dois dias após a Proclamação da República (15/11/1889), Pedro Velho recebeu a administração do Rio Grande do Norte das mãos do último presidente da província, Antônio Basílio Ribeiro Dantas[7]. A República não trouxe grandes mudanças para a política do Rio Grande do Norte. Pedro Velho, eleito constitucionalmente em 02 de fevereiro de 1892, marcou o início do domínio desta oligarquia, que se manteve no poder até 1923. O declínio dos Albuquerque Maranhão veio com a crise na produção de açúcar e crescimento da produção de algodão no estado.

A oligarquia do Seridó, que tinha como principal produto o algodão, cresceu economicamente, o que correspondeu ao crescimento da importância política dessa elite agrária, que chegou ao governo do estado na década de 1920, porém a mudança de oligarquia não significou grandes mudanças no sistema coronelístico- oligárquico.

Em 1924 iniciava-se o ciclo de governadores do Rio Grande do Norte; representantes dos "coronéis" seridoenses o primeiro foi o José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928) sobrinho-neto do coronel José Bezerra de Araújo Galvão, que possuía domínio político de Currais Novos(RN)[8], que também incluía o atual município de Cerro Corá, que ao norte faz

---

[5] Seridó é uma região interestadual localizada no sertão da Região Nordeste do Brasil. Oriunda da antiga região da "Ribeira do Seridó", abrange vários municípios dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Muirakytan K. de Macêdo. História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. ago./set. de 2000. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso 10 de set. de 2023

[6] Pedro Velho formou-se em medicina no Rio de Janeiro e, posteriormente ocupou cargos públicos de inspetor de saúde de saúde e professor do Atheneu Norte- rio-grandense, a primeira escola de instrução pública secundária da província. (MONTEIRO, 2007, p.125).

[7] VELHO, Pedro, CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VELHO,%20Pedro.pdf. Acesso em :14 de nov. 2022.

[8] O nome da cidade tem a origem pela construção de "currais novos" no século XVIII, construídos pelo Capitão-Mór Galvão, que tornaram-se símbolos do desenvolvimento pastoril da região, passando a designar, com o tempo, a fazenda, a capela, o povoado, a vila, e, consequentemente, o próprio município, elevado à condição de cidade em 29 de novembro de 1920. Ver histórico completo em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/currais-novos/historico . Acesso em 31 de out. de 2023.

divisa a Lajes, cidade onde Miguel Teixeira, pai de Alzira Soriano, era chefe político (Anexo 1).

O segundo governador foi Juvenal Lamartine (1928-1930), genro do coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, chefe político de Acari e irmão do coronel Zé Bezerra. A cidade de Acari faz divisa com Currais Novos. As cidades de onde os chefes políticos do estado tinham domínio político, ficavam próximas a Lajes.

O senador Juvenal Lamartine era conhecido por defender a igualdade de direitos políticos para as mulheres e tinha uma relação próxima com a FBPF. Entre uma de suas propostas de governo estava o voto feminino. Durante sua campanha, integrantes da FBPF foram ao Rio Grande do Norte, e engajaram-se na campanha de Juvenal.

Ainda, durante sua campanha política, o ainda governador e correligionário de Juvenal Lamartine, José Augusto Bezerra de Medeiros, sanciona a Lei Estadual n° 660, de 25 de outubro de 1927, tornando-se o primeiro estado do Brasil a conceder os direitos políticos às mulheres.

Em agosto de 1928, foi criada a Associação de Eleitoras Norte-Riograndenses, filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada e coordenada nacionalmente por Bertha Lutz. Neste mesmo ano, também ocorreriam as eleições municipais e a FBPF, mobilizou-se junto com o governador Juvenal Lamartine, para que as mulheres além de poder votar fossem candidatas. Uma das indicadas seria a filha mais velha do Coronel Miguel Teixeira no Município de Lajes[9], Alzira Soriano.

Com o apoio do grupo político da oligarquia Bezerra de Medeiros e da líder feminista Bertha Lutz, Alzira Soriano com 32 anos, disputou as eleições pelo Partido Republicano no dia 2 de setembro de 1928. Elegeu-se prefeita da cidade de Lajes no Rio Grande do Norte, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita no Brasil e América Latina. Ela governou o município de 1929 até outubro de 1930.

O interesse pelo tema da política e da história das mulheres parte de uma trajetória pessoal. O primeiro contato com a história de Alzira Soriano ocorreu através de pesquisa na rede (Google) em 2016, na preparação para uma fala sobre mulher na política, para o encontro do Núcleo de Base da Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista de Saudades, Santa Catarina.

Até então, tinha conhecimento que as mulheres só tiveram direitos políticos a partir de 1934. Em 2017, já durante o curso de graduação em História na Universidade Federal da Fronteira Sul, na disciplina de Teoria e Metodologia da História III, surgiu o desafio de produzir

[9] Atualmente o nome da cidade escreve-se com a letra “j” (Lajes), porém nas fontes da época escrevia-se Lages.

um artigo usando algum tipo de fonte histórica. Por meio da pesquisa de periódicos no site do Arquivo Nacional, foi na coluna chamada *Feminismo* no jornal O Paiz, onde foi possível encontrar várias entrevistas e fotos de Alzira Soriano nos anos de 1927 a 1930.

Após a produção do artigo, a busca continuou na pesquisa de artigos ou livros que falassem sobre Alzira Soriano, encontrando alguns trabalhos sobre o voto feminino que mencionavam sobre Alzira de forma bem sucinta em um ou dois parágrafos, sendo que em um desses artigos, em uma nota de rodapé fazia referência a uma biografia sobre Alzira Soriano. Essa biografia, junto com os jornais já utilizados anteriormente na produção do artigo, se tornaram as fontes principais para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2019.2.

A partir do ano de 2019 inicia-se a digitalização do fundo da FBPF, presente no acervo do Arquivo Nacional, onde no início de 2021 tive contato com cartas de Alzira Soriano e Bertha Lutz, que motivaram a continuar a pesquisa no mestrado, e trazendo, junto com as outras fontes, novas problematizações à pesquisa.

Este estudo motiva-se pela necessidade de se pesquisar mais sobre a luta pelo voto feminino no Brasil, e por ter poucas pesquisas na historiografia mais detalhadas sobre a vida de Alzira Soriano, e principalmente sobre a eleição em 1928. Acreditamos que o acesso as cartas do fundo da FBPF no arquivo nacional, nos ajudam a entender como foi a luta por direitos políticos das mulheres deste grupo, no início do século XX no Brasil. E demonstrar que a luta pelo voto feminino do Brasil, se deu em um processo permanente na Primeira República, e que a conquista do direito das mulheres de votar e ser votada já estava garantido antes de 1932, em alguns estados brasileiros. Demonstrando que a conquista do voto feminino não aconteceu repentinamente, mas, foi resultado de uma somatória de acontecimentos. O caminho da democracia brasileira é recente, e para as mulheres brasileiras mais recente ainda.

A pesquisa tem como objetivo analisar, a partir de estudo de caso de Alzira Soriano, a inserção da mulher na política, dentro do contexto histórico do sistema coronelista, e compreender a relação da FBPF e sua Líder Bertha Lutz com a eleição e mandato da primeira prefeita eleita no Brasil.

E de maneira mais específica averiguar, em um primeiro momento, como atuou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na luta pelo voto feminino no Brasil e a importância da eleição de Alzira Soriano para a luta pelo voto feminino no âmbito nacional na década de 1920. Bem como, examinar como transcorreu o mandato de Alzira Soriano, de 1929 a outubro de 1930, ressaltando-se as ações desenvolvidas e a influência da FBPF e do coronelismo durante o período em que esteve no mandato do município.

O presente estudo ocorre no contexto político da Primeira República. Alzira era filha de um coronel e estava inserida dentro de uma elite agrária local e estadual. A variedade de manifestações políticas, se apresentam de forma particular em cada período histórico, e neste caso, o estudo do contexto histórico da Primeira República, tem como embasamento o campo da nova história política, inaugurada após 1970, a partir dos autores Ciro Flamarion Cardoso (2012), José D'Assunção Barros (2012) e René Rémond (2003). Conforme Cardoso "a história política tendeu a abandonar as ingenuidades do narrativíssimo tradicional em favor de posições mais de acordo com a moderna ciência política" (CARDOSO, 2012, p. 45). A história política perpassa as relações dos seres humanos, quanto às leis, as relações econômicas e sociais.

A política não está dissociada de seus contextos históricos, seus grupos, padrões e rupturas. A Primeira República foi caracterizada pela estrutura política oligárquica ligada ao poder dos coronéis, onde o voto na constituição de 1891 excluía as mulheres, analfabetos, estrangeiros e religiosos[10]. Os coronéis formavam a base das relações políticas da República Oligárquica constituindo uma rede, entre a municipalidade, estado e poder central.

A partir do livro de Vitor Nunes Leal 'Coronelismo, enxada e voto', publicado pela primeira vez em 1949, entendemos o coronelismo como um fenômeno datado e com uma identidade própria da Primeira República. A primeira frase deste livro nos diz que "O fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado 'coronelismo"' (LEAL, 2012, p. 23). A partir de Leal o conceito se difundiu no meio acadêmico. José Murilo de Carvalho (1997) na obra "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual" contribui na revisão dos conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, enfatizando a importância do entendimento desses conceitos, necessários para compreensão das relações de poder no Brasil, durante o período da colônia, império e principalmente Primeira República.

Outros autores que nos ajudaram a compreender as relações coronelísticas e a municipalidade na Primeira República são Maria Lourdes Monaco Janotti (1981) e Maria Efigênia Resende (2011).

Na compreensão sobre a história e constituição da região Nordeste nos aportarmos nas discussões propostas por Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011) no livro 'A Invenção do Nordeste e Outras Artes'.

[10] Art 70 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 19 de abr. de 2019.

Sobre a história do Rio Grande do Norte, destacamos a obra da autora Denise Mattos Monteiro (2007), que traz os aspectos gerais sobre a política, economia e sociedade desse Estado. E outro texto, da mesma autora com o foco no estudo da história política e econômica do Rio Grande do Norte, na perspectiva de estudo regional, "A cultura do algodão no Rio Grande do Norte" presente no livro História em Migalhas (1990), aborda as mudanças econômicas e políticas e a influência do coronelismo e suas práticas.

Os estudos sobre a história das mulheres surgiram como um novo campo de estudo a partir da década de 1960, e inaugurou junto com a nova fase dos movimentos feministas, novos olhares sobre a história das mulheres, buscando aprofundar questões de gênero e relações de poder entre os sexos na academia. Para fundamentar este campo utilizamos a autora Joan Scott (1992).

Para dialogar sobre o feminismo e como a sociedade via a mulher na Primeira República usaremos o texto 'Recônditos do mundo feminino' escrito por Marina Maluf e Maria Lúcia Mott do livro **'**História da vida privada no Brasil República: da Bella Époque à Era do Rádio' (1998).

Com a finalidade de embasar a história da organização do movimento sufragista no Brasil, partimos dos estudos de June Hahner (1981) para compreender a influência que os movimentos sufragistas internacionais tiveram no Brasil, principalmente em relação a ligação do movimento sufragista dos Estados Unidos e Brasil.

Para fazer a discussão inicial sobre feminismo no Brasil utilizamos o livro escrito por Celi Regina Jardim Pinto (2003) para compreender a história do feminismo no Brasil, o chamado, pela autora, de feminismo da "primeira onda", tema que merece ser mais explorado, pois geralmente nas pesquisas é dado mais enfoque ao estudo dos movimentos feministas a partir de 1980 (feminismo de "segunda onda"). Também sobre a história dos movimentos pelo voto destacamos as autoras: Mônica Karawejczyk (2019, 2014); Margareth Rago' (2012); Ana Maria Colling (2021a); o livro organizado por Ana Maria Prestes Rabelo "Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai" (2021), trazendo capítulos que abordam a luta pelo voto das mulheres nos três países.

O feminismo no Brasil, no início do século XX, estava ligado a algumas personalidades, principalmente mulheres de classe média alta que se interessavam pela luta dos direitos políticos das mulheres; neste contexto surge a FBPF. Sobre a atuação da FBPF e a líder do movimento Bertha Lutz, a discussão está presente nos textos 'O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional' (2020) das autoras Carolina Calixto e Viviane

Gouvêa e no texto ‘A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz’ **(**2000), escrito por Rachel Soihet.

A partir da segunda metade do século XIX no Brasil, aparecem manifestações ligadas as discussões sobre igualdade dos sexos e de direito ao voto. Essas estão presentes em jornais ou em colunas de jornais escritos por mulheres, muitas vezes trazendo a autoria com pseudônimos.

A literatura da nova história política dispensa um novo olhar sobre a imprensa, principalmente os periódicos. Através dos jornais é possível perceber os interesses publicitários, jogos de poder, as demandas em determinadas conjunturas. No jornal *O Paiz* do Rio de janeiro, havia uma coluna da Federação Brasileira do Progresso Feminino (FBPB), usado para defender a causa feminista e a divulgação de notícias, dirigida pela presidente da associação Bertha Lutz e Orminda Bastos, consultora jurídica.

O jornal O *Paiz* [11] é fundado no final do Império, em 1884 no Rio de Janeiro, por José João dos Reis Junior. Tinha circulação diária. Teve destaque nos últimos anos da Monarquia com a campanha abolicionista e republicana; o primeiro redator foi Rui Barbosa e logo depois Quintino Bocaiúva. Após a Proclamação da República atingiu sua fase de maior influência na vida política do Brasil, sendo um dos periódicos mais vendidos, e compõe uma das fontes primárias deste trabalho.

Para esta pesquisa utilizamos a coluna do jornal referente à Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, dos anos de 1927 a meados dos anos 1930, onde foram feitas várias reportagens e entrevistas com Alzira Soriano[12]. Para tratar sobre os jornais como fonte de pesquisa, nos aportamos em Tânia Regina de Luca no texto ‘A história dos, nos e por meio dos periódicos’ (2011), que aborda os jornais como importantes instrumentos de pesquisas, o qual nos permite a pesquisa historiográfica.

---

[11] BRASIL, Bruno. O Paiz. Artigos hemeroteca. 2015. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/. Acesso em 03 de dez. 2017.

[12] Edições: FEMINISMO, **O Paiz.** Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1927.
FEMINISMO, **O Paiz.** Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1928.
FEMINISMO, **O Paiz.** Rio de Janeiro. 21 de outubro de 1928.
FEMINISMO, **O Paiz.** Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1928.
FEMINISMO, **O Paiz.** Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1928
Disponível em sequência no link:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=alzira%20soriano&pasta=ano%20192
Acesso em: 04 de maio de 2019.
FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 28 de abril de 1930. Disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_06&pesq=alzira%20soriano&pasta=ano%20193
Acesso em 04 de maio de 2019.

Para compreender a história de Alzira Soriano, também utilizamos como fonte a biografia intitulada ‘Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos primeira mulher eleita prefeita na América do Sul’ (1993) escrita pela jornalista e museóloga Heloisa Maria Galvão Pinheiro de Souza. A biografia fez parte de um concurso de monografias denominado ‘A mulher na história do Rio Grande do Norte’, idealizado pelo Conselho Municipal de Direitos da Mulher, em 1987, em Natal.

Nos auxilia na relação com a biografia e a história, a leitura dos textos ‘História e Biografia’ de Benito Bisso Schmidt (2012) e ‘A biografia como problema’ de Sabina Loriga. Segundo Loriga (1998) a biografia, que voltou a ser problematizada ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, e que aborda o contexto vivido pelo indivíduo, volta à cena, mas não se distanciando do contexto histórico ao qual está inserido e das reflexões necessárias a essa narrativa.

A principal fonte de pesquisa, no entanto, e que trazem ineditismo a este trabalho são as cartas escritas entre 1927 e 1930, trocadas entre Alzira Soriano e Bertha Lutz, também entre Bertha Lutz e o Coronel Miguel Teixeira, e entre Bertha Lutz e o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, disponíveis no Arquivo Nacional no fundo FBPF. As cartas dialogam sobre as ações e estratégias políticas da FBPF e o planejamento das visitas feitas pela representante da FBPF Bertha Lutz a cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte, antes das eleições. Também cartas trocadas entre Bertha Lutz e Alzira, com informações sobre a conjuntura política de Lajes, bem como entrevistas de Alzira concedidas ao jornal através das cartas.

Para a discussão metodológica sobre o uso das cartas nas pesquisas em história, nos aportaremos ao texto de Gustavo Figueira Andrade e Maria Medianeira Padoin ‘A Evolução do Conceito de Fontes Históricas a partir da Nova História Cultural e o Estudo De Cartas’ (2016) e no livro de Ângela de Castro Gomes (2004) “A escrita de si. Escrita da história”. Considerando as reflexões que a “escrita de si” proporciona na constituição e reconstituição das identidades pessoais e profissionais, no percurso histórico da troca de cartas, tendo em conta todas as mudanças políticas e sociais ao longo do percurso estudado.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro com foco no contexto histórico do Rio Grande do Norte na Primeira República, a formação das oligarquias na história do estado, e como estiveram envolvidas nas questões acerca do sufrágio feminino.

O segundo capítulo traz um panorama da luta pelo sufrágio feminino no Brasil, do século XIX ao início do século XX, desde o surgimento dos primeiros periódicos até a criação de grupos feministas que lutavam pelo sufrágio feminino. Destacamos o estudo da Federação

Brasileira pelo Progresso Feminino, o voto feminino no Brasil e no estado Rio do Rio Grande do Norte e os antecedentes da eleição de Alzira Soriano.

No terceiro capítulo abordamos o contexto da eleição de Alzira Soriano, a partir das fontes biográficas, jornalísticas e de cartas pessoais. Analisamos a escrita no jornal *O Paiz* na seção *Feminismo*, e as cartas trocadas entre a primeira prefeita brasileira e Bertha Lutz, buscando compreender, a partir de estudo de caso de Alzira Soriano, a inserção da mulher na política, e a sua ligação com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a líder do movimento Bertha Lutz, antes e durante o seu mandato. Objetiva-se ainda entender a prefeita no ambiente coronelístico, como filha do coronel local Miguel Teixeira, e ligada a oligarquia estadual. Analisamos também a partir das fontes mencionadas, como transcorreu o mandato de prefeita de Alzira Soriano, de 1929 a outubro de 1930, percebendo se mencionam quais foram as obras, as ações desenvolvidas durante o seu governo, e as dificuldades enfrentadas durante esse período.

2 AS OLIGARQUIAS DO RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste capítulo abordamos o contexto histórico do Rio Grande do Norte na Primeira República, quais as oligarquias detinham o poder do estado, e como estiveram envolvidas na trajetória de Alzira Soriano e nas questões acerca do sufrágio feminino. Ao final do capítulo situamos o contexto de vida de Alzira Soriano antes de ser prefeita, como a filha do coronel Miguel Teixeira, o casamento e viúves.

O Rio Grande do Norte esteve sob o mando de duas oligarquias na Primeira República: a primeira ligada à produção açucareira e a segunda à produção do algodão, ambas ancoradas sob o poder dos coronéis. Mesmo com mudanças políticas no estado, como o voto feminino em 1927, não se pode avançar às porteiras sem pedir licença aos coronéis.

O coronelismo estrutura-se a partir do Brasil Colônia, onde aos chefes locais, os senhores de terras e escravos, eram delegados alguns poderes, e lugares em que o poder colonial não conseguia chegar. Até então, não eram chamados de coronéis oficialmente, segundo Carvalho (2001, p.4) "quando a colônia virou Brasil, o coronel, virou coronel, sem aspas".

Com a criação da Guarda Nacional em agosto de 1830, os chefões locais eram nomeados coronéis em cada localidade, ou nomeados para patentes mais superiores, como tenente-coronel, major, seguindo hierarquia de renda e poder que detinham.

A Guarda Nacional de estrutura militar, submetida a sociedade civil tinha o papel de conter e coibir movimentos revolucionários, controlar os escravos, e outros grupos sociais, trabalhando pelo interesse dos donos de terra (JANOTTI, 1981, p. 20).

Podiam fazer parte da Guarda Nacional, homens de 21 a 60 anos com renda maior de 200 mil-réis nas grandes cidades e no restante do país 100 mil-réis. Assim, o governo congregou os senhores de terra, e construiu um mecanismo que juntou o interesse do governo e o poder privado.

A Guarda Nacional, criada a princípio para função de segurança, tornou-se nas mãos dos coronéis um instrumento político-eleitoral com sua estrutura bem consolidada na Primeira República. Segundo Carvalho "A federação de 1891 abriu as portas do paraíso para o coronel. Agora havia um governador de estado que eleito dependia mais dele do que o ministro da justiça" (2001, p.4). O título de coronel atribuído a sujeitos de confiança do poder central, e que tivessem influência sobre a população local.

O coronelismo não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal. Trazendo de maneira geral, tem suas características próprias e variações ao longo do tempo, e que somente estudos baseados nas minúcias regionais conseguiriam trazer aspectos particulares do fenômeno (LEAL, 2012, p. 23).

O federalismo em contraposição ao centralismo do império criou os estados, tendo estes amplos poderes. Antes, o chamado presidente da província era nomeado, considerado alguém de confiança do ministério, muitas vezes não pertencente aquela região e podendo ser removido do cargo. A política dos estados ou dos governadores, consolidou-se no governo de Campos Sales (1898-1902) em 1898 ao apoiar os candidatos eleitos pela política dominante do estado.

A partir da Primeira República os governadores eram eleitos pelos partidos estaduais; em torno dos governadores estavam as elites locais tendo nos coronéis principal representatividade.

Os coronéis pela relação de poder que estabeleciam na localidade que residiam, ocupavam os espaços que seriam do estado no município, segundo Leal (2012, p. 24):

> A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o "coronel" como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas.

A relação desse coronel, estava centrada na base local onde mantinha ao seu redor seus familiares, apadrinhados, correligionários políticos. Esse coronel ocupando posição de chefia usa o poder municipal para benefício próprio.

O governador garantia para baixo o poder através do coronel; e este coronel assegurava sua hegemonia, controlando os cargos estaduais no município, desde o delegado até a professora primária; para cima o governador penhora ao presidente o apoio dos coronéis, usando o eleitorado como barganha.

As demonstrações de poder do coronel em nível local, culminava no voto de cabresto[13] e na manutenção do poder político, e lhe sustenta vantagens relacionadas as questões econômicas, pois no município tinha vantagens para destinação dos recursos financeiros e a

[13] Voto que era destinado ao coronel, ou alguém que o coronel apoiava para a eleição, em troca de favores, arredamentos de terra, proteção etc.

nomeação de funcionários estaduais, sendo que essas nomeações eram influenciadas pelo coronel, como os cargos de:

> Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. Mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios, evita nomeá-los, desde que venha isso a representar quebra de prestígio do chefe político do município (LEAL, 2012, p. 34).

Usando-se de poder público, o coronel garante sua influência sobre a população, garantindo os votos para sua oligarquia estadual. Segundo Maria Lourdes Monaco Janotti (1981, p.37) “como o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer ou pesar nessa barganha, os coronéis revestiam-se de autoridade municipal. Eles comandavam o ‘eleitorado de cabresto’, portanto, eram lídimos integrantes do pacto”. Envolvendo-se presidente, governadores, coronéis e eleitores em uma teia de compromissos recíprocos.

Além de ganhar a eleição, era preciso continuar mantendo o poder local, controlando as câmaras de vereadores, os cargos de juízes e chefe da polícia. Em sintonia com a oligarquia estadual, em troca da garantia de recursos, e de poder sobre as forças militares, para usá-las se necessário, principalmente em tempos de eleição.

A relação com o adversário em tempos de eleição não era nada amigável. No intervalo entre as eleições, o clima entre os adversários poderia ser quase ameno, mas próximo as eleições, depois de definidos os candidatos, cada votante buscava a situação mais propícia.

Os eleitores eram disputados pelos candidatos, alguns persuadidos pela violência, outros pela cobrança de favores ou pela promessa deles, ou troca de lado por causa de uma ofensa pessoal. Assim, o coronel vencendo as eleições municipais, parte para o próximo nível que é negociar o seu apoio e de todos os seus subordinados ao governo estadual.

Sob o mando dos coronéis, que controlavam um município, ou um conjunto deles, se aliavam ao governo estadual, formando as oligarquias locais, geralmente apoiavam o candidato ao governo estadual ligado à sua região. E dependendo da influência do coronel, agrupava os municípios vizinhos sob seu mando, assim tinha maior número de votantes e território para negociar com a oligarquia estadual.

O sistema coronelístico-oligárquico que se estabeleceu na Primeira República, dava autonomia política ao estado para eleger os seus governadores. Cada estado definia como funcionava também as eleições municipais[14].

Segundo Viscardi (2012, p.5 1) a manutenção do regime republicano "baseou-se, sobretudo, na garantia de que seu elemento motor estivesse nas mãos das oligarquias regionais, cujo peso político era diretamente proporcional ao tamanho de suas bancadas e das suas potencialidades econômicas". Assim, a formação das oligarquias, era a consequência, da teia de compromissos formada pelo coronelismo. Segundo Leal (2012, p. 59):

> Em consequência desse fato, reflexo político da nossa organização agrária, os chefes dos partidos (inclusive o governo, que controla o partido oficial) tinham de se entender com os fazendeiros, através dos chefes políticos locais. E esse entendimento conduzia ao compromisso de tipo "coronelista" entre os governos estaduais e os municipais, à semelhança do compromisso político que se estabeleceu entre a União e os Estados. Assim como nas relações estaduais-federais imperava a "política dos governadores", também nas relações estaduais-municipais dominava o que por analogia se pode chamar "política dos coronéis". Através do compromisso típico do sistema, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos governadores e deles recebiam o necessário apoio para a montagem das oligarquias municipais.

A partir de partidos republicanos estaduais, quem conseguisse manter o poder estadual controlaria a máquina administrativa e a renda pública. O governo estadual na tomada de decisões sobre os municípios falava primeiro com o chefe local, o coronel, como descreve Leal (2012, p.34. Grifo nosso):

> Com o chefe local — **quando amigo** — é que se entende o governo do Estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. [...]Se algum funcionário estadual entra em choque com este, a maneira mais conveniente de resolver o impasse é removê-lo, às vezes com melhoria de situação, se for necessário. A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias (cujos quadros de pessoal têm sido muito ampliados), porque também é praxe do governo da União, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos Estados).

A rede de compromissos entre governo estadual e local representado pela figura do coronel é extensa, na qual, o governo prioriza as localidades, que estejam nas mãos dos

[14] Por exemplo: "Em alguns estados havia eleição para o chefe do executivo (o nome variava conforme o estado: prefeito intendente, superintendente, agente do executivo) de todos os munícipios. Em Minas Gerais (entre 1903-30) e no Rio de Janeiro (até 1920), o Presidente da Câmara era responsável pelo executivo. Em alguns estados (Ceará e Paraíba) todos os prefeitos eram indicados pelo governador. " (NICOLAU, 2002, p.27).

‘amigos’. Obras maiores como construção de escolas, edifícios públicos, dependiam em grande parte dos recursos estaduais.

Além dos compromissos públicos do governo do estado com o coronel, o coronel também usa sua influência política para vantagens pessoais; geralmente proprietários de terras necessitam de boas estradas para escoar a produção e assistência médica aos seus dependentes.

O coronelismo é um período datado da Primeira República. Na concepção de Leal (2012) e Carvalho (1997, p.132) “coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos”.

Entretanto, Carvalho em texto de 2001, escrito para o *Jornal do Brasil*, intitulado como ‘As metamorfoses do coronel” revê suas considerações sobre o coronelismo, não tendo um fim abrupto do sistema de poder nacional em 1930, considerando que:

> [...] o centralismo estado-novista destruiu o federalismo de 1891 e reduziu o poder dos governadores e de seus coronéis. Mas os coronéis não desapareceram. Alguns da velha estirpe ainda sobreviveram ao Estado Novo. Chico Romão viveu até a década de 60, assustado ao final da vida com o surgimento das Ligas Camponesas. E surgiu o novo coronel, metamorfose do antigo, que vive da sobrevivência de traços, práticas e valores remanescentes dos velhos tempos (CARVALHO, 2001, p. 4).

A permanência das práticas coronelísticas após a Primeira República, assim como algumas práticas, já estava consolidada antes, no período imperial, como elucida Maria de Lourdes Monaco Janotti (1981, p.7-8):

> [...] as raízes do coronelismo já estavam sedimentadas no Império e, com a República, o coronel apenas amplia seu papel dentro da nova estrutura política. Somente com o desenvolvimento da urbanização e da industrialização, o poder do coronelismo entra em declínio, isto por volta dos anos 40, sem, contudo, poder-se falar em seu desaparecimento.

Dessa relação entre poder privado e poder público, desmembra-se em outras caraterísticas que fazem parte do coronelismo como o mandonismo e o clientelismo. Ocasionalmente estes conceitos são usados de forma inconsistente, como sinônimos do coronelismo. Carvalho (1997, p.133) define o termo mandonismo:

> O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como individuo, é aquele que, em função do controle de algum recurso, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e a sociedade política. O mandonismo não é sistema, é uma característica da política tradicional.

Segundo o autor, o mandonismo existiu desde a colonização e ainda está presente em algumas regiões, e desapareceria a partir do alcance dos direitos políticos. Sendo o mandonismo, parte do coronelismo, é um fenômeno permanente que os mandões recorrem quando os governos perdem força e credibilidade.

O coronelismo é facilmente identificado a partir do olhar para contextos regionais, geralmente atrelado a bases rurais de poder privado e nutridos pelo poder público. Durante a Primeira República (1889- 1930), o Rio Grande do Norte foi dominado política e economicamente por duas oligarquias: primeiro a dos Albuquerque Maranhão (coronéis do açúcar) e num segundo momento pelos Medeiros do Seridó (coronéis do algodão).

2.1 CORONÉIS DO AÇÚCAR (1889-1924)

O Rio Grande do Norte, assim como a maioria dos estados brasileiros na Primeira República, se constituía como um estado agrário. Os principais produtos de comercialização neste período eram o açúcar e o algodão, e outros itens em menor quantidade como a pecuária e a extração do cloreto de sódio (sal de cozinha) e da cera de carnaúba (FERREIRA, 2003, p. 25).

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão[15] ocupou papel central na política do Rio Grande do Norte, no início da Primeira República. Era herdeiro de uma família com longa tradição na produção de açúcar no litoral do estado. Segundo Monteiro, os Albuquerque Maranhão foram "Proprietários do principal núcleo econômico-açucareiro da capitania- o Engenho Cunhaú-, receberam extensões de terra no sertão, em sesmarias, entre 1679 e 1684" (2007, p.57-58), ocuparam terras indígenas e participaram da sua desocupação. "Pelo menos três de seus membros – Antônio de Albuquerque Câmara, Pedro de Albuquerque Câmara e Afonso de Albuquerque Maranhão - participaram ativamente da repressão colonizadora à resistência indígena naquela área, combatendo tribos do Janduí" (MONTEIRO, 2007, p. 58). E seguiram ocupando espaços de poder durante o império.

Figura 1- Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

[15] Pedro Velho formou-se em medicina no Rio de Janeiro e, posteriormente ocupou cargos públicos de inspetor de saúde e professor do Atheneu Norte- rio-grandense, a primeira escola de instrução pública secundária da província. (MONTEIRO, 2007, p.125).

Fonte: MONTEIRO (2007)

Nas vésperas da abolição, Pedro Velho virou abolicionista, fundando a “Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense”, que durou de janeiro a maio de 1888. E com a fundação do Partido Republicano em janeiro de 1889 tornou-se líder dos republicanos. Participaram da fundação do partido “cinco irmãos de Pedro Velho, além de dois primos, descendentes da secular família dos Albuquerque Maranhão, somando 114 pessoas” (MONTEIRO, 2007, p. 125), assim formando uma oligarquia de grande força política controlando o estado por vários anos.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Pedro Velho tornou-se presidente do governo provisório estadual nomeado por Aristides Lobo. Pedro Velho foi eleito constitucionalmente em dois de fevereiro de 1892, marcando o início do domínio desta oligarquia, que se manteve no poder até o governo de José Augusto. A República não trouxe grandes mudanças para a política do Rio Grande do Norte.

Como governador, Pedro Velho buscou vantagens econômicas para sua família e a oligarquia. Por exemplo, quando ainda era governador interino “Pedro Velho conseguiu a aprovação de um decreto de 1890, elevando a 10% o imposto de importação de açúcar nacional ou estrangeiro” (MONTEIRO, 2007, p. 127). Dificultando a concorrência do produto importado. Também influenciou em outras áreas como o comércio e o sal. No mesmo ano tomou outras medidas que beneficiavam os seus:

> O governo contratou Amaro de Barreto de Albuquerque Maranhão, pai de Pedro Velho, para a construção de uma estrada, com mão-de–obra de retirantes da seca de 1889-90, que, partindo da capital, dirigia-se a casa comercial fundada por seu avô e

> administrava por seus descendentes, em Macaíba. Nem mesmo o sal escapou: Adelino Maranhão, irmão de Pedro Velho, conseguiu tornar-se arrematador do imposto sobre esse produto (MONTEIRO, 2007, p. 127).

Mesmo com as medidas de proteger a economia, a cana de açúcar foi atingida por uma crise no início da Primeira República. A produção desse item vinha desde a metade do século XIX, sendo afetado pela concorrência do açúcar estrangeiro e açúcar de beterraba, gerando decadência dos "coronéis do açúcar", que em busca de manter sua hegemonia buscaram algumas medidas para proteger o setor açucareiro:

> Pressionado pelos senhores de engenho, os quais procuravam manter a hegemonia econômica e política, Alberto Maranhão, que governou o Rio Grande do Norte entre 1908 e 1913, tomou medidas que vieram beneficiar os "coronéis do açúcar". A primeira delas ficou substanciada na Lei 275, de 24 de novembro de 1909, através da qual o congresso legislativo (atual Assembleia Legislativa) autorizou o governo do Estado a "contratar com quem melhores vantagens oferecer o estabelecimento de fábrica no Estado para a exploração sistemática das indústrias do açúcar, (...), podendo conceder aos contratantes favores comuns em concessão dessa natureza". (FERREIRA, 2003, p. 26)

Com a máquina política em mãos a oligarquia tentou assegurar a produção de açúcar e venda de seu produto. Outra demonstração de poder da oligarquia, foi na preparação da sucessão, em 1900. Alberto Maranhão não tinha a idade mínima pela constituição estadual, para ser governador, que era de 35 anos. A constituição foi mudada, diminuindo a idade para 25, medida que mais tarde beneficiou outro membro da oligarquia que se tornou governador, Augusto Tavares Lyra.

Apesar das medidas tomadas pela oligarquia açucareira, o início da Primeira República foi marcado por secas frequentes no Rio Grande do Norte. Muitos migraram, somando condições de vida e o monopólio da terra, muitos se dirigiam a capital Natal, aos seringais na Amazônia e aos cafezais no sudeste do Brasil.

Além do êxodo rural, existiam outras preocupações como o cangaço e os movimentos populares de natureza religiosa. Em 1898 surge no Rio Grande do Norte um movimento inspirado em Canudos (1893-1897) "O movimento da Serra de João do Vale, no município de Campo Grande, quando trabalhadores do campo começaram a migrar para aquela área, juntando-se a Joaquim Ramalho que pregava como Antônio Conselheiro" (MONTEIRO, 2007 p. 130). O movimento foi repreendido com violência, pelas forças militares do Governo do Estado, onde prenderam o líder Joaquim Ramalho e dispersou-se o movimento.

A violência era usada como forma de punição ou persuasão, a quem desafiasse as regras do coronel, “um homem comum, não tinha saídas, nem opção por novos caminhos, mesmo a fuga representava, quando possível, ligar-se a outro coronel. As únicas saídas possíveis[...] o misticismo e o cangaço, ambas vistas, pelos críticos como formas primitivas de protesto social (JANOTTI, 1981, p.61).

Em 1927, passou pelo Rio Grande do Norte o bando de cangaço, chefiado por Lampião, que “atacou” cidades e vilas do oeste do estado. O cangaceiro Jararaca que pertencia ao bando de Lampião, foi preso e depois morto na cidade de Mossoró/RN.

Figura 2 – Cangaceiro Jararaca em 1927.

Fonte: MONTEIRO (2007)

O combate ao messianismo e o cangaço eram de interesse das oligarquias, segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011, p.84).

> O cangaço e seu combate é outro motivo da veiculação crescente de um discurso solidário entre os parlamentares nortistas no congresso. O combate ao cangaceiro, que não respeita as fronteiras estaduais, vai exigir também a crescente atuação conjunta do aparelho repressivo dos Estados. O Nordeste é, pois, uma região que se constrói também no medo contra a revolta do pobre, no medo da perda do poder para a “turba de facínoras que empestavam o sertão”. A sensação de fragilidade que tomava conta dos produtores tradicionais de açúcar e algodão trazia também o medo da perda sobre o seu próprio espaço e, por seu turno, levou uma crescente preocupação de unir

> esforços, para combater as revoltas das camadas populares, advindas também das próprias mudanças na sociabilidade tradicional. Não só o cangaço, como também as revoltas messiânicas são fatores de construção de um espaço fechado de poder, uma região capaz de garantir a manutenção da mesma hierarquia de poderes, bem como a dominação tradicional.

Ao final do império e início da Primeira República começa a ser moldado o "discurso da seca":

> A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podiam servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado etc. O discurso da seca e sua "indústria" passam a ser a atividade mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos estados do Norte diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão. A seca torna-se o tema central no discurso dos representantes políticos do Norte, que a instituem como o problema de suas províncias ou Estados (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.71-72).

As bancadas nortistas incluem na constituição de 1891, no artigo 5º, o destino de verbas especiais para as vítimas de flagelos naturais, contemplando as secas.

Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) órgão responsável por planejar, coordenar e financiar obras no Nordeste, mas, na verdade serviu para acentuar mais ainda as desigualdades e favorecer os coronéis:

> Os grandes proprietários rurais da região, ou seja, os "coronéis" nos municípios, seriam os verdadeiros beneficiários dessa política, que atendia ao chamado "discurso da seca", através do qual a seca, e não os esquemas de dominação econômica e social da região, era apontada por eles como o grande entrave para o desenvolvimento do Nordeste. Em troca os proprietários continuariam apoiando a "política do café com leite", ao nível do poder federal (MONTEIRO, 2007, p.135).

As medidas tratavam de manter os monopólios políticos das oligarquias dos estados, com o dinheiro vindo do IOCS os coronéis resolviam dois problemas. O primeiro, com o dinheiro vindo para solucionar a seca, eram feitas as estradas que estavam precárias; o segundo, em consequência, usava a mão-de-obra dos trabalhadores desempregados por causa da seca, pagos com dinheiro público, e assim, quando passasse a seca os trabalhadores voltavam a trabalhar na propriedade do coronel.

Também com o dinheiro do IOCS foram construídas estradas de ferro. Exceto a primeira ferrovia que foi construída ainda no Império, que ligou Natal a Nova Cruz. A construção começou em 1880 e foi inaugurada três anos depois. Feita por uma companhia britânica o estado passou a fazer parte da rede ferroviária da *Great Western of Brasil Railway*.

Mas a retomada da construção das estradas de ferro só aconteceu no início do século XX, quando foi inaugurada em Natal a *And Nova Cruz Railway Company*, que foi responsável pela construção de duas ferrovias, que faziam parte do plano de combate as secas:

> A primeira delas teve início na seca de 1903- 1904. Segundo o projeto do Governo Federal, ela ligaria o porto de Natal a região central do estado e se encontraria com ferrovias da Paraíba e Ceará. Sua construção, porém, foi lenta e o traçado original não foi executado[...] ao final da Primeira República, em 1930, ela havia atingido a cidade de Lajes (MONTEIRO, 2007, p. 136)

A segunda ferrovia, a estrada de ferro de Mossoró, que ligaria Mossoró ao porto de Areia Branca, foram importantes para a escoação dos produtos produzidos na região, principalmente o algodão. Essas obras foram importantes para melhorar o transporte e a escoação dos produtos produzidos no interior do estado, e para ocupar a mão-de-obra nos períodos de seca, para depois voltarem a trabalhar para os donos de terra na agricultura.

2.2 OS CORONÉIS DO ALGODÃO

O algodão despontou na economia do Rio Grande do Norte durante a Primeira República. O produto, que vinha num crescente de exportação desde a Revolução Industrial Inglesa (XVIII), teve as exportações interrompidas dos Estados Unidos para a Inglaterra por causa da Guerra de Secessão (1860-1865), o que impulsionou o mercado interno brasileiro.

O algodão, característico do estado, chamado de “o algodão Mocó, selecionado pela natureza, por um processo espontâneo de hibridação com o algodão selvagem nativo, foi o único que resistiu à seca. ” (FERREIRA, 2003, p. 26). Com a possibilidade de abastecer as fábricas nacionais, tornou-se uma alternativa viável depois que perdeu espaço no mercado mundial.

O consumo interno do algodão cresceu a partir de 1880 e no início do século XX, só era exportado o resto do que não tinha condições de ser consumido internamente. Os principais compradores do algodão brasileiro eram a então Grã-Bretanha, Portugal e França, no Rio Grande do Norte compradores dos principais produtos do estado (algodão e açúcar) eram, à Grã-Bretanha e os Estados Unidos (TAKEYA,1990, p. 166), correspondendo a 8% das exportações do Brasil na Primeira República.

Apesar de haver produção de algodão significativa no Rio Grande do Norte, o desenvolvimento da indústria têxtil encontrava dificuldade na concorrência com tecidos importados do Sudeste, como também dos tecidos produzidos em Pernambuco. Segundo

Takeya (TAKEYA,1990, p. 168) “a primeira indústria têxtil propriamente dita, não só reunindo um grande número de funcionários, mas ainda sob forma de maquinofatura, utilizando a energia a vapor, foi inaugurada em 1888 e fechada em 1925”. As fábricas do Sudeste absorviam quase toda a produção de algodão do Nordeste, constituindo relações econômicas inter-regionais muito importantes para o desenvolvimento do estado.

Mesmo a oligarquia do algodão não estando no poder do Estado na maior parte da Primeira República, o impacto do algodão na economia, se fez sentir na construção de ferrovias pelo interior do estado para a escoação dessa produção. O governo de Antônio de Souza, apesar de ser representante da oligarquia Albuquerque Maranhão incentivou a criação de duas ferrovias “Uma das ferrovias ligava o município de Areia Branca ao de Martins e a outra ligando o porto de Canguaretama à cidade de Acari” (FERREIRA, 2003, p.27). E contribuíram para escoação do algodão.

Apesar das crises provocadas pelas secas e pragas nas plantações durante a Primeira República, a produção do algodão foi abundante. Um fator fundamental foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que dificultou a importação de tecidos para o Brasil, e favoreceu a expansão da indústria têxtil nacional, e junto com ela, o fornecimento de matéria-prima pelos estados nordestinos (MONTEIRO, 2007, p.134).

O crescimento da oligarquia ligada ao setor algodoeiro, fez-se sentir também na influência política e na diminuição da influência dos coronéis do açúcar. Menor poderio econômico gerava consequentemente decadência do poder político, característica do coronelismo:

> A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do estado, que expandia sua influência na proporção que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto da alteração na relação de forças entre proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel (CARVALHO, 1997, p.132).

Consequentemente a importância econômica, correspondeu ao crescimento do poder político dessa elite agrária, que chegou ao governo do estado na década de 1920. Porém, a mudança de oligarquia não significou mudança no sistema coronelístico-oligárquico, as práticas pouco mudaram. As condições dos municípios eram deficitárias, e as oligarquias quando estavam estabelecidas no poder estadual buscavam beneficiar os municípios que eram seus “currais eleitorais”, pois:

> Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica.

> Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna. Os próprios fazendeiros, que carecem de estradas para escoamento de seus produtos e de assistência médica, ao menos rudimentar, para seus empregados, acabariam por lhe recusar apoio eleitoral. E o Estado — que, por sua vez, dispõe de parcos recursos, insuficientes para os serviços que lhe incumbem — tem de dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública. O critério mais lógico, sobretudo por suas consequências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos (LEAL, 2012, p.34).

Assim, o grupo político do Seridó, a área mais importante de produção de algodão, passou a deter o poder político na década de 1920, desarraigando o grupo político dos Albuquerque Maranhão. Tendo como primeiro governador dessa oligarquia, José Augusto Bezerra de Medeiros.

2.2.1 Governador José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928)

Em 1924[16] iniciava-se o ciclo de governadores do Rio Grande do Norte representantes dos "coronéis" seridoenses. Representados pelos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928), sobrinho-neto do coronel José Bezerra de Araújo Galvão, que tinha o domínio político de Currais Novos. O segundo governador Juvenal Lamartine (1928-1930) era genro do coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, chefe político de Acari e irmão do coronel Zé Bezerra. A transição das oligarquias, como veremos a seguir, não alterou os quadros de dominação política e social, e a manutenção do sistema coronelístico continuou inabalável.

José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu no dia 22 de setembro de 1884, em Caicó, filho de Manoel Augusto Bezerra de Araújo e Cândida Olindina de Medeiros; eram oriundos das principais famílias da região do Seridó norte-rio-grandense influentes na política da região. (OLIVEIRA, 2017, p.2). Como a maioria dos jovens de famílias abastadas vai estudar na capital do estado, assim que termina seus estudos onde residia:

> Em 1897, José Augusto vai a Natal para realizar os estudos propedêuticos no único instituto de ensino secundário do Rio Grande do Norte naquele momento, o Atheneu-Norte-Rio-Grandense. Sendo ele, na época, apenas um jovem de treze anos de idade,

[16] Juvenal Lamartine enquanto exercia o mandato de deputado federal, em 1923, junto com seu primo José Augusto Bezerra de Medeiros, neto de José Bernardo de Medeiros, conseguiu reorganizar a chamada “facção do Seridó” do Partido Republicano. Apoiados pelo presidente da República Artur Bernardes, conseguiram destituir Ferreira Chaves da chefia do partido e indicar José Augusto para governador do Rio Grande do Norte na sucessão de Antônio de Sousa (1920-1924). PEIXOTO, Renato Amado. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LAMARTINE,%20Juvenal.pdf acesso em: 25 de mar. de 2023.

> necessitava que alguém o tutelasse em sua estadia na capital. Nesse sentido, José Augusto passa a morar com Manoel Dantas, seu tio. (OLIVEIRA ,2017, p.3)

Depois de concluir seus estudos no Atheneu-Norte-Rio-Grandense muda-se para Pernambuco, onde estudou na Faculdade de Direito do Recife. Concluindo seus estudos voltou para Natal, dedicando os primeiros anos de sua carreira como professor, posteriormente, como advogado e político.

> Ele desempenhou inúmeras funções, dentre as quais se destacam: professor de história e de geografia no ensino secundário norte-rio-grandense (1908-1912), diretor interino de instrução pública do Rio Grande do Norte em duas ocasiões (1909 e 1912), juiz da comarca de Caicó (1912), chefe de polícia do interior do Rio Grande do Norte (1913), deputado-estadual (1913-1914), secretário geral do estado (1914), deputado federal por seis legislaturas (1915-1923, 1935-1937, 1946-1955), deputado constituinte (1946), governador do estado do Rio Grande do Norte (1924-1928) e senador da República (1928-1930). (OLIVEIRA, 2019, p.13-14).

A ascensão da oligarquia do Seridó implicou em políticas econômicas voltadas à cotonicultura, principalmente no período que alcançaram o governo do estado através do governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Já no primeiro ano de mandato criou-se "O Departamento de Agricultura (1924), o Serviço Estadual do Algodão (1924) e o Serviço de Classificação do Algodão, visando, estes dois últimos, a melhorar a qualidade da matéria-prima produzida no estado" (MONTEIRO, 2007, p.135).

O contexto da década de 1920, foi de maior industrialização no Rio Grande do Norte, onde os trabalhadores rurais e principalmente urbanos começaram a se organizar enquanto classe trabalhadora, usando como principal forma de reivindicar descanso semanal, limite de horas trabalhadas e salário-mínimo, foram às greves, a exemplo dos movimentos de trabalhadores em 1917[17].

A partir de 1920 várias categorias profissionais se organizaram no Rio Grande do Norte como salineiros, estivadores, pedreiros, funcionários públicos, entre outros, surgindo também jornais operários, e principalmente as greves, repreendidas com violência pelos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine que "[...]foram marcados pelo emprego da violência não só contra os operários, mas contra todo tipo de oposição política. Foram comuns os espancamentos, as prisões a destruição de sedes de associações de jornais" (MONTEIRO, 2007, p.141).

[17] No ano de 1917 houve a primeira greve geral, com início em uma fábrica em São Paulo, depois se espalhando por diversos setores da economia de São Paulo e Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2007, p.140-141).

Além da violência foram montadas estratégias pelo governo, como em 1925. O governador José Augusto criou com o apoio da igreja católica, a "Universidade Popular", onde ministrava palestras aos trabalhadores sobre fé, alcoolismo, heróis do Rio Grande do Norte, pois, quando Deputado Federal entre 1915-1923, suas principais pautas na câmara foram em torno do tema educacional.[18]

2.2.2 Governador Juvenal Lamartine (1928-1930)

O segundo governo da oligarquia do Seridó foi conduzido por Juvenal Lamartine (1874-1956) de 1928 a outubro de 1930. Nascido em Serra Negra (RN), em 9 de agosto de 1874, filho de Clementino Medeiros de Faria e Paulina Monteiro, provenientes das elites política e econômica da região do Seridó. (ARAÚJO, MEDEIROS, 2004, p. 313)

Em 1890, iniciou o curso secundário em Caicó, na Escola de Gramática Latina, onde estudou por um ano, e no ano seguinte mudou-se para Natal para continuar seus estudos. No período de 1891 a 1893 estudou no Atheneu Norte-Rio-grandense. Onde, ainda como estudante protagonizou um embate contra o governador da oligarquia de oposição.

No ano de 1893, fundou no Atheneu Norte-Rio-grandense, junto com colegas de militância política, o "Grêmio Literário Natalense", a primeira sociedade estudantil estadual nascida no regime republicano, na qual era o líder, junto com o grêmio criaram o periódico, *O Athleta*.

Nesse período que Juvenal Lamartine estudou no Atheneu, o governador era quem nomeava os cargos ocupados no Atheneu, sendo Pedro Velho o governador da oligarquia de oposição a Juvenal Lamartine. Lamartine protagonizou um embate com o governador, pois ele e os outros estudantes foram contra a nomeação de um professor como Vice-Diretor.

Neste mesmo ano os estudantes fizeram uma greve:

> O Governador Pedro Velho convidou o Desembargador e também prof. do Atheneu, José Clímaco do Espírito Santo, para assumir o cargo de Vice-Diretor desse estabelecimento de ensino secundário, com o que não concordaram as lideranças estudantis, a exemplo de Lamartine, por serem as aulas do prof. Espírito Santo demasiadamente fracas, na opinião da maioria expressiva de seus alunos.

[18] Ver mais em: OLIVEIRA, Renno Allesy Veras de Senna "Recolhendo os Cacos": A Trajetória de José Augusto Bezerra De Medeiros Como Construtor de Uma Escola Modelo para o Trabalhador (1915-1923). XXIX Simpósio Nacional de história: Contra Preconceitos: História e Democracia. ANPUH, 2017.
A atuação de José Augusto Bezerra de Medeiros em projetos nacionais de educação (1915-1921): trajetória e memória. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2019.

> Antipatizado pelos alunos do Atheneu Norte-Riograndense que o apelidaram pejorativamente de “Desembargador papa-ovo”, resolveu o Desembargador Espírito Santo comunicar ao Governador Pedro Velho que somente voltaria a dar aulas se ele garantisse manter a ordem. [...]Posto diante do desafio de manter a ordem, no dia 11 de outubro de 1893, o Governador Pedro Velho ordenou que quarenta praças comandados por um oficial do Corpo de Segurança cercassem o prédio do Atheneu Norte-Riograndense, com a missão de impedir que o Desembargador Espírito Santo fosse chamado pela turma de Lamartine de “Desembargador papa-ovo”. (ARAÚJO, MEDEIROS, 2004, p. 315)

Com a insistência do governador com a nomeação do professor José Clímaco do Espírito Santo a Vice-diretor, os próprios alunos decretaram o fim das aulas, montando barricadas, e publicando uma Carta Aberta em repúdio a nomeação do Vice-Diretor. Em resposta à carta o governador fechou o Atheneu por tempo indeterminado, para promover uma reforma educacional, prejudicando os alunos no término do curso.

Juvenal Lamartine teve que concluir os estudos no Liceu de João Pessoa na Paraíba. No ano seguinte, Lamartine ingressou no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Recife, que era na época lugar de referência para formação dos jovens de famílias importantes do Norte:

> A Faculdade de Direito do Recife e o Seminário de Olinda eram os locais destinados a formação superior, bacharelesca, das várias gerações destes filhos de abastados rurais. Desde o século XIX, estas instituições se constituíam em locais privilegiados para a produção de um discurso regionalista e para a sedimentação de uma visão de mundo comum. Eram os lugares onde se formavam os intelectuais tradicionais da área, com exceção apenas daqueles que podiam estudar no exterior. Era aí que figuras influentes, bem como os futuros dirigentes dos Estados e localidades se conheciam, sedimentavam amizades, trocavam ideias acerca de política, de economia, de cultura e de artes. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.85).

Lamartine finalizou o curso de direito, e como orador da turma, recebeu uma bolsa de pós-graduação em uma universidade na França, a qual recusou e regressou ao seu Estado de origem, o Rio Grande do Norte. Juvenal Lamartine seguiu na carreira como professor, intelectual e político.

> Retornando para seu estado natal, em 1897, Lamartine foi professor de Geografia e Vice-Diretor do Atheneu Norte-Riograndense (1898), Juiz de Direito (1893-1903), Vice-Governador do Estado (1904-1906), Deputado Federal (1906), Senador da República (1927) e Governador do Rio Grande do Norte (1928-1930). Republicano e partidário do federalismo, Lamartine no Congresso Nacional foi um convicto defensor do direito político de a mulher votar e ser votada e, ainda, um dos porta-vozes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida pela bióloga Bertha Maria Júlia Lutz (ARAÚJO, MEDEIROS, 2004, p. 317-318).

Sua ação política estava ligada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) desde sua criação, segundo Karawejczyk:

> Lamartine, desde o início da década de 1920, era um dos políticos a quem Bertha Lutz recorria quando tinha necessidade de apoio para suas demandas. Foi relator de um dos projetos em prol do sufrágio feminino (1921) na câmara e, desde então, era um defensor do sufrágio feminino (2019, p. 100).

Juvenal Lamartine candidatou-se a governador do Rio Grande do Norte em 1927. Entre uma de suas propostas de governo estava o voto feminino. Durante sua campanha várias mulheres da FBPF foram ao Rio Grande do Norte, e engajaram-se na campanha.

Porém, durante sua campanha política, o ainda governador e correligionário de Juvenal Lamartine, José Augusto Bezerra de Medeiros, sanciona a lei estadual de 25 de outubro de 1927, n° 660 no seu artigo 77, "No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votadas sem distinção de sexo todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por essa lei" (KARAWEJCZYK, 2019, p.101).

Juvenal Lamartine já era conhecido pela sua atuação em prol do voto, com a aprovação do voto em seu estado, também foi possível que a primeira mulher eleita prefeita no Brasil fosse pertencente ao seu grupo político.

Segundo registros do poeta Mario de Andrade (2015 p.306) compilados no livro turista aprendiz publicado em "Mário de Andrade" na série homônima no Diário Nacional; São Paulo, 2 de fevereiro, 1929.

> O atual presidente do Rio Grande do Norte na sua plataforma presidencial inculcava a necessidade de se igualarem os direitos dos dois sexos dentro do estado. Nesse sentido foi apresentado então pelo hoje chefe de polícia, então deputado, Adauto Câmara, um projeto de que foi relator Antônio Bento de Araújo Lima, firmando os direitos de voto e elegibilidade da mulher. O então presidente, dr. José Augusto sancionou a lei que vigorando desde o ano passado já permitiu o comparecimento de dezessete donas às urnas que levaram José Augusto à senatoria federal.
> Mas o resultado mais vitorioso da lei até agora foi mesmo a elevação de dona Alzira Soriano a prefeita de Lajes. É uma senhora de inteligência viva, boa aparência, viúva inda moça, não possuindo quarenta anos.

Luisa Alzira Teixeira de Vasconcelos, filha do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, líder político da cidade de Lajes e comerciante pertencente a oligarquia Seridó (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000,46- 17). Alzira Soriano era primeira na linha sucessória da família, e com a mudança do código eleitoral do estado, sua participação na política pode ser efetivada.

Com essa conquista, a atuação da FBPF se intensificou no parlamento por emendas que estenderiam o voto às mulheres. E também no Rio Grande do Norte no incentivo ao alistamento eleitoral.

Além do voto feminino, para Juvenal Lamartine, a educação estava entre suas principais pautas. "No governo do Rio Grande do Norte, a educação escolar ao lado da cultura, tornaram-se prioritárias. Durante o seu governo promoveu a expansão da educação escolar primária e profissional e organizou a 'Temporada Literária de 1930"' (ARAÚJO, MEDEIROS, 2004, p.318).

Ao final da primeira república o Rio Grande do Norte governado pela oligarquia do Seridó apoiava o sistema federal existente, e não participou da Revolução de 1930[19]. Não defendeu pelas armas o sistema. Vendo que Getúlio Vargas sairia vitorioso, o governador Juvenal Lamartine saiu do país, e refugiou-se em Paris. Segundo Denise Mattos Monteiro:

> As tropas de apoio à 'revolução', vindas da Paraíba, tomaram com facilidade o poder no Rio Grande do Norte. Seguiram-se dois dias de 'agitação popular', em que a vida administrativa da cidade paralisou, o comércio fechou suas portas e as escolas deixaram de funcionar, tendo sido assaltadas e saqueadas as residências do ex-presidente Lamartine e de alguns de seus auxiliares e até mesmo o palácio do governo (2007, p.145).

E o estado passou a ser governado pelos interventores, mas isso não impediu que os antigos grupos oligárquicos se rearticulassem e retomassem o poder. Nesse processo de transição houve certa instabilidade no governo dos interventores, que tiveram que buscar um equilíbrio entre os interesses das oligarquias para poder governar o Rio Grande do Norte. O estado foi o que mais teve troca de interventores entre os estados do Nordeste. Foram nomeados cinco interventores entre os anos de 1930 e 1935 (MONTEIRO, 2007, p.149).

[19] A década de 1920, pode ser considerada um período de efervescência, política, social e cultural. A chamada "Revolução de 1930" implicaria numa rearticulação das elites agrarias. Diversos fatores estiveram ligados a origem do movimento: como o a política econômica do Governo Federal na Primeira República de valorização do café, superprodução, atingindo seu auge na crise de 1929. O crescimento do operariado, que estavam a margem do sistema do sistema de poder oligárquico. A insatisfação das oligarquias estaduais que estavam fora do poder, caracterizado pela hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, e o surgimento do movimento tenentista (MONTEIRO, 2007, p. 143).

2.3 LUISA ALZIRA TEIXEIRA DE VASCONCELOS: A FILHA DO CORONEL

Luisa Alzira Teixeira de Vasconcelos, nasceu em 29 de abril de 1897 em Jardim de Angicos, localizada de 106 quilômetros de Natal capital do estado, nesta época Lajes era distrito de Jardim de Angicos. Era primogênita da dona Margarida Teixeira de Vasconcelos e de Miguel Teixeira de Vasconcelos, coronel da Guarda Nacional, líder político local e comerciante (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000,46- 17).

Figura 3 – Pais de Alzira Soriano

Fonte: Museu virtual Alzira Soriano.[20]

O seu nascimento foi muito festejado, segundo Souza (1993, p. 17) "[...] era o primeiro dos filhos do casal a resistir aos primeiros meses de vida. Antes dela nasceram outros três filhos, dos quais duas mulheres e um homem que não sobreviveram às doenças de infância." Ao todo tiveram 22 filhos, mas sete mulheres e um homem chegaram a vida adulta. Alzira passou a infância com as irmãs mais velhas Osmídia, Elisa, Hilda, Inês (os outros irmãos Maria do Carmo, Otacília e Paulo nasceram mais tarde).

[20] Disponível em: https://sites.google.com/view/museu-alzira-soriano/p%C3%A1gina-inicial/fam%C3%ADlia Acesso 22 de mar. de 2023.

Segundo Souza (1993, p.17) as notícias mal chegavam ao Rio Grande do Norte

> O que acontecia pelo mundo mal chagava a Natal, quanto mais ao interior, que naquela época não tomava conhecimento dos movimentos feministas que abalavam a Europa e os Estados Unidos e jamais poderia supor que 32 anos mais tarde uma sua filha entraria para a história política e feminista como a primeira mulher eleita prefeita na América do Sul.

A autora coloca Lajes numa posição de isolamento. Porém, como veremos no subtítulo 3.1, foram criados diversos periódicos feministas no século XIX, a exemplo do Periódico *Primavera*, da cidade de Açu-RN (circulou de 20 de jan. de 1875 a 9 de out. de 1875). A cidade de Açu fica a 91 quilômetros da cidade de Lajes-RN. Outro periódico, o Iris, começou a circular na capital do Rio Grande do Norte em 27 de julho de 1875. As notícias sobre o sufrágio circulavam na região, antes de Alzira nascer.

Outro fator que mostra que a cidade não estava isolada, é colocado pela própria biógrafa, ao afirmar que o Pai de Alzira, coronel Miguel Teixeira era chefe político da região, incluindo Lajes, Jardim de Angicos e Pedra Preta. Segundo Souza (1993, p.17) o coronel "Era também o maior comerciante da cidade, e se beneficiava da constante passagem de viajantes. O trem vinha somente até Taipu. Dali os viajantes e comerciantes seguiam viagem a cavalo pernoitando em Jardim, meio do caminho" para no outro dia seguir viagem para o interior do estado. A casa de Alzira servia como uma espécie de "hotel", era um lugar de referência entre quem vinha do interior do estado a capital, este trânsito de pessoas era benéfico para as relações políticas e comerciais do coronel.

Portanto a circulação de pessoas na casa em que Alzira cresceu era constante, e quem passasse pela residência trazia notícias tanto da capital do estado (Natal- RN) como do interior do estado.

Figura 4 - Alzira Soriano aos 17 anos

Fonte :SOUZA (1993)

Cabe também destacar que a influência do coronel não se dava apenas pelo poder político, mas também pelo comercio, criando uma zona dupla de influência. A exemplo da dissertação de mestrado sobre coronel e comerciante Antônio Duarte (CAPRINI, 2007) no estado do Espírito Santo "O Comércio como propulsor do poder político em Iconha: O Coronel Antônio Duarte (1889-1915)". Caprini exemplifica como se davam as relações de um coronel comerciante com sua região (2007, p.99):

> A Casa Comercial Duarte e Beiriz satelitizava a região. Era ao seu redor que se desenvolvia a vila de Iconha e onde as pessoas tratavam de negócios e supriam suas necessidades, que não se limitavam a bens materiais. A importância da casa comercial para a região era refletida na pessoa do Duarte, pois era ele que estava à frente dos negócios, ou seja, ele ganhava visibilidade graças ao comércio.

Mais um motivo pelo qual as pessoas se aglutinavam em torno do coronel, estabelecendo boas relações comerciais com ele, como vendas, empréstimos (comprar fiado), e a compra de diversos produtos, onde o coronel servia como intermediário. Todas estas relações favoreciam ainda mais a dependência do coronel com a comunidade, o que lhe seria de grande valia em época de eleições.

O coronel também era a pessoa que era buscada pelos habitantes locais para apadrinhar os filhos, assim tornando-se compadres, e quando necessitasse de alguma ajuda poderia buscar pelo padrinho poderoso, ou em caso de negócios as distâncias eram reduzidas pela

aproximação. E do outro lado, o coronel também se beneficiava garantindo a clientela fiel de seus afilhados da família nas eleições.

Na passagem do Império para a República brasileira, duas classes estavam consolidadas no poder local e estadual: os comerciantes e os grandes proprietários. Como afirma Janotti (1981, p.19)

> Os grandes proprietários, aliados aos grandes comerciantes, vinham formando neste processo, a futura classe dominante do Brasil independente. Os fundamentos econômicos do mando pessoal estavam, portanto, bem definidos e exercia-se sobre uma população escrava ou livre, completamente sujeita, entretanto, as decisões de potentados locais e à predominância do agrarismo.

Nesse sentido, para o pai de Alzira Soriano a transição do Império para a República, serviu para consolidar a continuidade do poder político e econômico, sendo este colocado na chefia política do município de Lajes.

Mesmo acontecendo a troca do poder estadual, o coronel e dono de terras continuava ali, o poder estadual mesmo que fosse de oposição teria que manter certa cordialidade com os governos locais.

O coronel tinha um contato próximo com seus correligionários, tanto de perto quanto de longe, facilitando a troca de favores, Segundo Janotti (1981, p.7) "O Coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio, que possui, potencialmente, possibilidade de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas". A boa relação com o coronel garantia a certeza de que, em eventual necessidade o coronel usaria os meios ao seu alcance para ajudar os seus. As relações de compadrio, encurtavam as distâncias econômicas e sociais entre o coronel e o apadrinhado. A expressão "Benção, padrinho" demonstra a autoridade quase paterna, e uma autoridade sobre os apadrinhados (JANOTTI, 1981, p. 58).

Outro exemplo, como veremos a seguir, expressa uma das faces das relações do poder coronelístico: o clientelismo. Carvalho define que (1997, p.134) "De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto" neste caso nos referimos as troca de favores na nomeação de emprego público que levou a chegada do desembargador pernambucano Thomaz Soriano de Souza Filho a Jardim de Angicos "[...] quando chegou a cidade um jovem promotor recifense, nada mais natural que ele fizesse as refeições na casa do chefe político local" (SOUZA, 1993, p17). Veio a Jardim de Angicos por uma troca de favores

A vinda de Thomaz Soriano de Souza Filho ao munícipio tinha como motivo, as disputas políticas em seu estado. O jovem e sua família tinham feito oposição ao governador eleito em

Pernambuco Dantas Barreto, "[...] sendo por este perseguido. A rebeldia valeu-lhe uma transferência ex-ofício para Alcântara no Maranhão, tão logo Dantas Barreto assumisse o governo" (SOUZA, 1993, p. 17). A comarca para a qual o jovem tinha sido transferido na cidade de Alcântara no Maranhão, ficava quase dois mil quilômetros de Recife.

Enquanto Dantas Barreto fosse governador não poderia regressar ao seu estado. Segundo Souza (1993, p.18) seu pai conversou com o parente do Rio Grande do Norte, Antônio Melo e Souza, que era aparentado do governador Ferreira Chaves do estado, para que arranjasse a transferência do jovem para uma comarca no Rio Grande do Norte, para ficar mais perto da família.

Os arranjos para a transferência deram certo, e o governador chamou Thomas Soriano Filho, para se apresentar, em Natal, na capital do Rio Grande do Norte, para uma conversa. O governador teria feito um alerta ao jovem sobre as filhas do coronel

> Você vai servir em Jardins de Angicos, onde o chefe político é o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, é muito amigo meu, e por sinal tem umas filhas muito bonitas.
> Se Thomas Soriano de Souza filho tomou ao pé da letra o conselho do governador potiguar ninguém sabe. Mas familiares dizem que tão logo chegou a Jardins de Angicos, Soriano Filho começou a cortejar a primogênita do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos que, a bem da verdade, não queria levar o rapaz a sério. "Ele é muito baixinho", comentou ela com a mãe (SOUZA, 1993, p.18).

Porém, o casamento não dependeria só do fato de se gostarem ou estarem apaixonados, mas de que o casamento era um bom acordo para as famílias. Soriano Filho, ficava hospedado em uma pensão para rapazes solteiros, porém fazia todas as refeições na casa do coronel, tornando a relação com a família muito próxima, a presença do jovem de boa família, provavelmente seria superior aos jovens locais que poderiam ser pretendentes de Alzira (SOUZA, 1993, p. 19).

Soriano Filho chegou em Jardins de Angicos em 1913[21], no ano seguinte, em 29 de abril de 1914, no dia do aniversário de Alzira, casaram-se na igreja de jardins de Angicos. Após o casamento foram morar em Ceará-Mirim, pois o marido foi nomeado promotor, segundo Souza (1993, p. 19) "graças ao prestígio político do sogro junto ao governador do estado e ao trabalho que desenvolvera em Jardim". Ceará-Mirim, cidade litorânea, fica a aproximadamente 33 quilômetros da capital, cidade maior que garantiria melhor futuro profissional a Soriano Filho. Alzira deixa a casa paterna em Jardins de Angicos para seguir os passos do marido.

[21] Não encontramos referência de qual mês que o Thomaz Soriano de Souza Filho chegou à cidade. Mas que na data do casamento fazia menos de um ano que estava em Jardins de Angicos.

> O costume e a lei contribuíram mutuamente para a construção da invisibilidade nominal das mulheres, que só eram identificadas civilmente por serem filhas de um homem, por serem registradas com o sobrenome do pai ou quando casadas, por passarem à condição de esposas, deixando o sobrenome do pai para usarem o sobrenome dos maridos (SIGNORI, 2018, p.45).

Apesar de ser comum os casamentos arranjados nesta época, o casamento para Alzira Soriano trouxe novos horizontes, o marido era um homem estudioso e viajado que tinha conhecimentos em várias áreas, e os deslocamentos em razão do trabalho, trouxeram novas experiências para Alzira e Thomaz Soriano (SOUZA, 1993, p. 19-20).

Alzira Soriano teve com Thomaz Soriano de Souza Filho 4 filhas. Em 15 de setembro de 1915 nasceu a primeira filha Sonia, nasceu em Jardim de Angicos, pois Alzira preferia ter a família por perto. A segunda e a terceira filha nasceram em Ceará-Mirim; em 4 de outubro de 1917 nasceu Ismênia, e Maria do Céu em 1918, mas morreu de sarampo com um mês de vida.

Em Ceará-Mirim "[...] a família levava uma vida calma, rodeada de amigos influentes. Todos os anos, as festas natalinas eram passadas no Recife, na casa dos sogros de Alzira" (SOUZA, 1993, p.19). Alzira e Soriano Filho eram de famílias tradicionais, bem aceitos e influentes na sociedade.

No início de janeiro de 1919, Thomaz Soriano, foi acometido pela gripe espanhola, e morreu em poucos dias, em 9 de janeiro de 1919. Estando Alzira grávida de 6 meses, ela voltou para Jardim de Angicos na casa dos pais, para ter a filha Ivonilde, e depois de quatro meses de resguardo, foi morar com o sogro em Recife.

Segundo Souza (1993, p. 20) "Muito apegado ao filho, Dr. Thomaz Soriano de Souza já bastante idoso por aquela época, pensava em resistir a morte do filho tendo ao lado a nora e as netas. Não sobreviveu, porém mais do que 11 meses após a morte de Soriano Filho."

Alzira Soriano sentia muito a morte do marido, pois" Alzira não perdera apenas o marido, mas o companheiro que a fizera conhecer o mundo até então desconhecido, e nela despertará o gosto pela leitura e pela conversa" (SOUZA,1993, p.20). Este aspecto também demonstra o perfil dela de querer buscar por novos conhecimentos.

Figura 5- Alzira Soriano

(SOUZA, 1993)

Após a morte do sogro Alzira volta novamente para a casa dos pais. Em cerca de 5 anos, viveu muitas transformações: o casamento, mudanças de cidades, nascimento das filhas (uma delas vindo a falecer ainda bebê), e estava viúva aos 22 anos. Apesar dos lutos vividos, vai seguir a diante cuidando da família e enfrentando novos desafios.

Como verificamos neste capítulo, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado a aprovar o voto feminino, na década de 1920, com a oligarquia do Seridó no mando do estado. No ano das primeiras eleições municipais, aprovadas em 1927, onde nacionalmente ainda não era permitido as mulheres votar e ser votadas, o governador Juvenal Lamartine, aliado da FBPF, defensor do voto feminino, juntamente com a Federação, incentivou as mulheres a votar e serem candidatas. Entretanto, não deixando os interesses coronelísticos de lado, buscando dentro de sua própria oligarquia mulheres que se destacavam, para serem candidatas e trabalhar pelo interesse da oligarquia e da manutenção das práticas coronelísticas.

3 A LUTA PELO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL

Este capítulo traz um panorama da luta pelo sufrágio feminino no Brasil, do século XIX ao início do século XX, desde a criação dos primeiros periódicos até a criação de grupos feministas que lutavam pelo sufrágio feminino, e a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte. Concentraremos maior foco de estudo na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, buscando compreender a proximidade deste grupo com o governador do estado do Rio Grande do Norte, a influência nas eleições municipais de Lajes e a eleição de Alzira Soriano.

O tema do sufrágio feminino, está atrelada também a uma emergência dos estudos da história das mulheres. Os estudos sobre o tema têm como grandes referenciais as autoras consideradas especialistas na área, entre elas destacamos: Joan Scott e June Hahner nos Estados Unidos e Rachel Soihet, no Brasil, cujas obras têm sido de grande importância para área da história das mulheres.

June Hahner (1981, p.14) em sua obra "A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas" na discussão sobre a exclusão da mulher da história considera que a história narrada e escrita por homens, considerados os transmissores tradicionais da cultura, veiculavam o que lhes era conveniente narrar. O foco na história política e militar, excluiu a mulheres dos grandes acontecimentos. E com o crescimento da história social, a mulher encontrou um espaço.

Rachel Soihet (1997, p.275) argumenta que mesmo num campo de estudo sobre as mulheres, a mulher não constitui um sujeito histórico único. Levando em conta as especificidades dos estudos históricos, demonstrando que não se pode compreender a história das mulheres como figura universal.

Sobre a história das mulheres Scott (1995, p.77) traz que a busca de fazer uma história voltada para as mulheres não é no sentido de complementar ou preencher um espaço, mas, levando em conta as mulheres como um sujeito histórico.

O desenvolvimento de uma história das mulheres, tem proporcionado a busca por variados temas; como o trabalho, política, educação, e outros ligados as discussões sobre maternidade, sexualidade, entre outros. Neste contexto, aqui destacamos a busca por direitos políticos.

O século XIX[22] foi a incubadora dos movimentos pelos direitos políticos das mulheres, onde se vislumbrou as primeiras manifestações, que ao adentrar o século XX, expandiu-se e tomou forma, tendo as mulheres conquistado os direitos políticos em 1932 e acrescentados as bases constitucionais em 1934.

3.1 SÉCULO XIX: O INÍCIO DO DEBATE SOBRE O VOTO FEMININO E A CRIAÇÃO DE PERIÓDICOS FEMINISTAS NO BRASIL

Os estudos desenvolvidos sobre o sufrágio feminino vêm mostrando que as mulheres se envolveram na luta pelos direitos políticos desde o século XIX. Estes estudos demonstram também que os movimentos não foram limitados, nem aconteceram de forma isolada.

A busca do que era debatido na imprensa permite acompanhar como as notícias circulavam. Monica Karawejczyk, estudiosa do tema do sufrágio feminino no Brasil durante as primeiras décadas do século XX e das associações femininas da época, com ênfase no trabalho com a fonte imprensa, traz no seu livro 'Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da manhã e A noite', um alerta sobre a história do voto das mulheres no Brasil.

> A busca pelo reconhecimento da cidadania política feminina foi uma das primeiras lutas travadas pelas mulheres no mundo ocidental. No entanto, ainda é muito comum, ouvirmos em pleno século XXI, que as mulheres brasileiras foram 'agraciadas' na década de 1930 com esse direito ou ainda que Vargas 'concedeu' o sufrágio para as mulheres sem que elas o solicitassem (2019, p.15).

Nesse sentido as próximas páginas têm como proposito demonstrar que a luta travada em torno dos direitos políticos se inicia muito antes da concessão do voto na década de 1930.

As primeiras manifestações sobre os temas de emancipação da mulher e o sufrágio ocorreram principalmente nos periódicos escritos por mulheres, em meados da segunda metade do século XIX. Geralmente estas mulheres escreviam por meio de pseudônimos.

O discurso contra a mulher estar nos espaços de poder estava arraigado nos documentos, como o estudo das Constituições e Código Civil. Tanto esses documentos, quanto os diferentes

[22] Teve destaque na primeira metade do século XIX, a brasileira Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves, que nasceu no Rio Grande do Norte em 12 de outubro de 1810, e morou também no Rio de Janeiro e Europa. Uma das primeiras brasileiras a romper o espaço privado e publicar textos em jornais da grande imprensa e vários livros. Lutava pela educação feminina, criticava a subordinação das mulheres, sendo contra a distinção de sexo, e que a inferioridade feminina é uma construção cultural. Morreu aos 74 anos na França (COLLING, p.130-132, 2021a).

discursos que os formaram, servem para compreender como eram entendidos os "papeis femininos" e permitem ver as semelhanças desses discursos normalizadores no ocidente (COLLING, p.24, 2021a).

Ainda assim, pode-se considerar o Brasil como percursor dos debates em torno da cidadania feminina na América Latina (VAZQUEZ, 2021, p.172). Em 22 de abril de 1822 o deputado Domingos Borges de Barros[23], um dos representantes da bancada baiana nas cortes de Portugal, defendeu que as mulheres com mais de seis filhos deveriam ter direito ao voto, por causa do "tributo de sangue" dado por elas no parto e criação dos filhos, comparado ao dever do serviço militar.

Fora dos tradicionais espaços políticos, as discussões vão seguir pelo século XIX, principalmente nas páginas dos jornais. Do ponto de vista educacional da época, as mulheres não eram educadas para exercer atividades intelectuais, mas ensinadas a uma educação doméstica, voltados para os aprendizados considerado básicos para o lar. Conforme Monica Karawejczyk (2021, p.12) "O mundo político e público, por excelência, principalmente no século XIX, era considerado como sendo exclusivamente masculino e as mulheres não eram ali bem-vistas, o lugar destinado a elas era o âmbito doméstico, o lar e o cuidado da casa e dos filhos".

Na criação de uma imprensa feminina no Brasil, as principais pautas eram educacionais. Segundo Hahner "A primeira legislação relativa a educação de mulheres surgiu em 1827, mas a lei admitia meninas apenas para escolas elementares, não para instituições de ensino mais adiantado" (1981, p.33). Havia poucas escolas públicas para as meninas, muitas jovens eram educadas em casa, em escolas dirigidas por religiosos, ou em escolas particulares fundadas por estrangeiros. Apesar das oportunidades educacionais serem limitadas as mulheres, surgiram em algumas cidades brasileiras periódicos escritos por mulheres.

O *Jornal das Senhoras* lançado no Rio de Janeiro, em primeiro de janeiro de 1852, editado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, que viveu no Rio de Janeiro, onde lecionou e colaborou também com outros periódicos, escrevia sobre melhoramento social e emancipação da moral da mulher, e que as mulheres eram iguais aos homens em inteligência. No jornal, *O Bello Sexo*, no Rio de Janeiro em 1862, tendo como editora Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, geralmente os artigos apareciam em anônimo, ou só com o primeiro nome da

[23] Ver mais em: VAZQUES, Maria Laura Osta. Brasil e Uruguai: pioneiros na discussão do voto das mulheres na América Latina. *In:*RABELO, Ana Maria Prestes(org). Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai. Porto alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você ?, 2021.
COLLING, Ana Maria. A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia. São Leopoldo: Oikos, 2021a. p.80-91.

autora. Composto por um grupo de mulheres que se reunia uma vez por semana para discutir os temas do jornal, somou um grupo crescente de mulheres; na primeira reunião tinha dez mulheres e na quinta reunião, o número subiu para trinta e sete (HANHER, 1981, p.43).

O jornal *O sexo Feminino,* publicado pela primeira vez em 7 de setembro de 1873, era dirigido pela professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Em 1874 foi criado o jornal *O domingo,* tendo como editora Violante Atabalipa Ximeneses de Bivar e Vellasco; no mesmo ano também surgiu o *Jornal das Damas* no Rio de Janeiro. Em 1875 foi criado no Recife, o *Mysiotis,* dirigido por Maria Heraclia. Em 1879, o *Echo das Damas* de Amélia da Silva Couto.

O dicionário ilustrado intitulado "Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX" (DUARTE, 2016), traz 143 jornais e revistas que circularam no país ao longo do século XIX e que tinham a mulher como público-alvo. Foram encontradas referências de dois periódicos femininos ou feministas no Rio Grande do Norte durante o século XIX.

O Periódico *Primavera*, tendo como subtítulo "Pequeno Jornal Literário e Recreativo", e circulou de 20 de janeiro de 1875, e o último número que se tem conhecimento é o 19, publicado em 9 de outubro de 1875. Era impresso na Tipografia Assuense duas vezes por mês, e vendido por 1.000 réis a assinatura de dez números. O jornal trazia poemas, notícias sobre acontecimentos políticos e sociais, como bailes, vestuários e comida (DUARTE, 2016, p. 199-200). O jornal era impresso na cidade de Açu fica a 210 quilômetros da capital Natal, e 91 quilômetros da cidade de Lajes-RN.

O Iris- "Periódico Bimensal, Dedicado a Causa do Progresso do Sexo Feminino" começou a circular na capital do Rio Grande do Norte em 27 de julho de 1875, tinha quatro páginas, divido em duas partes, Filosofia e Literária, e era dirigido por Joaquim Fagundes e era impresso na Tipografia Conservadora. A assinatura do Jornal podia ser anual, semestral, ou bimestral, custando 5.000 réis, 3.000 réis e 1.000 réis, respectivamente (DUARTE, 2016, p. 208-209). O editor se pronunciava a favor das conquistas femininas, exaltando a inteligência das mulheres, o direito de ler e escrever e participação política.

O jornal abria espaço para a divulgação de outros jornais "*O Iris* também divulgava outros jornais destinados às mulheres, como *O Sexo Feminino* (1873- 1889), do Rio de Janeiro, [...] a ponto de anunciar que o periódico carioca estava disponível para assinaturas na redação da folha natalense" (DUARTE, 2016, p.210). Importante salientar que além dos periódicos locais circulavam no Rio Grande do Norte outros periódicos como *O Sexo Feminino* vindos do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época.

Destaca-se que dos 143 jornais mapeados pela autora Constância Lima Duarte, 54 (37,76%) deles foram produzidos e comercializados na região nordeste[24] no Brasil, demonstrando que os debates feministas estavam em circulação no nordeste brasileiro.

Os jornais traziam os debates pela igualdade da mulher, mas também conhecimentos de saúde, moda teatro, continham novelas, poemas, poesias, contos escritos por mulheres. A circulação das notícias entre as mulheres, e inclusive escritas por elas, foram muito importantes para os movimentos que surgiriam a partir do século XX.

A realidade das mulheres variava de acordo com a condição econômica. As mulheres que conseguiam ter algum tipo de instrução, como por exemplo médica, advogada ou professora, tinham por vezes, dificuldades em poder exercer a profissão, pois não era encarado como extensão da sua função no lar. Porém, a realização de tarefas filantrópicas, eram mais aceitas pelas mulheres de boas condições financeiras, do que a busca por trabalho, e aos poucos a luta por direito ao voto ou de ser candidatas. Não havia um consenso entre as reinvindicações das mulheres, e as mulheres escritoras dos periódicos (a exemplo: *O sexo Feminino, O domingo, Jornal das Damas, Mysiotis, Echo das Damas, Jornal das Senhoras, O Bello Sexo,* entre outros). Algumas eram favoráveis ao voto, mas não eram favoráveis as mulheres serem candidatas. Outras viam sua emancipação apenas no direito a exercer alguma profissão; outras pautavam suas lutas em direitos gerais, como o voto e que este garantiria a extensão dos outros direitos instintivamente (HAHNER, 1981, p. 80-81).

O Rio de Janeiro como capital do Brasil e maior centro urbano, tornou-se o foco das manifestações feministas, e também o local onde eram tomadas as decisões políticas. Durante os meses de novembro de 1890 a fevereiro de 1891, aconteceram as reuniões para a formulação da Primeira Assembleia constituinte, primeira constituição do Brasil após a instalação da República.

As discussões sobre o voto feminino, como vimos acima, estavam presentes nos periódicos, e foram levantados durante a elaboração da constituição de 1891. Cabe destacar que, neste período o voto feminino não era reconhecido em nenhum país do mundo. No decorrer da sua elaboração surgiram os mais variados argumentos sobre teorias científicas, físicas,

[24] Usamos como referência a divisão regional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1969. Considerando os estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

intelectuais, emocionais sobre a mulher ter a capacidade de exercer o voto, temendo uma dissolução da estrutura familiar. Segundo Hahner

> As salas da assembleia não repercutiram sem parar com argumentos spencerianos de um Tito Lívio de Castro sobre os cérebros infantis das mulheres, sua inferioridade mental e retardação evolutiva. Poucos deputados admitiram acreditar, como Lacerda Coutinho, que as mulheres fossem física e mentalmente incapazes de suportar o excitamento dos conflitos no mundo exterior[...] em lugar de concordar com Lacerda Coutinho sobre todas as fraquezas das mulheres, outros deputados reconheceram suas aptidões intelectuais, mas opunham-se ao sufrágio em nome da conservação da família, temendo consequências de alguma saída da mulher do lar (1981, p.84). [25]

Os deputados contrários ao sufrágio feminino usavam como argumento, as aptidões de cada sexo, que cabia aos homens o dever da vida pública, e as mulheres destinadas a serem esposas e mães em tempo integral. O voto feminino neste sentido seria a contestação ao poder masculino "O entendimento dessa diferença de tratamento e hierarquização entre os sexos faria com que a luta pelo voto fosse encarada como uma verdadeira revolução, pois estaria colocando em contestação 'a supremacia masculina'" (KARAWEJCZYK, 2019, p.65). Também as concepções do espaço privado para as mulheres, e do espaço público para os homens estaria "fora de ordem". Se as mulheres alcançassem o voto, estariam entrando na esfera do espaço público, e "Se votar é um ato político, a reinvindicação deste direito pelas mulheres atacou o centro do sistema dicotômico público privado" (COLLING, 2021a, p.30).

Havia um temor que o envolvimento das mulheres com os compromissos que fugiam daquilo que estava do lar, o aumento a vida pública, as tiraria do "ambiente natural" das mulheres contrariando as "leis da natureza" (PINSKY, PEDRO, 2003, p.271,).

Segundo Colling (2021a, p.71), a ideia da feminilidade representando a mulher em uma única identidade, de recato, amor e doçura, fez parte da mentalidade da formação do sujeito moderno, do final do século XVIII e todo o século XIX, persuadindo as mulheres a incorporar o título de rainha do lar como uma grande realização pessoal da mulher/mãe.

Outro argumento usado pelos deputados era a falta de precedentes estrangeiros, e o deputado Cesar Zama afirmava que bastaria qualquer país importante da Europa conceder o sufrágio que o Brasil faria igual. Mesmo um projeto que incluía o direito de votar apenas as mulheres com títulos universitários ou de ensino, ou que tivessem propriedade em seu nome foi rejeitado.

[25] Tito Lívio Castros defendeu a tese de inferioridade intelectual feminina na obra "A mulher e sociogenia" (CASTRO, Tito Lívio. **A mulher e sociogenia.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1893).

Neste período em que esteve vigente a primeira constituição republicana, também estava sob influência o Código Civil brasileiro de 1916, herança do código napoleônico, que fala sobre o lugar que a mulher deve ocupar na sociedade. Segundo o Código Civil brasileiro as mulheres casadas eram consideradas como menores[26] do ponto de vista jurídico, privando a mulher direitos patrimoniais e pessoais, devendo a mulher obediência ao seu marido, concepção cristã baseada nos escritos de São Paulo. Através dele vários políticos justificavam por que eram contrários ao voto, "o debate travado quando da discussão do projeto do Código Civil brasileiro desnuda as resistências no tocante às modificações legais propostas no direito da família, num país marcado pelo modelo familiar patriarcal" (COLLING, 2021a, p.169). E qualquer mudança nesse sistema temiam causar a dissolução da estrutura familiar patriarcal.

Durante os meses de novembro de 1890 a fevereiro de 1891, aconteceram as reuniões da primeira assembleia constituinte, e ao longo de todas as instâncias do processo de formulação da nova constituição, foram apresentadas seis emendas e 15 manifestações sobre a inclusão da mulher no sufrágio (KARAWEJCZYK, 2019, p. 67).

Mesmo com manifestações favoráveis ao voto, ao final a lei do voto incluiu somente cidadãos maiores de 21 anos alfabetizados; as mulheres não estavam incluídas como cidadãs. Conforme segue abaixo:

> Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.
> § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:
> 1º) os mendigos;
> 2º) os analfabetos;
> 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
> 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.
> § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis[27].

No entanto, como não estava explicito na lei que as mulheres não podiam votar, desse modo, várias mulheres tentaram alistamento no período em que vigeu a constituição de 1891. A discussão sobre o voto feminino continuou na década consequente, com foco na discussão se a mulher poderia ou não ser cidadã?

O discurso moralizador, definia claramente as fronteiras de atuação das mulheres. Nas décadas seguintes o número de mulheres e políticos que se empenharam no debate e na luta

[26] Em 1962, uma modificação no Código Civil, retirou as casadas de ser menores incapazes.
[27] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm acesso em 24 de jan de 2023

pelo voto feminino cresceu e tomou forma de uma luta maior e organizada, como veremos mais à frente.

3.2 A LUTA PELO SUFRÁGIO NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

A partir da constituinte de 1891 percebe-se o início de uma maior organização no Brasil em torno do sufrágio feminino que ganha mais espaço na elite, na medida em que está elite tomava conhecimento do direito ao voto das mulheres em outros países.

Na entrada para o século XX, tornaram-se cada vez mais intenso os debates sobre o voto feminino no Brasil, com a criação de vários grupos de mulheres advogando a favor do voto, e de iniciativas individuais de tentativa de alistamento eleitoral. A autora Monica Karawejczyk (2014, p.71) chama atenção para a questão sobre como o voto feminino foi abordado na legislação de outros países, onde foi negado de forma explicita

> Tais aspectos são relevantes na medida em que nos diferenciam do que aconteceu em outros países, como nos EUA e na Inglaterra, por exemplo, que deixaram clara a exclusão das mulheres da política, ao empregar o termo "masculino" nas suas legislações, nesses foi a explícita exclusão feminina que passou a denotar com clareza os limites naturais impostos à participação das mulheres na política. Entretanto não foi isso o que aconteceu no Brasil, onde os constituintes do século XIX abriram um precedente que, mais tarde, seria explorado pelos partidários do sufrágio feminino.

O período de acomodação no novo regime no Brasil, também foi de intensas manifestações femininas no exterior, principalmente na Inglaterra, sob o nome de *suffragettes*, participantes do *Women's and Social and Political Union* (WSPU) fundado em 1903. Elas alcançaram grande visibilidade, e eram nominadas como feministas radicais, pelas táticas que adotaram, como atear fogo em caixas de correios, quebrar vidraças, passeatas, entre outras manifestações (KARAWEJCZYK, 2019, p. 61).

Na Argentina também as movimentações em torno do voto recrudesceram no século XX. Em 1921 a Província de Santa Fé incluiu as mulheres em sua reforma eleitoral, e em 1927 na província de San Juan, foi promovido reforma da Constituição incluindo as mulheres ao direito político, além do voto municipal feminino, concedido em várias cidades do país, porém o voto das mulheres só foi aprovado em nível nacional em 1947 (VALOBRA, 2021, p.34).

Os periódicos e revistas feministas que circulavam no Brasil no século XIX, continuaram tendo importância para a emancipação feminina na divulgação de notícias e ideais. Alguns periódicos criados no século XIX continuaram a ser redigidos no início do século XX

e outros novos surgiram (HAHNER, 1981, p.89). Em muitos periódicos o voto feminino se torna o principal foco de discussão.

O diálogo sobre o voto das mulheres começa a se tornar mais aceito na medida que é mais discutido pelos jornais, e o discurso a favor do voto é incorporado em parte da elite brasileira. Com a formação de grupos de mulheres e a realização de congressos para esse fim no Brasil, tornou-se mais aceita as discussões sobre o feminismo. O assunto ainda era polêmico, mas deixando de ser um assunto de escárnio (HAHNER, 1981, p.92).

Outro fator de reinvindicação defendido pelas mulheres principalmente da elite brasileira, era a de poder exercer a sua profissão, e através da justificativa de ter título acadêmico e podendo ter renda própria, também querer o direito a votar e ser votada, pois se nem os deveres acadêmicos não impediram a mulher de cumprir seus "deveres domésticos" o voto serviria para agregar ainda mais uma vida emancipada (HAHNER, 1981.p.94).

Como veremos a seguir, no século XX vão surgir os primeiros grupos de mulheres organizadas no Brasil e com a premissa da reivindicação dos direitos das mulheres no Brasil, foi criado em 1910, o Partido Republicano Feminino (PRF).

3.2.1 Partido Republicano Feminino

Em 1909, para apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca, foi criada a *Junta Femenil Hermes da Fonseca* ou Junta *Feminil pró-Hermes.* Essa associação, considerada a origem do Partido Republicano Feminino (PRF), foi fundada oficialmente, em dezembro de 1910 no Rio de Janeiro liderado por Leolinda Daltro junto com suas associadas.[28] (KARAWEJCZYK, 2019, p.83)

Figura 6- Leolinda de Figueiredo Daltro

[28] Ver mais em: KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, p. 64-84, 2014. E
PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção história do povo brasileiro) 2003. p.18 -21.

Fonte: Karawejczyk (2019)

Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu em 14 de julho de 1859 na Bahia, casou-se muito jovem, e teve dois filhos. Separou-se do primeiro marido, e depois foi estudar para ser professora. Aos 24 anos casou outra vez e se mudou para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como professora. Em 1895, percorreu o interior do Brasil, passando por Minas Gerais, Goiás e Maranhão, em defesa dos índios e contra a catequização, e trabalhou na alfabetização dos indígenas. Ainda durante o período da monarquia e posteriormente na República manteve contato com membros influentes da sociedade brasileira.

> [...]Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado. Tais contatos teriam lhe facilitado a intermediação entre a imprensa e a sociedade para arrecadar fundos para o seu projeto de alfabetização indígena. Ela percorreu durante mais de quatro anos o interior de Goiás para colocar em prática esse projeto, retornando ao Rio de Janeiro no final de 1900 (KARAWEJCZYK, 2014, p.67).

A causa indigenista fez parte da vida de Leolinda até 1911. No decorrer da luta pelas causas indígenas um dos principais percalços, e que causou muitos julgamentos, foi o fato de ser mulher, o que também a aproximou da luta pela emancipação feminina. No ano 1909 pediu alistamento eleitoral, que lhe foi negado, mas tentou outras vezes.

O PRF foi um grupo muito atuante em toda a década de 1910, chamando a atenção novamente para a pauta do voto feminino, mas também outras lutas pela emancipação das

mulheres, como a participação no serviço público, e apoiando várias pautas que fossem ao encontro da emancipação das mulheres.

A autora Celi Regina Pinto chama a atenção para o fato do PRF, usar a nomenclatura de partido político:

> [...]pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida [...]. Daí ser muito significativa a estratégia das mulheres não-detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram consideradas ilegítimas por não serem cidadãs dotadas de direitos. As fundadoras do partido poderiam ter criado um clube ou uma associação, mas preferiram organizar um partido, tomando assim uma posição clara em relação ao objetivo de sua luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política (2003, p.18).

O partido também não permitia a filiação de homens, porém buscava a aproximação de figuras políticas masculinas para ter alcance público. Ainda antes da criação do partido, Leolinda Daltro criou um jornal em junho de 1910, no Rio de Janeiro, intitulado *A Política.* Ele tinha como algumas de suas propostas a questão da catequese laica, o direito das mulheres à educação e ao voto.

O grupo de Leolinda também chamava a atenção pois participava de todas as solenidades no cívicas Rio de Janeiro "A forma de mobilização adotada por Leolinda e suas colaboradas pairava o espectro das radicais *suffragettes* inglesas, que puseram seus corpos a serviço da causa do sufrágio feminino, invadindo as ruas da Inglaterra" (MARQUES, 2004 *apud* KARAWEJCZYK, 2014, p.73). O grupo era caracterizado por uma militância mais incisiva, e nos jornais brasileiros era comparado aos grupos da Inglaterra. Porém, não se tem notícia de nenhum ato violento praticado por este; somente seus posicionamentos, participação em eventos públicos, entrevistas e publicações em jornais, reuniões dos membros.

Segundo Karawejczyk o surgimento do grupo no Brasil e as constantes notícias dos jornais sobre as *suffragettes* inglesas causava um impacto negativo e comparações ao grupo de mulheres brasileiras

> O impacto dessas notícias não deve ser subestimado e sua repercussão negativa sobre a opinião pública deve ser levada em conta, ainda mais pelo fato de que Daltro passou a ser nomeada, pela imprensa, como a Miss Pankhurst brasileira, sendo identificada com o sufragismo mais militante (2014, p.74).

Leolinda Daltro foi comparada a líder *suffragette* inglesa, Emmeline Pankhurst. A pauta do voto feminino continuou ligada ao grupo PRF e a líder Leolinda Daltro, tanto que em 1917

fez parte do tema do desfile de carnaval de rua do Rio de Janeiro. Este fato aponta que o assunto estava em destaque na época.

Também em 1917 o político Mauricio de Lacerda, [29]apresentou projeto incluindo as mulheres a se alistar como votantes e ser também elegíveis. Conforme podemos ver abaixo:

> Art. Entre eleitores de que tratam os Artigos 1 e 2 (Lei eleitoral de n. 3139 de 2 de agosto 1916, capítulo I) e na conformidade que dispõe os Artigos 70 e 71 da Constituição Federal, estão compreendidas as mulheres maiores de 21 anos que souberem ler e escrever e não e incorrerem em nenhum dos casos do Artigo 70, n. 1, 2, e 4 da Constituição Federal, os quais serão alistáveis e igualmente elegíveis na forma do disposto da referida Constituição e lei citadas (*Diários*,1917, p. 478).

Desde a constituinte de 1891 foi a primeira vez que o voto feminino foi defendido no congresso, considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente rejeitada.

Dois anos depois o senador Justo Chermont[30], apresentou projeto de reforma eleitoral para que as mulheres fossem acrescentadas na legislação como votantes:

> Artigo único. São extensivas às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis n. 3139, de 2 de agosto de 1916, e n.3.208 de 27 de dezembro de 1916, revoga legislação em contrário (Diário, 18 dez.1919, p.5437).

O projeto recebeu parecer positivo em maio de 1921, e em 1923 ocorre tentativa de retomada do projeto. Somente em novembro de 1927 após a aprovação do voto feminino do Rio Grande do Norte o projeto recebe um parecer positivo novamente, mas no mês seguinte é colocado como "não urgente". Chermont apresenta mais duas emendas em 13 de dezembro, solicitando que o voto feminino seja concedido, mas com algumas restrições, onde o projeto

---

[29] Maurício Paiva de Lacerda nasceu em Vassouras (RJ) no dia 1º de junho de 1888, filho de Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda e de Maria da Glória Paiva de Lacerda. Seu pai foi deputado constituinte em 1891, deputado federal de 1894 a 1896, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1897 a 1898, no governo Prudente de Morais, e ministro do Supremo Tribunal Federal em 1912. Lacerda em 1910, tornou-se seu oficial de gabinete de Hermes da Fonseca. Foi também eleito deputado à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Em 1912 deixou o gabinete presidencial para eleger-se deputado federal pelo estado do Rio. A partir dessa época, acompanhou os movimentos reivindicatórios do proletariado no Distrito Federal, iniciando-se no estudo da doutrina socialista. Em 1915 e 1918, foi reeleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, tornando-se então ardoroso defensor do nacionalismo. Durante sua permanência na Câmara dos Deputados, acumulou os cargos de vereador de Vassouras (1913-1923) e de prefeito dessa cidade (1915-1920). Ver mais sobre Maurício de Lacerda em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LACERDA,%20Maur%C3%ADcio%20de.pdf Acesso em 17 de set. de 2023.

[30] Justo Pereira Leite Chermont nasceu em Belém do Pará no dia 27 de junho de 1857, filho de Antônio Lacerda Chermont e de Catarina Leite Chermont. Seu pai recebeu o título de visconde de Arari e distinguiu-se como primeiro vice-presidente da província do Pará no período de 1866 a 1868. Justo Chermont foi senador pelo estado do Pará de 1894 a 1909, nas eleições presidenciais de 1902 concorreu sem sucesso à vice-presidência da República, apoiado pelos Partidos Republicanos do Pará, Pernambucano e Fluminense. Voltou ao Senado de 1921 a 1926, ano em que faleceu, no dia 2 de abril.

volta a comissão para ser reavaliado, porém não volta a ser debatido até o fim da Primeira República (KARAWEJCZYK, 2019, p. 98-99).

A luta pelo voto feminino no início do século esteve muito ligada a personalidades como Leolinda na década de 1910, e como veremos mais a frente com Bertha Lutz na década de 1920.

Importante destacar que a militância de Leolinda Daltro não ficou restrita somente ao período de existência do PRF, como salienta Karawejczyk. "Na década de 1930 Daltro permaneceu ativa na luta pela emancipação feminina fazendo parte da Aliança Nacional de Mulheres, agremiação fundada em 1931 pela advogada Natércia da Silveira, bem como sendo candidata nas eleições de 1933 e 1934" (2014, p.81). Leolinda Daltro faleceu em maio de 1935, vítima de atropelamento, na cidade do Rio de Janeiro. Durante toda a sua vida defendeu que as mulheres tivessem amparadas pelas leis com igualdade de direitos políticos com os homens, e tivessem uma formação mais ampla, como o acesso à educação e trabalho.

As tentativas de incluir a mulher no sufrágio na década de 1910 não obtiveram sucesso, mas foram importantes para a mobilização que se tornava maior, chamando a atenção para debate na sociedade.

3.3 A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO (1922-1930)

A década de 1920 anuncia várias transformações no Brasil, como A Semana de Arte Moderna, as revoltas tenentistas, a fundação do Partido Comunista, o descontentamento da política dos governadores. Vários países no pós-guerra estenderam o voto feminino, repercutindo cada vez mais no Brasil. Na década de 1920 o grupo que mais vai se destacar na luta pelos direitos políticos das mulheres vai ser a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), tendo como principal líder Bertha Lutz.

Sobre Bertha Lutz [31]destacamos que, nasceu em São Paulo em 1894, filha da enfermeira Amy Fowler Lutz e do cientista e médico, pioneiro na área de epidemiologia e na pesquisa de doenças infecciosas e pai da medicina tropical brasileira, Adolpho Lutz. Em 1908 a família muda-se para o Rio de Janeiro.

Bertha Lutz estudou biologia na Sorbone (*Licenciée des ciences*), na França retornando ao Brasil em 1918, depois de sete anos de estudos. No período em que Bertha Lutz esteve na

[31] Ver mais em: MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Bertha Lutz. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30679. Acesso: ago. de 2022.

Europa os movimentos sufragistas estavam em fase emergente. Após seu regresso ao Brasil, ajudou a formar e liderar grupos de mulheres, sendo fluente em francês e inglês, o que contribuiu para formar as suas redes de contatos no exterior. Em 1919 passou em um concurso para secretária do Museu Nacional, sendo a segunda mulher a ser nomeada em um concurso público do Brasil.

Figura 7 - Bertha Lutz

Fonte: Karawejczyk (2019)

Em 1919 foi criada a Legião da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, uma organização de serviço social, com o lema "Amparar e elevar a Mulher", que acreditava que as mulheres estariam melhores por meio de ajuda mútua e melhores métodos de organização. Liderada por Julia Lopes, Bertha Lutz era diretora da comissão administrativa (HAHNER, 1981, p.102).

Em 1920 surgiu a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM). Fundada por Bertha Lutz com o objetivo de "promover o progresso intelectual entre as mulheres e mostrar às brasileiras a importância de expandir os seus horizontes para poderem conseguir, de forma integral e conjunta, melhorias nas condições sociais para todas" (KARAWEJCZYK, 2019, p.93). E vai ter como característica, assim como a futura FBPF, um foco voltado à educação e

aos direitos políticos, não se aliando a posições consideradas radicais no período, adotando a tática de não confronto. Segundo Mônica Karawejczyk (2019, p.93):

> Em correspondências encontradas no fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), no Arquivo Nacional, datadas de 1920, percebe-se a preocupação da Liga em não ser confundida com uma associação de *suffragettes,* nem com um grupo de amadoras, mas sim em ser vista como uma associação legítima e empenhada em cumprir as suas metas.

O novo grupo LEIM, foi considerado mais aceito que o PRF. Desse grupo vão participar mulheres de classe média ou alta do Rio de Janeiro, sendo de círculos importantes economicamente e intelectualmente, com acesso a núcleos privilegiados de convívio social, principalmente de políticos. Também o círculo social da família de Bertha Lutz era grande, e facilitou a sua ascensão na luta pelo voto, pois acessou livremente espaços que lhe seriam negados se fosse de classe social baixa. Já Leolinda Daltro que vinha de outra condição social que Bertha, apesar de ser uma pioneira teve de enfrentar o desrespeito à frente da luta pelo voto. "O pioneirismo de Leolinda, à frente de um dos primeiros movimentos organizados femininos, foi mal compreendido na época, e ela teve que suportar piadas e zombarias em relação à sua luta (KARAWEJCZYK, 2014, p.81).

A luta pelo voto feminino Brasil, foi se desenhando nas três primeiras décadas do século XX, "Conforme o século XX progredia, mais mulheres da classe superior e classe média reivindicam direitos comparáveis aos de seus maridos e irmãos, principalmente quanto ao acesso aos cargos profissionais e ao voto. Sua espécie de feminismo era socialmente aceitável" (HAHNER, 1981, p.94). Não buscando mudanças nos papeis da estrutura familiar.

A transição LEIM para a FBPF, vai ocorrer a partir da participação de Bertha Lutz como delegada oficial do Brasil, na *Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres*, em abril de 1922, na cidade de Baltimore, EUA. Nesse período, as mulheres já tinham alcançado o voto em 22 países. Primeiro país a conceder o voto as mulheres foi a Nova Zelândia em 1893, depois a Austrália no ano de 1902, Finlândia em 1907, e Noruega em 1913. Após o fim da Primeira Guerra (1914-1918), de quatro passou para dezenas de países, alguns países concedendo o voto integral, já outros com alguma restrição (ter título acadêmico, ou propriedade em nome).

Foi um importante passo para engajar o grupo no movimento internacional. O novo nome do grupo passa a ser Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 9 de agosto de 1922, onde passa a ser uma filial brasileira da *Associação Pan-Americana* (KARAWEJCZYK,

2019, p.96). Essas alianças com outros grupos sufragistas contribuíram para a legitimação do próprio movimento.

Bertha Lutz permaneceu nos Estados Unidos por três meses, onde conheceu o modelo norte-americano de sufrágio, considerou o modelo sufragista norte-americano mais adequado para o Brasil (HAHNER, 1981, p. 105-106).

A FBPF passa a ser um grupo nacional, com o objetivo de fundar filiais em outros estados. Em dezembro de 1922, a Federação organiza o congresso de mulheres do Rio de Janeiro, que contou com a participação da sufragista norte americana Carrie Chapman Catt, onde nove governadores enviaram delegados a conferência, e o senador Lauro Muller de Santa Catarina presidiu a conferência da sessão final do Congresso de Mulheres (HAHNER, 1981, p. 108).

A busca pela participação de homens vinculadas as ações públicas promovidas pela FBPF era uma das táticas do grupo, e visava chamar a atenção da sociedade e da imprensa. Outra tática era o envio de cartas e telegramas a todos os políticos que se posicionassem a favor do voto (HAHNER, 1981, p. 113- 114).

Bertha Lutz continuou representado o Brasil em vários congressos feministas ao longo de todo século XX e mesmo depois do voto feminino ser alcançado nacionalmente[32]. Da FBPF participavam mulheres de várias classes sociais, porém as que estavam entre as lideranças eram mulheres de classe média ou alta, a exemplo de algumas das fundadoras do grupo, como Isabel Imbassahy Chermont (esposa do senador Justo Chermont) Stella Guerra Duval (fundadora da entidade de assistência a maternidade e infância Pró-Matre na cidade do Rio de Janeiro, em 1918), a escritora Júlia Lopes de Almeida, entre outras (KARAWEJCZYK, 2019, p.94).

A FBPF não aspirava uma reestruturação do sistema político nacional, como afirma Céli Pinto (2003, p.26) "[...] um feminismo bem-comportado, na medida que agia no limite na pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais". A família patriarcal é o modelo das relações políticas da Primeira República no Brasil, tendo destaque na figura do homem coronel. A Federação argumentava participar da vida política ao lado dos homens, não se intrometendo na ordem da família e a vida doméstica das mulheres.

Por evitar assuntos que eram considerados ainda polêmicos para a época, algumas mulheres decidiram se afastar ou integrar outros grupos por não se sentir representadas. A exemplo de Almerinda Farias Gama, uma feminista negra, vinda de Alagoas em 1929, que logo

[32] HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.112-125.

passou a integrar o grupo de Bertha Lutz, tornou-se assessora de imprensa do grupo, além de publicar em outros jornais. Almerinda como uma trabalhadora negra e assalariada, nem sempre conseguia contribuir com o grupo e se sentir representada nas suas pautas, entrando em conflito em temas que não ganhavam muito espaço, como divórcio e melhores condições de trabalho. Depois da conquista do voto, Almerinda aproxima-se mais dos sindicatos, pois além da pauta feminista, as questões do proletariado também a interessavam, espaço esse, que não encontrou na FBPF (TENÓRIO, 2021).

O fato demonstra que a FBPF não conseguia alcançar as barreiras de classe, e nem se aproximar das camadas populares. A Federação via os seus objetivos como gerais, integrando as suas pautas como pauta de todas as mulheres, porém, mesmo o voto não poderia ser considerado uma pauta geral, pois não incluía as mulheres analfabetas.

Por conseguir estar em meios de maior influência, a FBPF e Bertha Lutz vão ter uma atuação cada vez mais incisiva ao longo da década de 1920, no meio político.

> Bertha, em nome da FBPF, participa de forma cada vez mais ativa na busca pela aprovação do sufrágio feminino, elaborando cartas, reunindo-se com políticos e participantes das sessões do congresso em que a questão era debatida. Ela até mesmo conseguiu a façanha de ser convidada para participar de uma das reuniões da *Comissão de Constituição e Justiça* em novembro de 1921 que estava ponderando sobre a questão do alistamento feminino, o que demonstra seu prestígio e a sua inserção junto ao governo. (KARAWEJCZYK, 2019, p.98).

Ao longo da década de 1920 vai haver pelo menos quatro tentativas de inserção de projetos e emendas sobre voto feminino no Parlamento brasileiro. As alianças da FBPF, vão ser muito importantes para difundir a causa no meio político. Em 1927 é aprovado o voto feminino no estado do Rio Grande do Norte, apoiado e acompanhado de perto pela FBPF.

A Primeira República mesmo sob o mando das oligarquias rurais foi capaz de promover o avanço do voto feminino, instituído no estado do Rio Grande do Norte, sob o poder das oligarquias rurais. Foi possível ter avanços políticos para as mulheres ainda na Primeira República, e abrindo precedentes para outros estados fazerem o mesmo. O direito ao voto das mulheres no Rio Grande do Norte foi um pequeno e significativo passo, para um grande avanço que viria somente na década seguinte para todas as mulheres brasileiras.

3.3.1 O Voto feminino no Rio Grande do Norte

Nas eleições estaduais no Rio Grande do Norte em 1927 um dos candidatados ao governo do estado Juvenal Lamartine, conforme visto no item 2.1.2, era defensor do voto feminino. Político próximo a FBPF e Bertha Lutz, entre suas propostas de campanha estava o voto feminino estadual.

Juvenal Lamartine elegeu-se governador, mas, mesmo antes de iniciar seu mandato, em 25 de outubro de 1927, o ainda governador e correligionário José Augusto Bezerra de Medeiros, acrescentou as leis estaduais o voto das mulheres. Além de ser do mesmo grupo político Juvenal Lamartine era tio de José Augusto Bezerra de Medeiros. Juvenal Lamartine deixa a cadeira do senado para ser governador e quem assume sua cadeira de senador é o sobrinho José Augusto Bezerra de Medeiros.[33]

Com esse passo em direção ao sufrágio a FBPF "[...] avançou sua campanha, usando argumentos baseados na capacidade provada e nas contribuições das mulheres em outras áreas de empenho, no substancial aumento no número de cidadãs alfabetizadas" (HAHNER, 1981, p.117).

A FBPF considerou o fato de o Rio Grande do Norte ter aprovado o voto feminino, serviria de exemplo para todos os outros estados brasileiros. O incentivo aos alistamentos individuais de mulheres, continuou partindo do pressuposto de que a constituição não excluía a mulher do voto. Até 1930 obtiveram sucesso nos alistamentos em dez estados brasileiros e a FBPF estava com filiais em treze unidades da federação (SOIHET, 2013, p. 71). Demonstrando que a luta pelo voto estava difundida em vários espaços do país, não ficando restrita a capital brasileira.

As contribuições de Juvenal Lamartine na luta pelo voto feminino eram conhecidas, e como governador este contato permanece. Segundo Karawejczyk (2019, p.100).

> A aprovação do voto feminino estadual no Rio Grande do Norte muito se deve à figura do político Juvenal Lamartine. Seu nome é muitas vezes citado, tanto na imprensa da época quanto pela própria Federação, como o grande defensor do sufrágio feminino no Parlamento Brasileiro.

[33] Ver mais sobre a vida de José Augusto Bezerra de Medeiros em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AUGUSTO,%20Jos%C3%A9%20(RN).pdf Acesso em: 17 de set. de 2023.

Fazia parte da estratégia da FBPF buscar o apoio dos políticos, solicitando reuniões, enviando cartas e telegramas, Segundo Hahner (1981, 112-13) "[...]enviavam, com boa divulgação telegramas de elogio aos políticos que tomassem posições públicas favoráveis ao sufrágio feminino, assim como mensagens apoiando feitos estatais em favor do voto local para as mulheres".

Outra forma de divulgação sobre o voto feminino na grande imprensa era os jornais. Um desses espaços de divulgação da FBPF era a seção *Feminismo* no jornal *O Paiz* [34] da cidade do Rio de Janeiro. A seção era assinada por membros da FBPF e começou a ser publicada em outubro de 1927 até setembro de 1930 (ELIAS; KARAWEJCZYK, 2021). Nesta seção publicaram algumas matérias e entrevistas de Alzira Soriano, entre os anos de 1927 a 1930, que tratam sobre o voto no Rio Grande do Norte, e principalmente da eleição de Alzira Soriano, e que analisaremos no capítulo seguinte.

Após a conquista do voto feminino do Rio Grande do Norte a seção noticiou com muito ímpeto a vitória.

Figura 8 - Cabeçalho da seção *Feminismo* do jornal *O Paiz.*

F E M I N I S M O

por BERTHA LUTZ (presidente) e ORMINDA BASTOS (consultora jurídica) da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

... COMPLETADA A IGUALDADE DE TODOS OS DIREITOS: NOS SÃOS SEM DISTINCÇÃO DE SEXO, DE CONFISSÕES RELIGIOSAS, DE DEPENDENCIAS OU DE ANALPHABETISMO IRÁ O BRASIL REALIZAR OS SEUS ALTOS E GRANDIOSOS DESTINOS.

Da plataforma de governo de S. Ex., o Dr. WASHINGTON LUIS.

Fonte: hemeroteca digital, 2 de dez. de 1928.

Neste espaço do jornal *O Paiz*, a FBPF publicava as notícias sobre os seus atos, participação em congressos, declarações das associadas e apoiadoras, também notícias sobre o voto feminino no mundo.

Com a aprovação do voto feminino no Rio Grande do Norte, o jornal noticiou com veemência o que foi considerado pela Federação a vitória do feminismo no estado. Em 2 de dezembro de 1927, publica no jornal que a primeira eleitora do Rio Grande do Norte é a professora Celina Viana. Também traz telegrama de outra mulher do estado, Alzira Soriano, com a seguinte mensagem *"Orgulhosa pelo gesto da assembleia legislativa do nosso querido estado, concedendo o voto feminino em nome das mulheres de Lages, felicito V. Ex. pela*

[34] As consultas ao jornal foram feitas de forma online, através da busca de palavras

brilhante vitória e asseguro solidariedade política nossa ao futuro governo"[35] Alzira, mulher residente na cidade de Lajes, aproximadamente 132 quilômetros da capital Natal, declara como positivo o voto feminino para o estado e a solidariedade política ao futuro governador Juvenal Lamartine.

Com o voto feminino no Rio Grande do Norte foi incentivado ainda mais o alistamento individual das mulheres em outros estados. Algumas conseguindo alcançar êxito, como por exemplo, a eleitora mineira Elvira Komel que se alistou em 1928, e Francisca Gaya no Município de São João da Barra no Rio de Janeiro em 1929.

Com o parecer positivo ao voto em alguns estados do Brasil, a FBPF abriu na época, um escritório no Rio de Janeiro somente para tratar dos alistamentos contando com o serviço da advogada Natércia de Cunha Silveira para elaborar os pedidos (KARAWEJCZYK,2019, p.103)

Os votos das mulheres norte-rio-grandenses na eleição ao senado foram considerados nulos em 1928, pois ainda só era permitido o voto estadual. A FBPF reagiu com um manifesto reclamando a validade dos votos e dos direitos de liberdade e autonomia (SOIHET, p.70, 2013).

Com possibilidade de as mulheres votar e serem votadas no Rio Grande do Norte, começam-se a construir os arranjos para as eleições no estado em 1928, onde a FBPF acompanhou de perto esse movimento, e mobilizou junto com o governador Juvenal Lamartine para que as mulheres, além de poder votar, fossem candidatas.

Segundo a biografa Heloísa Galvão Pinheiro de Souza[36] (1993, p. 29) "É provável que Juvenal Lamartine de imediato tivesse se lembrado da filha mais velha do seu correligionário, Miguel Teixeira de Vasconcelos por que, certo dia, em visita pelo interior do estado, ele arranjou um encontro entre o coronel e Bertha Lutz" referindo-se a filha mais velha do Coronel Miguel Teixeira, Alzira Soriano autora do telegrama citado anteriormente na publicação feita pela Federação no jornal.

A biografia é muito importante para tomarmos conhecimento da história de Alzira Soriano, antes e depois da eleição. Porém é notável que a biografia traz elementos da vida da biografada, como um desenrolar de acontecimentos, que não poderiam ter acontecido de forma

---

[35] FEMINISMO, **O Paiz.** Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1927, p,5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=32179 acesso em: 25 de abr. de 2023.

[36] Na biografia não traz a informação de quanto tempo durou o trabalho de escrita da mesma. Somente apresenta um roteiro de entrevistas feitas entre o mês de junho e agosto de 1987, assim, 24 anos após a morte de Alzira Soriano. As entrevistas foram realizadas com parentes e indivíduos ligados ao universo da política da biografada.

diferente, referindo-se a Alzira sempre de forma heroica e destemida, trazendo como o ponto culminante de sua eleição como prefeita. Segundo Loriga, a biografia heroica:

> [...]coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral (e, poder-se-ia dizer, uma simples extensão, como na sinédoque), a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão; o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado, Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais, penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos "façam" eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA,1998, p.249).

A biografia aqui vista como fonte, leva em conta a problematização do contexto histórico vivido, Alzira Soriano é centro da narrativa, e o cruzamento de informações com outras fontes, como jornais e cartas, permite inserir Alzira Soriano no seu contexto histórico, não diminuindo os seus feitos, mas buscando vê-la a partir do tempo e espaço.

Luisa Alzira Teixeira de Vasconcelos, lembrada com o sobrenome de casada “Soriano”, e também somente pelo segundo nome “Alzira” ficando conhecida como Alzira Soriano.

Pouco se sabe sobre a sua infância, qual foi o tipo de educação que recebeu? Se frequentou a escola? A biografia de Alzira pouco contribui neste sentido. O sumário da biografia divide os capítulos da seguinte forma: Parte I O casamento, Parte II- Alzira em casa 1, Parte III campanha e eleição- Alzira prefeita, Parte IV Alzira em casa 2, Parte V A doença.

A forma de como os capítulos foram nomeados, nos diz muito sobre qual era o destino socialmente aceito para a mulher na época de Alzira (casamento, casa), e que mesmo ao final do século XX, ainda influenciou a autora da biografia, na nomeação dos títulos. O título que destoa dos outros é Campanha e eleição- Alzira prefeita.

Ao contrário do que mencionam os títulos, a biografia escrita por Heloísa Maria Galvão Pinheiro de Souza, traz uma vida diversa, que não girou somente em torno da casa, do lar, das filhas. Os títulos Casa e Casamento, remetem a uma mulher presa ao lar, e um capítulo com o título de Alzira prefeita, remete a Alzira na vida pública. Porém, os capítulos revelam uma vida cheia de mudanças e de protagonismos, onde as relações familiares estão muito presentes, mas não somente elas.

A partir de correspondências disponíveis no Fundo da FBPF[37] é possível perceber que o encontro entre o coronel Miguel Teixeira e Bertha Lutz não aconteceu por acaso, e teve o envolvimento de Alzira Soriano.

No dia primeiro de agosto de 1928, quase um mês antes da data das eleições, Alzira escreve carta para o governador Juvenal Lamartine:

> *F. Primavera, 1 de agosto de 1928*
> *Ex.mo Sr. Juvenal Lamartine*
> *Saudações cordeais*
>
> *Por papai soube que V. Ex.ª Nestes dias de agosto virá a Lages, nos dando o grande prazer de almoçar conosco, aqui na Fazenda. Achando muito boa opportunidade, venho como única eleitora de Lages, por intermédio de V Ex.ª, convidar a Sr.ª Bertha Lutz para vir também nesta ocasião, nos dar o prazer de vossa honroza visita ao município de Lages. Confio que a bondade de V. Ex.ª tudo fará afim de ser aceito o meu humilde convite.*
> *Caso D. Bertha Lutz aceite o convite, peço a V. Ex.ª o grande obsequio de me avizar com antecedência o dia que deverão estar aqui.*
> *Mais uma vez digo que, meu desejo e de papai é que venham almoçar aqui, e depois seguimos todos à Lages.*
> *Brevemente aguardo resposta de V. Ex.ª a Correligionária e patrícia amiga*
> *Alzira Soriano*[38]

A visita de Juvenal Lamartine e Bertha Lutz a Fazenda Primavera, foi combinada por correspondências. Também escreve a Bertha Lutz o coronel Miguel Teixeira em 5 de agosto pedindo que Bertha venha até o município de Lajes.

> *Quero ter a satisfação indizível, e honra insique de sua visita ao município de que sou humilde chefe, e vide vossa excelência contará com meu apoio, na realização do seu tão nobre ideal. Há por enquanto aqui, apenas uma eleitora a minha filha, Alzira Soriano, e está única votou na última eleição para a vaga de senador. Com a*

[37] O fundo privado Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a guarda do Arquivo Nacional, foi constituído através de doações realizadas em 1976, por Maria Sabina Albuquerque, então presidente da FBPF, após a morte de Bertha Lutz; em 1985, por Ilka Duque Estrada Bastos, então presidente da federação; e em 1986, por Renée Lamounier e Aída Mendonça de Souza, associadas da organização, após a extinção da entidade. Em 2006, uma doação pontual de Maria Luiza Carvalho de Mesquita acrescenta ao fundo um passaporte que pertenceu a Bertha Lutz. Dividido em três seções − Bertha Lutz, administração e produção intelectual de terceiros −, o conjunto de documentos revela a atuação pioneira da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na luta pelos direitos da mulher, especialmente entre os anos 1920 e 1940, mas cobrindo também as décadas seguintes. O fundo conta com documentação manuscrita, iconográfica, sonora, bibliográfica e cartográfica, e ainda publicações atribuídas à federação, que atualmente encontram-se sob a guarda da biblioteca do Arquivo Nacional (Biblioteca Maria Beatriz Nascimento). (CALIXTO, GOUVÊA, 2020, p.241).

[38] Código de referência BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0123_d0001de0001, p.1. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1298287&v_aba=1 acesso em 13 de ago. de 2023.

> *presencia de vossa excelência creio que este número se elevará de maneira a não ficar este município, em nada inferior aos outros do meu estado*[39].

Na carta o coronel deixa explicito que é chefe de Lajes, e que até aquele momento, a única eleitora de Lajes era, Alzira Soriano, primogênita do coronel. A possibilidade de mais eleitoras no município que estivessem sob tutela do coronel Miguel Teixeira, seria benéfica para os interesses de seu grupo político, no âmbito municipal e estadual, tendo em vista o pertencimento ao mesmo grupo político do governador Juvenal Lamartine.

Alzira Soriano, como filha do coronel da cidade, teve condições de estudar e ser alfabetizada, um dos requisitos para poder votar e ser votada. Porém, as mulheres e homens analfabetos estavam excluídos deste direito.

O convite chegou a Bertha Lutz, conforme carta presente nos arquivos da FBPF. Em 10 de agosto Alzira escreve novamente desta vez diretamente a Bertha Lutz:

> *Campeã illustre e abnegada da emancipação política da mulher brasileira Sr.ª Bertha Lutz*
> *A mulher Lagense representada na minha humilde pessoa, desejando prestar-vos sua homenagem, tem a honra de convidar-vos para assistir o alistamento eleitoral feminino que há de se realizar na sede deste município no dia 22 do corrente, as 13 horas.*
> *Lages, 10 de agosto de 1928.*
> *Alzira Soriano*[40]

Em 24 de agosto de 1928, Alzira Soriano escreve a Bertha Lutz desejando boa viagem de regresso a líder feminista: "Nome eleitorado feminino deste município envio eminente propagadora de feitos femininos votos sucesso feliz viagem regresso. Alzira Soriano[41]."

A presença da líder feminista Bertha Lutz no município de Lajes, deve ter sido muito festejada e acompanhada pela população local. Assim, com o apoio de seu pai, do grupo político de Juvenal Lamartine e da líder feminista Bertha Lutz. Alzira Soriano, tendo 32 anos, disputou as eleições pelo Partido Republicano no dia 2 de setembro de 1928 e elegeu-se prefeita da cidade de Lajes no Rio Grande do Norte, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita

---

[39] Código de referência BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0149, p.1-2. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1298389&v_aba=1 acesso em 13 de ago. de 2023.
[40] BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0123_d0001de0001, p. 4. https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1298287&v_aba=1 acesso em 13 de ago. de 2023.
[41] BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0123_d0001de0001, p.5 https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1298287&v_aba=1 acesso em 13 de ago. de 2023.

no Brasil e América Latina. Ela governou seu município de 1929 até outubro de 1930. O seu contato com a FBPF, vai ser contínuo durante todo o mandato.

Como vimos neste capítulo, a luta pelo sufrágio feminino no Brasil vinha desde o final século XIX, com destaque a partir da criação dos primeiros periódicos femininos. No século XX a luta tomou mais forma com a criação de grupos de mulheres que lutavam pelo sufrágio feminino, ganhando mais visibilidade na década de 1920, com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922). Com a liderança de Bertha Lutz, a FBPF buscou agrupar mulheres para a luta pelo sufrágio, divulgando suas ações na imprensa da época e buscando apoio de políticos favoráveis ao voto, como Juvenal Lamartine, do estado no Rio Grande do Norte. O estado foi o primeiro a aprovar o voto feminino, e elegeu a primeira prefeita brasileira, pertencente a oligarquia Seridó.

4 ALZIRA SORIANO: A PRIMEIRA PREFEITA BRASILEIRA

Neste capítulo abordamos de forma mais específica a trajetória de vida de Alzira Soriano, ressaltando o seu papel na luta política pelo voto feminino e a inserção da mulher na política vida pública na década de 1920, bem como a influência da FBPF na campanha, eleição e mandato a partir das fontes biográficas, jornalísticas e de cartas pessoais.

Analisamos a escrita no jornal *O Paiz* na seção Feminismo, redigida pela FBPF, especificamente as seis edições[42] que trazem notícias sobre Alzira Soriano entre os 1927 a 1930. A partir do item 4.4 a principal fonte são as 16 cartas trocadas entre Bertha Lutz e Alzira após a eleição municipal, entre os anos de 1928 a 1930. A maioria das cartas são correspondências entre a primeira prefeita brasileira e Bertha Lutz.

Buscamos através destas fontes compreender o transcorrer do mandato da prefeita Alzira Soriano, de 1929 a outubro de 1930. Identificamos através das fontes quais foram as ações desenvolvidas durante o seu governo, e as dificuldades enfrentadas durante este período. Depreendemos também a prefeita no ambiente coronelístico, como filha do coronel local Miguel Teixeira.

4.1 A ELEIÇÃO DA PRIMEIRA PREFEITA BRASILEIRA: ALZIRA SORIANO

Alzira Soriano após a morte do marido e do sogro volta novamente a casa paterna. Durante o período que Alzira não estava morando em Jardim de Angicos, a cidade perdera a emancipação, e tornou-se distrito da cidade Lajes. A perda da emancipação ocorreu por conta da ampliação da linha férrea:

> [...] porque com a possibilidade de ampliação da linha férrea o senador Tavares de Vasconcelos enviara telegrama ao coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos perguntando se era de seu interesse que o trem passasse por Jardim. O coronel não quis tomar a decisão sozinho, ouviu correligionários, entre eles, um seu cunhado, José Bilro. Este foi contra, disse que o trem mataria o gado e até ameaçou passar-se para o Partido Liberal, adversário do coronel, militante do Partido Republicano (SOUZA, 1993, p.23).

[42] FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1927.
FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1928.
FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 21 de outubro de 1928.
FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1928.
FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1928.
FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 28 de abril de 1930.

A ferrovia[43] não ter vindo até Jardim de Angicos posteriormente rendeu ao coronel Miguel Teixeira, um grande arrependimento. Pois, a ferrovia fez com que Lajes se desenvolvesse mais, e se tornou um centro mais desenvolvido, ficando Jardim de Angicos estagnado, tendo somente mais tarde sua emancipação de Lajes em 1963.

Figura 9- Inauguração da estação ferroviária de Lajes- 1918

Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rgn/lajes.htm

Alzira permanece na casa paterna por muitos anos, e assume uma postura ativa na família, no trabalho, política e a aproximação com a luta feminista. Conforme Souza (1993, p. 23) "Dava conta de tudo: casa, filhos, administração dos trabalhos na lavoura. Abdicou do trabalho secundário destinado as mulheres de sua geração para desempenhar o papel principal em uma família onde as mulheres prevaleciam pelo menos em número." Alzira torna-se a líder de sua família, e assume o papel de administradora da fazenda, e também vai ganhando espaço em outro aspecto muito importante para a família, a política.

[43] HISTORICO DA LINHA: A linha da E. F. Sampaio Correia foi aberta em 1906 até a estação de Itapassaroca. Posteriormente foi estendida até Taipu (1907), Baixa Verde (1910), Pedra Preta (1913), Lajes (1918), que ficou como ponto de saída para a linha ligando Lajes a Macau e depois para o ramal para Jucurutu e Oscar Nelson (1949). Em 1982, os trens para Macau acabaram e, nos 1990, os cargueiros. Ficaram somente os trens da Linha Norte operados hoje pela CBTU e que chegam somente a Ceará-Mirim, a 39 km de Natal. O resto foi abandonado. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rgn/lajes.htm Acesso em: 07 de abr. de 2023.

O primeiro Código Civil brasileiro, criado em 1916, colocava o homem como chefe da família. Apenas na sua ausência ou se houvesse algum outro impedimento que a mulher poderia ser a chefe da sociedade conjugal.[44]

A condição de viúva e de ser a filha mais velha do coronel da cidade, são dois pontos que trazia vantagens para Alzira. E para sua família seria a continuidade do poder coronelístico. Segundo Souza (1993, p. 23-24).

> Alzira também começou a participar das conversas políticas **do pai** levadas a efeito na Fazenda Primavera, já aquela época, parada obrigatória dos políticos e centro das decisões políticas da região. Nada se passava ou acontecia por aquelas bandas sem o conhecimento ou consentimento do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos (Grifo nosso).

Os discursos científicos e religiosos sobre a mulher a colocavam como biologicamente apta para o lar, cuidando da família, ou seja, ao espaço privado. E o homem pertencente ao trabalho e vida pública, e principalmente o espaço político.

Apesar dessas regras sociais estarem bem explicitas, em alguns casos ocorriam exceções, a exemplo são as mulheres que se tornavam viúvas, tinham boas condições econômicas e vinham de famílias influentes. O poder coronelístico nem sempre esteve somente nas mãos de homens com traz Janotti (1981, p.25)

> É curiosíssima a história da matriarca maranhense D. Ana Jânsen Pereira, que a partir de 1839 tornou-se chefe da facção liberal mais influente da Província. Rica proprietária de fazendas e prédios em São Luiz. Como prospera comerciante abastecia a capital de água potável, empregando uma tropa de burros. “Não houve Jânsen, no seu tempo que lhe fugisse a tutela. Todos, legítimos, ou bastardos, consanguíneos ou afins, obedeciam-lhe cegamente.

Em algumas situações, como de viúva, era tolerado as mulheres ocuparam certo papel de protagonismo na família e nos negócios.

Como vimos no capítulo anterior, com o voto feminino instituído no Rio Grande do Norte, Alzira Soriano candidata-se a Prefeita de sua cidade, tendo o apoio de Bertha Lutz, do Governador Juvenal Lamartine e de seu pai para concorrer a eleição para prefeita de Lajes.

Mesmo contando com o apoio da líder feminista, do governador do estado e de seu pai coronel da cidade, não deixou de enfrentar desafios em sua campanha, pelo fato, de ser mulher

[44] Somente irá reconhecer-se a emancipação da mulher no matrimônio, por meio da Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada. Passa a mulher casada, então, à condição de pessoa plenamente capaz, uma vez que desde o Código Civil de 1916 até esse momento, a mulher, ao casar, perdia sua plena capacidade civil, tornando-se “relativamente capaz”, como os índios, os pródigos e os menores. (SIGNORI, 2018, p.50).

concorrendo a um cargo até então só ocupado por homens no país. Segundo Souza (1993, p.30) a família relatou que durante a campanha

> A candidata enfrentou forte resistência de seus opositores, correligionários do seu concorrente, Sérvulo Pires Neto Galvão, que não se conformavam em disputar a eleição contra uma mulher. **'Mulher pública é prostituta'** alegavam eles, na esperança de fazê-la desistir e voltar aos afazeres domésticos.
> "Na época houve muita censura. Acharam que mulher não era capaz de governar e depois estava tomando a frente dos homens, tirando o valor do homem. Os adversários diziam que munício governado por mulher era demais" lembra a irmã Maria Teixeira. "Ela sabia que como prefeita seria muito visada pela sociedade, mas dava a volta por cima, e não ligava para os comentários" completa a filha do meio, Ismênia Soriano Pereira do Lago[...] (Grifo nosso).

Os relatos presentes na biografia, deixam claro a aversão dos seus adversários políticos de enfrentar uma mulher, e que o espaço da vida pública era lugar do homem. E caracterizando o espaço político como algo nocivo a mulher. Mas tinha o apoio da família, que lembra de Alzira Soriano com seu gênio forte não se deixava abalar pelos comentários e seguiu sua campanha até o fim.

A afirmação 'Mulher pública é prostituta' era legitimada principalmente pelo discurso religioso, como aponta Colling (2021b, p.414)

> Maria, a mãe e esposa assexuada, Eva a mulher pública, Madalena, a prostituta. Nesses estereótipos construídos historicamente para enquadrar o feminino, sobraram poucos espaços para que as mulheres circulassem livremente com seus corpos, historicamente atravessados por relações de poder.

E nesta relação de poder, segundo Michelle Perrot (2005, p.460) passou a "Esta naturalização das mulheres presas a seus corpos, à sua função reprodutora materna e doméstica, e excluídas da cidadania política em nome desta mesma identidade, traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da utilidade social". As mulheres que buscavam adentrar no ambiente público, levando seus corpos para fora do ambiente doméstico, confrontavam a 'lógica' social imposta sobre elas. E por buscar confrontar essa 'lógica' social Alzira Soriano foi questionada, porém a sua capacidade de liderança e de enfrentar os embates foram superados.

Alzira Soriano venceu as eleições, com 60% dos votos, fato muito comemorado e exaltado pela FBPF, como veremos no próximo item. Mas, o adversário que não reagiu bem durante a campanha, após a eleição também permaneceu inconformado, segundo Souza (1993, p.30) "[...] o adversário, sentindo-se humilhado por perder para uma mulher, mudou-se de cidade e até de Estado".

O fato aos poucos tornou-se notícia através dos jornais de todo Brasil e também jornais estrangeiros como por exemplo, o New York Times:

Figura 10: 'Americanized' town Elects Brazil's First Woman Mayor

The New York Times

SATURDAY, SEPTEMBER 8, 1928

'Americanized' Town Elects Brazil's First Woman Mayor

Special Cable to THE NEW YORK TIMES.

SAO PAULO, Brazil, Sept. 7.—A woman has been elected Mayor of a town in the interior of the State of Rio Grande do Norte, according to news received here today, and one newspaper publishes the item on the front page with the sarcastic suggestion that the State of Rio Grande do Norte is in danger of becoming Americanized.

Rio Grande do Norte is the first Brazilian State to adopt woman suffrage, which was granted early this year. To stimulate interest in voting the State was toured by a campaign committee under the leadership of Miss Berthaluts. President of the Brazilian Federation of Women's Progress. She has visited the United States and her speeches and articles contain many references to the conditions of independence of North American women.

Fonte: New York Times, sep, 8, 1928, p,19[45]

A matéria acima faz referência a uma publicação em um jornal no Brasil sobre a vitória da primeira mulher eleita prefeita no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte e diante da

[45] Sábado, 8 de setembro, 1928
Cidade "americanizada" elege primeira mulher prefeita do Brasil
Telegrama especial para o New York Time
São Paulo, Brasil, 7 de setembro-
Uma mulher foi eleita prefeita do estado do Rio Grande do Norte, segundo notícias recebidas aqui hoje e um jornal publica a matéria de primeira página com a sugestão sarcástica de que o estado do Rio Grande do Norte corre o risco de se tornar americano.
Rio Grande do Norte é o primeiro estado brasileiro a adotar o sufrágio feminino, que foi concedido no início deste ano. Para estimular o interesse pelo voto, o estado foi visitado por uma comissão de campanha sob a liderança da dona Bertha Lutz. Presidente da Federação Brasileira do Progresso Feminino. Ela visitou os Estados Unidos e seus discursos e artigos contém muitas referências à independência das mulheres norte-americanas.

influência de Bertha Lutz na campanha eleitoral, afirma sarcasticamente que o Rio Grande do Norte pode se tornar americano, uma vez que Bertha utiliza a luta política da independência das mulheres norte-americanas em seus artigos e discursos.

4.2 ALZIRA SORIANO E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Neste item abordamos o contexto político após as eleições municipais e o desenrolar do mandato de Alzira Soriano, utilizando o cruzamento da fonte jornalística e cartas. A seção Feminismo escrito pela direção da FBPF presente no jornal *O Paiz* se preocupa em fazer incisiva propagação da eleição e mandato da primeira mulher prefeita do Brasil, divulgar as entrevistas da eleição de Alzira; com interesse em anunciar o êxito da Federação ao conquistar o voto feminino e as ações efetuadas durante o cargo.

Neste sentido, a FBPF encomendada a um correspondente do jornal *O Paiz* em Natal-RN, chamado Amphiloquio Câmara uma entrevista com Alzira Soriano**,** conforme a carta enviada pelo correspondente a Bertha Lutz em 21 de setembro de 1928.

> [...] Hoje estou em um dos meus dias de maiores ocupações. Por isso, deixando de abordar outros assuntos que me seriam de estima tratar nesta carta, quero referir-me a entrevista de Alzira Soriano de que me incumbiu. Somente hoje conseguimos escreve-la, tendo D. Alzira vindo a esta capital, para tirar as fotografias que, inclusas também lhe envio. Permita-me dizer que acharia de melhor efeito a publicação da entrevista em página do *O Paiz* que não a da facção feminina, e nessa a fotografia em grupo com as filhas e os traços biográficos da futura prefeita. É uma simples sugestão, cuja a ousadia em fazê-la terá sua indulgencia[46].

Segundo a carta Alzira Soriano veio até a capital do estado com as filhas especialmente para fazer a foto para o jornal e dar a entrevista ao jornalista, a pedido de Bertha Lutz. O correspondente sugere que não se publicasse a matéria feita por ele na seção *Feminismo,* em algum outro espaço do jornal. O jornalista não queria sua matéria vinculada a Seção Feminismo da FBPF, porém a sugestão não foi acatada por Bertha Lutz, como vemos a seguir.

A primeira publicação do jornal da seção da FBPF no *O Paiz* sobre a eleição de Alzira Soriano foi no dia 2 de outubro de 1928 e ocupa dois terços do seu espaço, do lado esquerdo do

[46] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0015 p.3 e 4 disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1297732&v_aba=1 acesso em 13 de ago. 2023.

periódico traz uma extensa entrevista feita após as eleições municipais feito pelo correspondente do jornal no Rio Grande do Norte.

> [...] o movimento em prol da emancipação política da mulher - disse: D. Alzira Soriano- É uma dessas novas facetas da organização social, preparada pela necessidade da mentalidade da época. Não se suporta mais a estreiteza dos direitos políticos. Sendo a mulher elemento que ajusta a máxima social na sagrada virtude das sacrificadas, colaborando em todos os misteres da vida econômica dos povos civilizados, por que negar-lhe a colaboração na obra política. Vê-se, pois, que é imprescindível ao ajustamento da máxima administrativa, o concurso decisivo, enérgico e inteligente da mulher.
> - como entende ter sido aqui recebido essa reforma político-social?
> -O Rio Grande do Norte é um grande estado da federação brasileira, que anseia constantemente pelos movimentos regeneradores. Efetivando com amor cívico e verdadeira compreensão dos magnos problemas nacionais. Não é supérfluo disse-lhe que meu estado pratica honradamente como todos os outros, os princípios liberais que solidificam a obra democrática da República. Por isso, não admira que se haja adiantado na execução do voto às mulheres. Povo, inteligente e operoso recebeu de braços abertos e ideia pelo espirito libérrimo de Juvenal Lamartine, criando o voto, e efetivando, com vibrante e patriótica atuação
> - não será tarefa bastante árdua para uma mulher a dos intricados problemas políticos?
> -Absolutamente não. Tudo depende da perspicácia com que tenhamos de resolvê-los, com segurança e equidade. Proclamado a República foi meu pai investido na chefia política do município de Lages. Vindo sempre merecendo a mais completa confiança dos altos dirigentes do Estado, até hoje".
> -Nesse ambiente nasci e me eduquei, e formei meu patrimônio moral. Estive sempre ao seu lado, nos momentos mais difíceis, neles intervindo com segurança e altivez. Assim, a política é um mecanismo que conheço peça por peça e se adapta perfeitamente ao meu temperamento. Sempre tem sido uma das minhas maiores aspirações na vida política. A sua realização hoje devo ao espirito esclarecido do eminente presidente Juvenal Lamartine".
> - E sua vida no lar, não foi desviada dos afazeres e deveres conjugais pelos interesses políticos?
> -Ai, então que intensifiquei o meu ardor político. Aos dezoito anos me casei-me com o bacharel Thomaz Soriano de Souza Filho, que exercia o cargo de promotor público em Ceará- Mirim. Fui colaboradora dedicadíssima de meu esposo. Com o mesmo carinho que distribuí as minhas filhinhas, ajudava-o nos embates políticos, encorajando-o sempre. E sempre vencemos. A vitória nunca nos abandonou, advindas de expedientes honestos e nobilitantes.
> - Então, a senhora harmonizou entre seus deveres de esposa e mãe os da política?
> -Presumo ter sido esposa e mãe desvelada. Sofri o pior golpe que uma criatura pode experimentar. Aos quatro anos e onze meses de casada, perdi meu esposo ficando com três filhinhas. Ainda hoje enluta-me o coração. Entretanto, com estoicismo e confiança em deus e nas minhas próprias energias, tendo vindo até hoje trabalhando e educando os três entes que são a maior fortuna de minha existência. A luta é prazer para os fortes; por isso tenho vencido e hei de vencê-lo, a mulher pode ser mãe e esposa amantíssima e oferecer, ao mesmo tempo, á Pátria uma boa parcela de suas energias físicas e morais.[47]

Na sua fala Alzira Soriano ressalta que já participava das discussões políticas desde muito jovem, na residência de seus pais. Lembra que na passagem do Império para a República,

[47] FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1928, p.12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=35678 acesso em 25 de abr. de 2023.

seu pai havia sido nomeado chefe político do munícipio de Jardim de Angicos, e que ganhara a confiança dos altos dirigentes do estado, neste sentido Alzira se reconhece como continuidade do poder político do pai.

Alzira ressalta na matéria sua familiaridade com os embates políticos, e que a política é um ambiente seguro para ela. Após seu casamento, explica que foi colaboradora de seu marido. Demonstrando em seu casamento tinha espaço, para expressar-se politicamente. Percebe-se que havia o desejo de participar mais ativamente da política expressa na frase “Sempre tem sido uma das minhas maiores aspirações na vida política”.

Há uma preocupação do jornalista com a questão da harmonização de Alzira ser uma mulher ocupando o cargo político, e o fato de ser prefeita atrapalhar a vida doméstica e a criação das filhas, algo que na época não poderia ser desvinculado da vida da mulher como aponta Marlise Matos (2021, p.250) “Um argumento fortíssimo – essencialista e biologizante- e que passou de definir a ‘moral feminina’, até mesmo atualmente: é a de que elas são feitas para cuidar e para o cuidado. Também serviu bem, como vimos, ao propósito de afastar das mulheres seus direitos políticos. ” O discurso de Alzira Soriano sobre a harmonia da vida política e familiar, iguala-se as ideias que a FBPF promulgava, expresso com intencionalidade na escrita do jornal e fotografias publicadas, como pode ser visto abaixo.

Figura 11- A Primeira Prefeita Brasileira

O PAIZ — SEGUNDA-FEIRA, 1 E TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1928

FEMINISMO

Por BERTHA LUTZ, ORMINDA BASTOS e CARMEN PORTINHO, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

«A MULHER PÓDE SER MÃI E ESPOSA AMANTISSIMA E OFFERECER AO MESMO TEMPO Á PATRIA UMA BOA PARCELA DAS SUAS ENERGIAS CIVICAS E MORAES»

PALAVRAS DE ALZIRA SORIANO, A PRIMEIRA PREFEITA BRASILEIRA

A MENSAGEM DA MULHER ARGENTINA Á MULHER BRASILEIRA EM COMMEMORAÇÃO DO CENTENARIO DA PAZ

O 1.º MANIFESTO POLITICO FEMININO

A PRIMEIRA PREFEITA BRASILEIRA

Fonte: FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1928. p.12.[48]

Não é por acaso que junto a publicação acima ao lado direito temos a fotografia de Alzira com as filhas, apresentando logo abaixo da foto uma pequena biografia sobre a vida da prefeita eleita. A frase expressa abaixo da fotografia está em letra maiúscula demonstrando a sua intencionalidade:

> **DEMONSTRANDO A COMPATIBILIDADE DA PRESIDÊNCIA MUNICIPALIDADE E O NOBRE PAPEL DE MÃE DE FAMÍLIA**: A Sra. Alzira Teixeira Soriano, prefeita de Lages (Rio Grande do Norte) a primeira brasileira que desempenha semelhante cargo, rodeada pelas suas formosas filhinhas, Sonia, Ismênia e Ivonilde.

É dado bastante foco a parte familiar da vida de Alzira, demonstrando que seu pai era uma figura importante no município. Diante do seu convívio com o seu pai, Alzira Soriano, mesmo antes de ser prefeita já estava a par dos acontecimentos políticos do seu município, e sua capacidade de liderança e sua personalidade forte já se sobressaia, e chamaram a atenção das lideranças políticas estaduais.

Segundo Scott (1995, p.84) "A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações". Este deslocamento de operações no caso de Alzira, ocupar o cargo de prefeita, no jornal é colocado como algo que é possível, pois ela tem ao seu lado seu pai, como se o atributo de ser prefeito fosse só masculino e pudesse ser ensinado a Alzira, mulher. Porém, apesar de Alzira colocar em suas falas as figuras masculinas, quando se refere ao seu marido, sempre mencionada que tomavam decisões juntos, e havia um interesse dela desde jovem de se inteirar dos acontecimentos políticos da sua localidade e quando assim que foi possível concorreu ao cargo político.

Posteriormente, é possível identificar que a comunicação entre Alzira Soriano e Bertha Lutz, ocorre por correspondências sem intermediários, e as trocas de cartas se tornam mais constantes após as eleições. As cartas de Alzira Soriano em sua maioria eram escritas a mão em papel simples branco; somente no segundo ano de mandato de Alzira Soriano vão aparecer algumas cartas datilografadas em papel timbrado da prefeitura de Lajes.

[48] Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=35678 acesso em 25 de abr. de 2023.

Assim como nas cartas, a aparição das notícias sobre eleição e posteriormente do mandato da prefeita Alzira Soriano nas páginas da seção Feminismo, no jornal O Paíz se torna cada vez mais frequente. Bertha Lutz adaptava trechos das cartas de Alzira Soriano publicando-as no jornal. A carta de 19 de novembro de 1928 Alzira Soriano, tece vários elogios a Bertha Lutz e coloca a dificuldade que é causa feminista:

> Lages, 19 de novembro de 1928
> Ilustre e distinta amiga
> Bertha Lutz
> Só agora me foi possível responder sua cartinha última.
> E com maior satisfação que lhe agradeço a honra que me vem dispensando. Sempre que invoco seu nome, tantas vezes ilustre, tece no meu foro íntimo uma forte demonstração de estima e consideração.
> Razão pela qual, há um todo especial e comunicativo entre nós, não só espontâneo como pela forte motivação nossa campanha.
> Justa aspiração de um sexo. Mesmo século, se bem evoluído e fora das joias da do convencionalismo serviçal, é uma tarefa bem árdua e por vezes hostilizada.
> Felizmente, pouco a pouco, vamos vencendo as etapas de um movimento nobilitante. Diz a minha dilecta amiga, que bem [ilegível] é a carreira das grandes líderes dos movimentos sociais, sim, porque é o alvo para o qual convergem todos os ódios e simpatias. Entretanto, passam os tempos, aflora a evolução e a posteridade, mais sensata e mais justa, ergue- lhes os altares a benemerência.
> É uma martirologio que enobrece, é um sacrifício cada vez mais vivificante. Os abnegados são inviolados e mais das vezes incompreendidos. Certo, porém, as gerações porvindouras saberão buscar no frio esconderijo da história os nomes daqueles que souberam fazer do sacrifício o seu grande apostolado de fé.
> Eis porque, intimamente, sendo um hino de alegria pela vitória do movimento feminista no Brasil, não me esquecendo jamais que a ilustre amiga foi a percursora, a mentalidade robusta donde se irradiou toda virtude do nosso idealismo.
> Seu nome será sempre lembrado, sua ação será sempre seguida, porque todos aqueles que tiveram amor a causa, terão que incontestavelmente acatar e pôr em prática todos os princípios explanados pela sua fecunda inteligência. Por isso, creio profundamente na vitória da nossa causa no Brasil.
> Em janeiro próximo investir-me-ei na administração do munícipio de Lages e pretendo governa-lo ouvindo sua opinião de combatente. É este o meu intuito, afim de poder cooperar a bem da mulher brasileira. Procurarei fazer obra que fique.
> Muito lhe agradeço os jornais que tem enviado. E meu afetivo abraço serei sempre sua amiga e admiradora.
>
> Alzira Soriano[49]

A correspondência se aproxima de uma ode em homenagem a Bertha Lutz. E posteriormente, é publicada quase integralmente na seção *Feminismo* no dia 16 de dezembro de 1928, com alguns cortes de algumas frases e a troca de algumas palavras, mas não alterando o sentido das frases expressas por Alzira.

Além de homenagear Bertha, a prefeita também faz a defesa da luta do movimento das mulheres pela participação política ressaltando que não é uma causa fácil. Afirma, que acredita

[49] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0123 p. 8 – 11, disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1298287&v_aba=1 acesso em 13 de ago. de 2023.

que o feminismo terá uma vitória no Brasil, e que assumindo a administração do seu munícipio sirva de exemplo, mostrando que é possível a mulher ocupar espaços políticos, Alzira Soriano demonstra preocupação de que seu governo seja bem conduzido e que deixe suas marcas, bem expressa na frase “Procurarei fazer obra que fique”.

Figura 12- PALAVRAS À LEADER!

Sra. Ruth Hanna McCormick, deputada federal por Illinois

Além destas senhoras ha outras eleitas, pois desde a outorga do voto ás mulheres norte-americanas, vai augmentando seguramente o numero de representantes femininas no Poder Legislativo.

No seu discurso inaugural referiu-se a veterana feminista á grande emoção que sentira, ao ser reconhecida, emoção esta toda de orgulho e de jubilo, por ver desfeita na livre America, a ultima injustiça que pesava sobre a mulher.

Desde aquelle momento, têm se multiplicado as victorias no Congresso Nacional e nas Assembléas Legislativas Estaduaes. Já houve duas governadoras de Estado e mesmo no Poder Judiciario, a mulher está fazendo carreira. O mais alto posto por ella attingido foi o de juiz do Tribunal Superior de Ohio, cargo ora occupado pela Sra. Florence Ahan.

PALAVRAS Á LEADER!

—★—

Dirigidas a Bertha Lutz, pela prefeita de Lages, ALZIRA SORIANO

E' com a maior satisfação que lhe agradeço ahonra que me vem dispensando.

Sempre que invoco o seu nome, tantas vezes illustre, tece no meu fôro intimo uma forte demonstração de estima e consideração.

A nossa campanha é a justa aspiração de um sexo todo. E mesmo num seculo bem evoluido, como o nosso, é um tanto ardua e por vezes hostilizada. Mas, felizmente, pouco a pouco, vamos vencendo as etapas de um movimento nobilitante.

E' tão ardua a carreira das *leaders* dos grandes movimentos sociaes. Sim, porque são o alvo para o qual convergem todos os odios, além de todas as sympathias.

Entretanto, passam os tempos, e a posteridade, mais sensata e mais justa, ergue-lhes altares á benemerencia.

E' uma martyrologio que ennobrece, é um sacrificio cada vez mais vivificante. Os abnegados são inviolados e a mais das vezes são incomprehendidos. Certo, é, porém, que as gerações vindouras saberão buscar nos frios archivos da historia os nomes daquelles que souberam fazer do sacrificio o seu grande apostolado de fé.

Eis porque, intimamente, canto um hymno de alegria pela victoria do movimento feminista no Brasil, não me esquecendo jámais que Bertha Lutz foi a precursora, a mentalidade robusta de onde se irradia toda a virtude do nosso idealismo.

O seu nome será sempre lembrado; a sua acção será sempre seguida, porque todos aquelles que tiverem amor á causa, terão incontestavelmente que acabar e pôr em pratica todos os principios explanados pela sua fecunda intelligencia. E, por isso, creio profundamente na victoria da nossa causa no Brasil.

Fonte: FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1928, p.14.[50]

Na correspondência Alzira expressa o grande respeito e admiração que tem por Bertha Lutz, também demonstra várias preocupações a respeito do seu futuro mandato como prefeita para que seja motivo de orgulho para a continuidade do movimento pela emancipação da mulher na política. E disse ainda que pretende governar ouvindo seus conselhos.

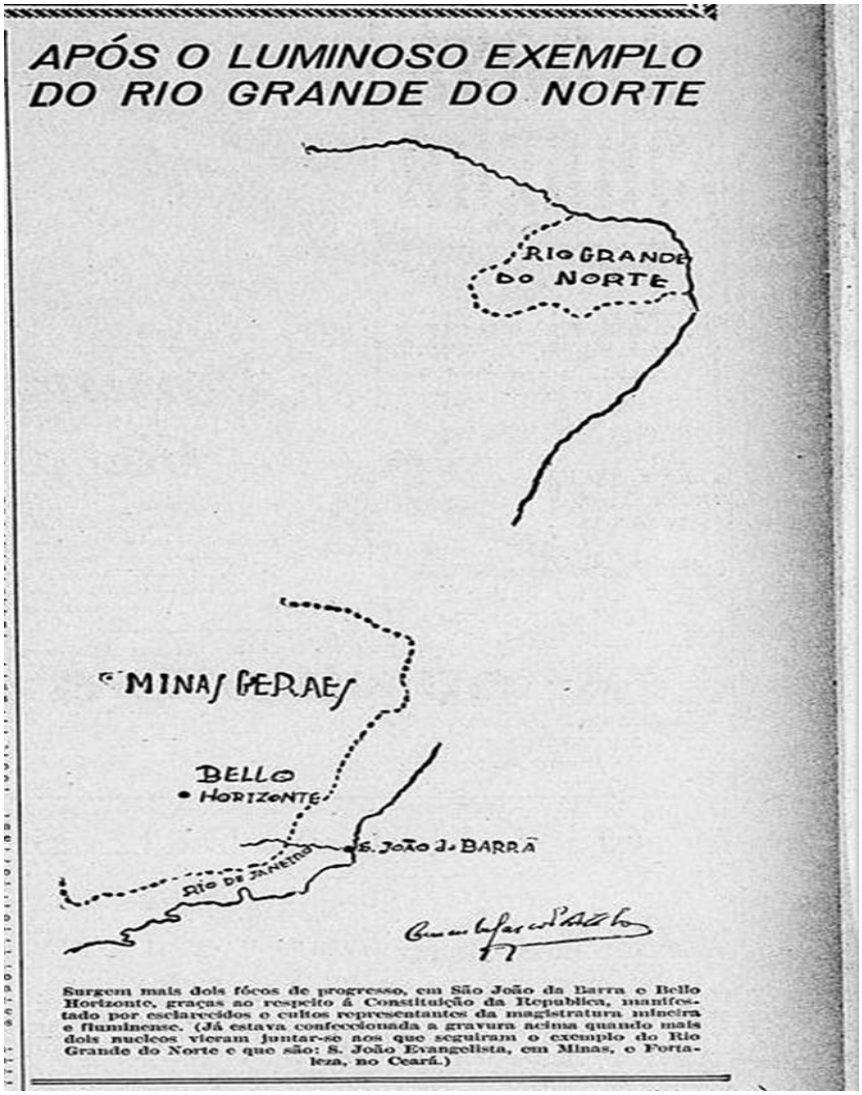
A edição da seção *Feminismo* do dia 21 de outubro apresenta um relatório enviado pela FBPF a Comissão Redatora da História do Movimento Feminista Internacional, da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, da qual a FBPF era a representante da Aliança no Brasil. O relatório traz um resumo das evoluções da Federação desde a sua criação (1922) até outubro de 1928, dando grande destaque a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte, exaltando a figura de Juvenal Lamartine, e os resultados positivos para o sufrágio feminino no estado. Também mencionando que além da prefeita Alzira Soriano outras cinco mulheres foram eleitas como intendentes municipais, que participavam do conselho de intendência (equivalente a atual câmara de vereadores).

[50] Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=36677 Acesso em 17 de jun. de 2023

Prática comum da FBPF era o de solicitar alistamentos eleitorais individuais para as mulheres. O relatório menciona alguns casos em que alcançaram êxito no alistamento "Já existem eleitoras nos estados de Minas Gerais, Ceará e no estado do Rio e não tardará o dia em que existirão eleitoras em todos os estados e municípios brasileiros."[51]

Junto ao relatório está um mapa representando os lugares do Brasil em que os alistamentos eleitorais foram possíveis.

Figura 13- Após o luminoso exemplo do Rio Grande do Norte



Fonte: FEMINISMO, O paiz. Rio de Janeiro. 21 de outubro de 1928,p.11.[52]

[51] Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=35957 acesso em: 11 de jun. de 2023

[52] Legenda da foto: Surgem mais dois focos de progresso em São João da Barra e Belo Horizonte, graças ao respeito à Constituição da República, manifestados por esclarecidos e cultos representantes da magistratura mineira e fluminense. (Já estava confeccionada a gravura acima quando mais dois núcleos vieram a juntar-se aos que seguiram o exemplo do Rio Grande do Norte e que são: S. João Evangelista, em Minas, e Fortaleza, no

De acordo com o mapa e relatório, a tática da FBPF de solicitar alistamentos eleitorais individuais, com base na constituição de 1891, obteve sucesso em alguns lugares do Brasil.

Na seção Feminismo do jornal O Paiz, do dia 30 de dezembro de 1928, traz a fotografia de três mulheres, Malaterre Selier, Lou Henry Hoover e Alzira Soriano.

Figura 14- 30 DE DEZEMBRO DE 1928- TRIADE

O PAIZ — DOMINGO, 30 DE DEZEMBRO DE 1928

FEMINISMO

Por BERTHA LUTZ, ORMINDA BASTOS e CARMEN PORTINHO, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

CUMPRIMENTOS DE ELEITORAS NORTE-RIOGRANDENSES Á PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

O Parlamento allemão acolhe a "leader" do movimento feminista francez

A mensagem da Sra. Hoover ao movimento feminista brasileiro

Alzira Soriano : primeira prefeita brasileira

O MOVIMENTO FEMININO BRASILEIRO APRECIADO NO EXTERIOR

MME. MALATERRE SELLIER, presidente da Union Française pour le Suffrage des Femmes, que acaba de pronunciar um discurso sobre o "Mulher e a Paz" no Parlamento Allemão.

SENHORA HERBERT HOOVER

SRA. ALZIRA SORIANO

O movimento feminista no estrangeiro

AS PREFEITAS INGLEZAS

Às victorias do feminismo no estrangeiro

UMA LEGISLADORA E MINISTRA CHINEZA

Fonte: FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1928, p.15. [53]

A imagem da esquerda é a Senhora Malaterre Sellier, presidente da União Francesa pelo Sufrágio Feminino. A Federação a parabeniza pela defesa das mulheres diante do parlamento alemão. A imagem do meio é a primeira-dama dos Estados Unidos, Lou Henry Hoover, mulher de Herbert Hoover, que foi presidente dos Estados Unidos de 1929 a 1933. O objetivo da matéria foi trazer mulheres importantes para a luta pelo voto em diferentes países.

A imagem da direita é da Alzira Soriano, onde é apresentado em nome da FBPF os votos de felicidades na administração do município de Lajes, nas seguintes palavras:

> É com muita satisfação que reproduzimos a fotografia da Sra. Alzira Teixeira Soriano, que ora ascende ao governo do município de Lages.

Ceará.) Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=35957 acesso em: 11 de jun. de 2023.

[53]Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=36862 acesso 16 de jun. de 2023.

> Tratando-se de um elemento feminino de capacidade reconhecida, de largo tirocínio político, interessada nos problemas da administração pública desde os 15 anos. É contudo esposa dedicada, e mãe amantíssima reúne todos os predicados para bem administrar.
> A Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, da qual é um dos ornamentos, apresenta a nova prefeita congratulações e votos de felicidade na administração pública e do lar.[54]

Nesse trecho destaca novamente a capacidade política de Alzira Soriano desde os 15 anos, sendo que, quando eleita com 32 anos, somava, portanto, já 17 anos, que acompanhava política com afinco. Tendo um largo tirocínio político, capacidade de utilizar toda a sua experiência anterior para solucionar os problemas como prefeita. Não deixando a FBPF de ressaltar a capacidade de esposa e mãe, e os desejos de uma boa administração pública e no lar.

4.3 A PREFEITA ALZIRA SORIANO: A BUSCA DE UM BOM MANDATO

Em Lajes a eleição foi muito comemorada, no dia 1 de janeiro de 1929 ocorreu a posse de Alzira Soriano, com um grandioso evento onde estiveram presentes pessoas "Não somente daquele município, como das cidades vizinhas e desde a capital ocorreu grande número de pessoas para assistir aquela solenidade" (SOUZA, 1993, p. 31).

Figura 15- Alzira Soriano no dia de sua posse

(Souza, 1993)

[54] IDEM, IBIDEM.

O escritor Mário de Andrade produziu uma matéria sobre a posse de Alzira Soriano que ficou registrado em seu livro O Turista Aprendiz (2015, p.306) onde foram compilados vários textos que iam para o jornal na série homônima "Mário de Andrade" no Diário Nacional de São Paulo[55]. O escritor discorre sobre a festa de posse de Alzira Soriano, com os comentários que seguem:

> A posse dela foi cheia de festas, uma hora-literária e baile oferecidos pelas senhoras da cidade, um banquete oferecido pelos homens e a posse com seus discursos.
> De tudo isso destaco duas manifestações que me parecem as mais importantes: o discurso de posse de dona Alzira Soriano e um concurso de beleza.
> O discurso é um documento notável que gostei muito. Não se trata de nenhuma peça oratória sublime não. Pelo contrário: se percebe em toda a falação, que a prefeita se recusou sistematicamente a qualquer eloquência e qualquer flor de retórica. Foi simples. Foi duma simplicidade admirável, antimasculina pela ausência de brilho e antifeminina pela ausência de flores. E o que falou, falou com energia e clarividência. Assuntem só este pedaço, inconcebível pra política paulista:
> *... quero apenas (...) registrar o que não farei no exercício de meu mandato, de preferência a alinhar projetos, que talvez não pudesse realizar. Não me prevalecerei do cargo para fazer favores a amigos e ainda menos para negar justiça a adversários. Não abusarei dele para obter proventos, seja qual for a natureza deles. Etc.*
> Sei bem que por enquanto essas afirmativas são... promessas mas dona Alzira Soriano as disse numa página tão simples que acredito nela.
> Mas... na noite da posse teve o baile de que falei. A horas tantas organizaram um concurso de beleza em que teve o 2º lugar a srta. Sônia Soriano, filha da prefeita. Deus me livre de negar boniteza a essa moça que não conheço. É até provavelmente linda pois filha de dona Alzira, que dizem senhora bonita e mesmo requestada. Mas essa eleição lembra logo os enfeites de altar para que os santos se agradem da gente... É uma pena... Ou antes uma curiosidade: em que estado estarão as promessas no coração de mãe de dona Alzira? ...

Alzira Soriano em seu discurso destaca que não irá prevalecer os amigos, ou faltar com justiça aos inimigos. Como já visto no capítulo 2, essa era uma das máximas do coronelismo a ajuda aos amigos, chamada de filhotismo, conforme Leal (p.32) "Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora." O uso do poder investido era usado para garantir privilégios aos seus, não somente expressa nas ações de exclusão das decisões políticas e de cargos públicos que eram nomeados, por exemplo, mas também era usado para repelir o opositor o uso de violência, como afirma Leal (2012, p.32) '"para os amigos pão, para os inimigos pau'. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal

[55] TURISTA APRENDIZ, Diário Nacional. São Paulo. 2 de fevereiro de 1929, p.6. Publicação do jornal disponível em; http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20192&pesq=%22Alzira%20Soriano%22&pagfis=5091 acesso em 10 de ago. de 2023.

é a hostilidade. “O que a prefeita propõe para o mandato em seu discurso difere da realidade praticada até então, visto que ela advém de uma estrutura coronelística.

Neste sentido, Mário de Andrade coloca em suspeita o resultado do concurso de beleza por uma das filhas de Alzira Soriano ficar em segundo lugar. Coloca de forma subjetiva, se no governo de Alzira haverá de ter imparcialidade, e não o favorecimento dos seus?

Figura 16- Galeria de ex-prefeitos de Lajes- Alzira Soriano

Fonte: Galeria de Ex-Prefeitos de Lajes RN [56]

Durante o primeiro ano de Alzira Soriano como prefeita a troca de correspondências entre a líder da FBPF e a prefeita continua. Em 12 de janeiro de 1929 Alzira responde carta de Bertha:

> Ilustre e distinta companheira Bertha Lutz
> Somente agora posso responder sua cartinha, datada de 20 de dezembro do ano passado, o que certamente conto com seu perdão, pois as múltiplas obrigações do meu cargo assim obrigam-me.
> Vi em sua carta e reconheço a luta que se tem travado em torno do voto feminino.
> Esta luta não terminará em breve, com coragem trabalhemos que de batalha em batalha havemos de vencer, isso é apenas uma questão de evoluções sociais. Aqui poderá a boa amiga, contar sempre com uma companheira destemida e forte.
> Recebi com sua cartinha, o recorte do Paiz e a noticia a meu respeito do jornal chileno, o que muito agradeço por mais esta gentileza.

[56] Disponível em: http://cicerolajes.blogspot.com/2022/10/historia-galeria-de-ex-prefeitos-de.html acesso em 13 de fev. de 2024.

> Por intermédio do nosso amigo Amphiloquio, já deve minha boa amiga ter recebido as notícias de minha posse, pois logo que recebi seus telegramas apressei-me em remete-las. A Amphiloquio não quis entrevistar- me agora, sobre o meu programa de governo. Também acho cedo para ser divulgado pela imprensa, pois a maioria das plataformas não vão além dos baquetes e, portanto só enviarei, depois das realizações, por que estas ficam como testemunhas da minha administração.
> De outra vez lhe serei mais extensa.
> Aguardo sempre as suas notícias que me dão muito prazer.
> Afetuosamente abraça-lhe a amiga e admiradora Alzira Soriano
> Lages, 12- 1º- 929[57]

Em várias cartas Alzira Soriano menciona o recebimento dos recortes de jornais, tanto da seção Feminismo do jornal *O Paiz*, como de outros jornais. Alzira através das correspondências trocadas ficava a par dos acontecimentos em relação a luta feminista nos demais lugares do Brasil, e principalmente notícias a seu respeito.

É possível localizar carta de Alzira Soriano no Fundo da FBPF novamente no dia 28 de novembro de 1929, 11 meses depois da carta anterior, porém não é possível afirmar se nesse período não trocaram correspondências, somente que foram estas que foram possíveis encontrar. Nessa correspondência Alzira expressa com grandeza de detalhes as realizações e os percalços que encontrou em sua administração.

> Minha ilustre amiga D. Bertha Lutz
> Começo agradecendo-lhe com indizível satisfação as lembranças que me enviou em uma carta dirigida ao nosso amigo Dr. Amphiloquio. Apresentou-se por isto o ensejo de renovar-lhe as minhas notícias bem como as de minha modéstia administração.
> A minha escassa mentalidade não me ofereceu oportunidade de fazer sucesso, mas, animada com uma parcela de boa vontade que possuo aliada a coragem serena e resoluta de trabalhar tenho certeza que não serei mau exemplo da nossa campanha feminina. Há passados 10 meses de administração, presumo que nesse curto espaço de tempo já realizei alguma coisa que não me desmerecerá, apesar da situação financeira em que eu encontrei o munícipio.
> Encontrei a prefeitura com um déficit de 16 contos não se falando com os 6 contos da luz, a qual estava cortada a um ano, a falta de pagamento, a falta de pagamento, e que foram pagos logo dias após a minha posse. Com esse pagamento reinstalei a luz pública e daquela dívida mais avultada já paguei um terço. Desapropriei uns seis prédios afim de embelezar praças da cidade. Tenho construído e consertado estradas de rodagem, servindo diversas pontes do município para que assim possam progredir mais facilmente.
> Felizmente já se encontram limpos todos os prédios da municipalidade e quase concluído o mercado público da vila de Jardim tendo-se inaugurado há dias o da pequena povoação de Pedra Preta. O que me preocupa também é o funcionalismo que em tão boa hora digo, que está quase em dia e satisfeito.
> Instalei mais quatro escolas públicas nas povoações e subvenciono a escola mista da União Caixinal de Lages.
> Estou em demandas com o presidente do estado e com o Dr. Julio Resende afim de conseguir, que pela inspetoria de Obras Contra as secas, seja feito o aproveitamento do Riacho da lagoinha para o açude do Gavião, afim de que venha a ter o volume

[57] Código de referência BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A929_0112 p. 2- 4 Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1299415&v_aba=1 aceso em 13 de ago. de 2023.

> d`água de que é carecedor. É um dos pontos capitães do meu governo tratado em entrevista logo quando tomei conta da prefeitura. Assim vou modestamente fazendo alguma coisa. Se conseguir a captação do riacho para o açude sentir-me- hei satisfeita. Apesar de tudo isso, minha boa e ilustre amiga, não obstante aos meus esforços, tenho encontrado um pouco de dificuldade. Elementos invejosos maus, procuram a todo momento perturbar a minha administração. Um pequeno grupo de dissidentes antigos da política de meu pai é que tenta a molestar-me, embora até o presente [ilegível] levado- o de vencido com as minhas realizações. Enquanto a política do nosso eminente amigo Pr. Lamartine estou plenamente satisfeita, como está igualmente todo estado. Gozo de prestigio e consideração, mas apesar de tudo isto quero que a prezada amiga me ajude para que eu possa levar a cruz ao calvário...
>
> A ilustre amiga eu muito devo e continuo a importuna-la, querendo contrair mais uma dívida. Devo-lhe pois, a minha eleição ao cargo desempenho e assim sendo, isto é, querendo sempre ouvir sua palavra autorizada e ter conforto moral, peço que não se esqueça se recomendar-me ao nosso ilustre presidente Sr. Lamartine, afim de possa com maior segurança [ilegível] ver eu, em Lages, a [ilegível] traçados e que por hipótese nenhuma elemento sem valor pessoal e moral e deveres minguados tomem a nossa frente, para que possamos dar o exemplo exuberante de que somos capazes no terreno da política como no lar. Eis o que solicito da ilustre e boa amiga.
>
> Esperando brevemente carta sua, reservo os meus mais sinceros votos de felicidade pessoal,
>
> Saudades da amiga de sempre e agradecida admiradora
> Alzira Soriano
> 28- 11 – 928[58]

Nesta carta a prefeita coloca várias preocupações, inicialmente de fazer um bom governo, para que seja ela seja um bom exemplo para o movimento.

A respeito de sua administração, comenta sobre o que tem feito nos 10 primeiros meses, dentro os problemas que conseguiu solucionar, as contas que estavam por pagar na prefeitura, e em virtude do não pagamento estava cortado a luz do município. Menciona a desapropriação de prédios, construção de praças, a manutenção e construção de estradas ligando várias partes do município; percebe-se que a uma preocupação de Alzira com o progresso da cidade.

Construiu dois mercados públicos, um em Jardim de Angicos e outro em Pedra Preta, lugares de interesse, pois eram onde o coronel Miguel Teixeira detinha seu poder político (1993, p.17) em Jardim de Angicos ficava a *Fazenda Primavera* Alzira, pertencente à família.

Ressalta-se que a criação dos mercados públicos em povoados, inicialmente eram motivados para suprir as necessidades locais, a partir do século XX no Brasil os mercados públicos passam a desempenhar um papel importante na produção dos espaços urbanos, muitas vezes sendo o principal meio para o surgimento dos centros urbanos (Horbach, Eckert; 2019, p. 2).

[58] Código de referência BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A929_0112 p. 5- 8 Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1299415&v_aba=1 aceso em 13 de ago. de 2023.

Chama atenção o número de escolas instaladas (quatro escolas), considerando que a taxa de analfabetismo no Brasil, segundo Censo de 1920 [59]era de 71, 20%. Essa medida estava entre as prioridades do governo de Alzira Soriano, e também incentivada pela FBPF que pautava a educação como importante para a emancipação da mulher, e também era prioridade do governo do estado presidido por Juvenal Lamartine que "No governo do Rio Grande do Norte, a educação escolar ao lado da cultura tornaram-se prioritárias. Durante o seu governo promoveu a expansão da educação escolar primária e profissional e organizou a "Temporada Literária de 1930." (ARAÚJO; MEDEIROS, 2004 p.318).

Outra preocupação da prefeita são as secas, tema que é recorrente em suas cartas e entrevistas, para esse problema ela menciona que a solução seria captar água de um riacho para fazer um açude, algo que está reivindicando com Juvenal Lamartine e com a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Esse órgão responsável por planejar, coordenar e financiar obras no Nordeste foi criada em 1909.

Como visto acima, percebe-se que Alzira Soriano se preocupa em realizar obras, em várias áreas (Educação, estradas, luz elétrica, água), e afirma que os adversários políticos de seu pai que estavam a lhe incomodar, cederam, ela acredita que por estar fazendo um bom governo, e sendo prestigiada e respeitada pela sua administração.

A prefeita entende que para um governo precisa ter boa relação com todos, desde o governador até os inimigos políticos que ela mesma coloca como adversários do pai e não dela. Ao final compara novamente a sua vontade de fazer uma boa administração, ao desempenho excelente (das mulheres) no lar, lugar posto como espaço "natural", ela não separa a política (vida pública) da sua vida privada (lar).

Em 4 de fevereiro de 1930, Bertha Lutz escreve a Alzira, demonstrando preocupação com o cenário político nacional, relacionando as eleições presidenciais e as visitas de políticos que andavam por Lajes. De acordo com o sistema político existente o presidente paulista Washington Luíz deveria ser sucedido por um mineiro, porém lançou a candidatura do paulista Júlio Prestes.

Rompendo o acordo entre as oligarquias hegemônicas. Formou-se a oligarquia liberal formadas pelas elites agrarias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. A Aliança Liberal lançou como candidato à presidência da república o gaúcho Getúlio Vargas e como vice o governador da Paraíba, João Pessoa.

[59] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26463 Acesso em 27 de ago. de 2023.

Nesse período vai haver uma forte campanha dos liberais, que também ocorreu no Rio Grande do Norte, segundo Monteiro (2007, p.144) “A Aliança realizou comícios em várias cidades do Brasil, muitos dos quais terminaram em conflitos de rua, como foi no caso de Natal, onde o comício realizado pela chamada Caravana Democrática [...] terminou em tiroteios e mortes, em fevereiro de 1930”.

A partir do contexto nacional Bertha Lutz orienta Alzira a não tomar posição nacional, e destaca que no presidente Juvenal Lamartine ela pode continuar confiando, tendo prometido dar seu apoio a prefeita, conforme escrito na carta de 4 de fevereiro de 1930 que segue logo abaixo:

> Prezada amiga D. Alzira
> Recebi providenciei e respondi no sentido em que a sra desejava a sua carta. Espero que a resposta tenha lhe chegado direitinho ás mãos. Mas como tenho receio de que não seja, resolvi escrever, novamente, pedindo a bondade de acusar recepção desta.
> S. Ex. mostrou a máxima boa vontade a muita estima e prometeu dar apoio sempre
> Desde que lhe escrevi temos tido pelas notícias das visitas que andam por ai. Faço votos de que poupem a sua cidade e não a visitem, para não fazerem da Sra. alvo de fantasias, como tem acontecido em outros lugares por onde passam. E uma dificuldade. A política neste instante esta má e tudo se aproveita. Penso que para as mulheres não há gentileza e respeito que deveria haver. Por isto mesmo a Federação está procedendo com máxima prudência. Longe de mim dar conselho a sra, mas apenas um pequeno aviso de amiga, o momento está difícil, é melhor irmos todo com o máximo de cautela, evitando calos alheios evitando de exacerbar os inimigos, porque o momento atual dá armas a todos, mesmo aos fracos e principalmente aos de oposição de qualquer espécie. Pelo fato de serem oposicionistas tem o favor do ouvido público na capital. Mesmo muitos feministas seriam capazes de explorarem o feminismo em vantagem própria e de ataca-lo para fazerem bem a si mesmos. No presidente do Estado a Sra. pode confiar e convém mesmo acertar tudo com ele, porque ele parece muito bem informado e poderão assim evitar qualquer dificuldade maior.
> Passada a eleição, em que acho melhor não tomarmos parte, para evitar explorações que podem dar retrocesso do movimento, devemos tratar de pôr em evidencia seu esforço. Gostaria também que tomasse uma parte na associação de eleitoras ou na Federação, colaborando conosco. Aceitará, não é?
> A Maria Eugenia Celso, grande escritora e feminista, irá para o mês, ao Rio Grande do Norte, penso que seria interessante convida-la para ir até Lages e fazer uma conferência. Duas mulheres de valor devem encontrar-se. Foi uma grande tristeza não a ter podido visitar, no seu munícipio. Mas não faz mal, vamos agindo com máxima prudência, porque só assim chegaremos a alguma coisa e quem sabe si um dia não irei visita-la para encontrá-la em posição mais exaltada ainda?
> Perdoe as insinuações de prudência e de abstenção de voto estranhas da parte de uma batalhadora, mas vence aquele que escolhe o dia da batalha e não se deixa provocar a lutar no dia em que não convém a ele, mas apenas ao adversário. Tenho admiração pelo presidente da república e desse Estado, por que eles conservam se serenos debaixo de provocação e não abrem luta quando não convém. Por minha parte procuro imita-los, embora seja mais impetuosa.
> Termino aqui, para não perder o correio, mando fechada em outra carta para Natal, porque fará menos comentários uma carta comum de Natal do que uma do Rio, não e assim?

Aguardando sua resposta, cumprimento-a muito afetuosamente.[60]

Era prática de Bertha Lutz não adotar táticas mais incisivas em relação ao movimento feminista, pois tinha medo de ter retrocesso, buscavam o apoio dos políticos para que o voto fosse concedido as mulheres, pois eles que votavam as leis. Segundo Hahner (1981, p 113) "Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino empregaram táticas adequadas à posição das persistentes mulheres de classe média alta e superior, líderes da campanha sufragista, tática essas projetadas para influenciar os líderes políticos e a opinião pública culta". O grupo formado por várias mulheres com ensino superior e pertencentes a " classe média e alta" tinham discursos mais amenos tentavam conseguir opinião favorável de sua classe, pregando que o novo papel da mulher não mudaria sua missão de esposa e mãe no ambiente familiar (KARAWEJCZYK, 2019, p.98).

Bertha dedicava-se quase que integralmente a FBPF. Segundo os estatutos da Federação as eleições deveriam ser bienais, porém Bertha se mantinha na presidência. Segundo Soihet (2013, p.65) "[...]É sintomático a declaração de uma das militantes, reconhecendo que 'Bertha Lutz dirigia integralmente a campanha, aspecto que não se discutia, pois ela 'era a mais dedicada' prejudicando a sua carreira profissional na ocasião[...]" porém, isso não significa que não houveram conflitos, e mulheres que decidissem sair da Federação como exemplo, Nathercia Silveira que saiu do grupo criando mais tarde a Aliança Nacional de mulheres (Soihet, 2013,p. 66).

Existe preocupação de Bertha Lutz em pôr os esforços de Alzira em evidência, que seus feitos sejam divulgados, por isso convida a fazer parte da diretoria da FBPF ou da divisão estadual da associação de eleitoras norte- rio grandenses, fato que se concretiza mais à frente.

Alzira elegeu-se como primeira mulher eleita prefeita do país, com apoio da Federação, principalmente da Bertha Lutz e com o apoio da sua base oligárquica: governador Juvenal Lamartine, porta voz da Federação. Ambos têm o interesse que execute bom governo. Ela tem o desafio de demonstrar para o país, para os homens e para as mulheres, que as mulheres conseguem ocupar um cargo político administrativo e fazer uma gestão competente. Pois, tanto homens e mulheres, a favor ou contra as mulheres na política, estão atentos ao seu sucesso ou insucesso. Por isso a preocupação, tanto do governador Lamartine, como da líder feminista Bertha em divulgar na imprensa as ações desenvolvidas por Alzira no seu governo

[60] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 3-4. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

Passado as eleições presidenciais, realizadas no dia primeiro de março de 1930, o candidato Júlio Prestes saiu vencedor, porém se instalou um clima de instabilidade política, pois a Aliança Liberal contestava o resultado das eleições, alegando fraudes.

Alzira Soriano envia carta a Bertha Lutz em 10 de março de 1930. Nessa carta ela explana como que se passaram as eleições presidências no estado e comenta sobre seu governo

> Prezada amiga D. Bertha Lutz
> Saudações muito afetuosas.
> Somente hoje me é possível dirigir-lhe algumas linhas [ilegível] os meus múltiplos afazeres com serviços de eleição, durante o mês de fevereiro findo, sobraram-me [ilegível] pouco tempo, a ponto de atrasar-me a correspondência particular. Fiquei muito contente com as boas notícias que me deu em sua última carta, fico na esperança de administrar sem as dificuldades que tenho encontrado por parte dos meus adversários.
> Muito lhe agradeço os conselhos que me deu em sua carta, gostei muito de ouvi-los e me orientei muito por eles, a eleição aqui em nosso meio correu com muita calma [ilegível] todo eleitorado se apresentado como frente única. O nosso presidente ficou satisfeitíssimo, trabalhei muito, mas fiquei, satisfeita do ótimo resultado que obtivemos. Junto a esta remete-lhe alguns exemplares do relatório que apresentei no dia 1º de janeiro [ilegível] pela leitura dos meses verá a boa amiga como recebi o município e o que fiz no 1º ano de administração. Estou com pouco de receio do 2º ano por que parece que vamos enfrentar nova seca, se assim for irei encontrar severas dificuldades
> Com muito prazer aguardo [ilegível] Maria Eugenia conforme seu desejo convida-lo-hei para vir aqui fazer uma conferência, será para mim motivo de muita alegria, receber a visita da ilustre escritora.
> [Ilegível] vae a política ali no Rio? Com muito prazer agradeço-a suas notícias e as suas prezadas ordens.
> Abraço a [ilegível]
> Muito sincera e grata
> Alzira Soriano.
> N. Recebi sua última carta por intermédio de Hermelinda. [61]

Apesar de Bertha Lutz orientar Alzira Soriano que a FBPF não deveria fazer parte da campanha eleitoral, a prefeita comenta que ficou satisfeita com o resultado das eleições para presidente da República no munícipio, que trabalhou muito tendo o Presidente ficado satisfeito, porém no contexto coronelístico se tornava complicado não se posicionar e permanecer na neutralidade.

Alzira Soriano expressa sua insegurança em relação a seca, considerando que o seu primeiro ano de mandato foi produtivo, mas prevê que o segundo ano não seria tão bom.

[61] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 5-7 . Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

O relatório escrito mês a mês sobre o primeiro ano de administração foi enviado por Bertha Lutz que o encaminhou a várias lideranças internacionais dos movimentos pelo voto feminino.

Como mencionado anteriormente, neste período ela construiu várias escolas, mercados públicos, saldou as dívidas da prefeitura. Os feitos de Alzira presentes neste relatório também serão publicados na seção *Feminismo* no jornal *O Paiz*, conforme pode ser verificado mais adiante. Ainda no mês de marco Bertha retorna a carta de Alzira:

> Rio 23 de março de 1930
>
> Prezada amiga,
>
> D. Alzira Soriano,
>
> Recebi com maior satisfação a sua carta, pois não tinha não tinha certeza si acaso se tinha aborrecido com o que eu disse e que agora vejo ter compreendido perfeitamente, como sendo apenas o fato das observações que venho fazendo sobre a política em nosso país e em suas divisões. O Sr. presidente do Estado certamente continuará a prestigiar a nossa causa e a sua administração.
> Peço que mande mesmo os exemplares do relatório que me prometeu, sobre o primeiro ano da sua administração. Isto me dará grande prazer e além de tudo permitirá publicar alguma coisa sobre sua administração que tem sido tão proveitosa. Estamos mandando mensalmente relatórios curtos para o órgão do movimento feminista internacional em Londres, onde sai em inglês e francês, gostaria muito poder no relatório de abril, falar mais detalhadamente na sua mensagem.
> Vejo nos jornais que está chovendo ali no sertão e faço votos de que haja inverno abundante, para facilitar sua tarefa e evitar sofrimentos a população. Mas seja como for confio na sua capacidade, que se elevara a altura dos sacrifícios necessários.
> Mandei-lhe um telegrama ante ontem convidando a para fazer parte do Conselho da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Tenho certeza que aceitará, o que nos dará grande satisfação.
> Aqui a política vae indo. A entrevista de Borges de Medeiros dizendo que estava tudo acabado, decepcionou muito a aliança. Alguns ainda fazem muito espalhafato de que continuarão até o fim, mas me parece que [ilegível] está muito próximo pode ser que ainda haja maledicência e ameaça, mas depois do reconhecimento tudo se acalmara. Creio eu que haverá novas [ilegível] do gaúcho e do mineiro. Muitos querem acabar, só um pinguinho que quer revolução.[62]

As eleições haviam ocorrido dia primeiro de março, e os resultados foram divulgados dia 20 de março, nesta carta, três dias depois dos resultados, Bertha Lutz tranquiliza a prefeita que o presidente do estado continuará apoiando seu governo e a causa feminista.

[62] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 8. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

O relatório produzido sobre o primeiro ano de mandato foi distribuído a vários jornais, encaminhado a alguns políticos brasileiros por intermédio de Bertha Lutz e a órgãos internacionais, sendo publicado em outros idiomas.

Era muito importante para o movimento feminista a divulgação das realizações da administração, pois era primeira mulher a ocupar um cargo político, e a FBPF queria mostrar que as mulheres eram capazes ocupar essa posição com segurança. Nesse sentido Bertha Lutz buscava angariar mais e mais políticos a se posicionar a favor do voto feminino.

Segundo carta de Bertha Lutz a Alzira Soriano alguns jornais fizeram críticas negativas ao relatório de Alzira Soriano, conforme segue abaixo.

> Rio, 5 de abril de 1930
> Prezada amida D. Alzira Soriano
> Mando lhe alguns retalhos da imprensa, mostrando as notícias do seu relatório que saíram aqui. Peço desculpas si não gostar. A do correio da manhã é um comentário dê-la próprio. A do Diário da noite, que pode aborrece-la, não foi dada por mim. Dizem que foi Luzando. Creio que o intuito foi de prejudica-la.
> Si quiser mandar mais exemplares, [ilegível] disse que farei seguir para biblioteca, etc. posso também lhe fornecer uma lista de políticos residentes, etc. a quem a senhora pode mandar [ilegível] mesmo.
> Na última reunião de diretoria, lido o relatório e todas acharam muito interessante.
> Por meu intermédio a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino lhe envia calorosos parabéns.
> Aguardando notícias suas, abraço-a afetuosamente.[63]

Nesta carta Bertha manda notícias sobre a divulgação do relatório de um ano de mandato da prefeita, e a alerta que nem todos são positivos. Também solicita mais cópias para enviar para mais pessoas, e sugere a Alzira que envie alguns relatórios para políticos. Essa era uma das táticas da FBPF, fazer grande divulgação dos seus feitos, neste caso Alzira Soriano alcançou o alvo de maior luta do grupo, a mulher poder votar e ser votada.

A coluna da FBPF noticia no dia 29 de abril de 1930, com grande êxito o primeiro ano de mandato como prefeita e seu relatório com os feitos do primeiro ano. Ocupa grande parte da sessão *Feminismo* naquela data. Apresenta-se um balanço do governo dividido entre algumas áreas como finanças, instrução, pública, limpeza pública, iluminação, estrada de rodagem.

Figura 17: Primeiro ano de governo da primeira prefeita da América do sul.

[63] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 9. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

«O PRIMEIRO ANNO DE GOVERNO DA PRIMEIRA PREFEITA DA AMERICA DO SUL»

A Sra. Alzira Teixeira Soriano, prefeita de Lages, no Estado do Rio Grande do Norte, é a primeira mulher brasileira, e mesmo sul-americana que foi chamada á administração de um municipio pelo voto dos seus conceitadsos. Terminado o seu primeiro anno de governo, acaba de apresentar ao Conselho Municipal de Lages o seu relatorio annual. E' um documento interessantissimo este, que apresenta a orientação feminina na vida politica do paiz. Transcrevemos alguns trechos, resumindo os demais

SRA. ALZIRA SORIANO

A Sra. Alzira Soriano começa declarando que, cleita pela quasi totalidade dos municipes de Lages, não se furta a lhes apresentar conta dos actos da sua administração, nem á responder a quaesquer

latorio, seguem estas considerações preliminares de ordem geral.

FINANÇAS — A primeira parte do relatorio das finanças municipaes. A este proposito a Sra. Alzira Soriano diz: "A minha especial preoccupação foi procurar equilibrar as finanças municipaes. Empossada a 1º de janeiro do anno findo, tomei conhecimento da divida deixada pela administração passada, submettendo todos os documentos a meticuloso exame. Separando o joio do trigo e depois de ouvir os interessados, ordenei a inscripção da divida comprovada e deixei margem aos demais reclamantes para provarem as dividas, o que não fizeram até hoje". Amortizou então a prefeita uma parte dessa divida. Continúa: "Quanto á minha administração, tenho o prazer de vos declarar que a arrecadação deste exercicio não será onerada com dividas do exercicio anterior, ficando um saldo e não um *deficit*. Declara ainda a prefeita que a arrecadação do seu primeiro anno de administração lhe mostrou as possibilidades economicas do municipio. Consigna tambem o auxilio que representou para Lages a medida tomada pelo presidente Lamartine, de mandar uniformizar e collocar em boa ordem a escripta de todos os municipios, que não a tinham no governo anterior, fornecendo, pois, um padrão para a escripturação municipal, que vai sendo rigorosamente seguida em Lages, com optimos resultados.

INSTRUCÇÃO PUBLICA — Refere-se a prefeita ao grupo escolar e ás suas duas escolas que encontrou funccionando em nucleos de população, elogiando a dedicação do magisterio feminino estadual. Creou D. Alzira mais duas escolas na de Lages e a de Cardoso dando-lhes recursos sufficientes á sua finalidade. Todas estas escolas funccionaram regularmente, com frequencia muito elevada.

OBRAS PUBLICAS — Foram realizados importantes melhoramentos nos edificios publicos. Foi completamente reconstruido o mercado da Lages e está em construcção, outro mercado na villa de Jardim de Angicos. Refere-se ao gesto civico do coronel João Camara, que construiu em Pedra Preta, outro logar de feira, um

Fonte: FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 28 de abril de 1930, p.8. [64]

No primeiro tópico sobre finanças Alzira informa sobre as dívidas deixadas pelo governo anterior

> [...]A este proposito Alzira diz a minha especial preocupação foi procurar equilibrar as finanças municipais. Empossada em 1º de janeiro do ano findo, tomei conhecimento da dívida deixada pela administração passada submetendo a todos os documentos a meticulosos exames. Separando o joio do trigo, e depois de ouvir os interessados, ordenei a inscrição da dívida comprada e deixei a margem os demais para provarem as dívidas, o que não fizeram até hoje[...].[65]

Alzira começa sua administração já tendo que lidar com os problemas deixados pelos seus antecessores, complementando que "quanto a minha administração, tenho o prazer de vos

[64] Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_06&pasta=ano%20193&pesq=Alzira%20Soriano&pagfis=1100 acesso em 10 de ago. de 2023.

[65] IDEM, IBIDEM.

declarar que arrecadação deste exercício não será onerada com dívidas do exercício anterior, ficando um saldo e não um déficit".

Sobre os investimentos feitos na educação segundo a reportagem foram criadas "[...]mais duas escolas: a de Lajes e a de Cardoso, dando-lhes recursos suficientes a suas finalidades. Todas essas escolas funcionam regularmente, com frequência muito elevada", além da preocupação de possuir escola destaca-se também a frequência dos alunos às aulas.

Também investiu em reformas, em edifícios públicos e do cemitério, reforma do mercado público de Lajes e a construção do mercado público na vila de Jardim de Angicos onde ficava a fazenda da família de Alzira Soriano.

Referente à limpeza pública o jornal destaca:

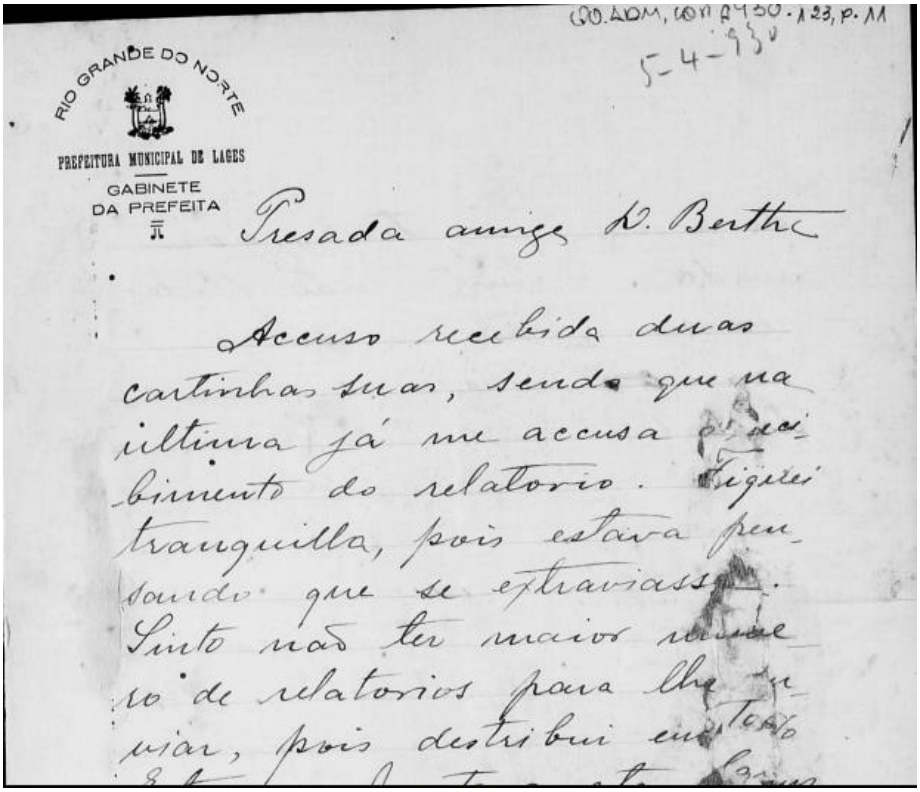
> Como uma boa dona de casa, voltando sua atenção para a administração municipal a Sra. Alzira Soriano cuidou da limpeza pública. Diz: 'Não me descuidei da limpeza pública desta cidade e das povoações e vilas do município. Modifiquei pela experiência o modo de efetua-la. Em vez de firmar contrato com particulares como anteriormente, ordenei que fosse feita por conta da prefeitura.[66]

A FBPF compara pelo fato de Alzira ser mulher e boa dona de casa, que ela desenvolveria as tarefas de limpeza com muito cuidado, colocando-se como experiente neste processo, e o fato de ser mulher seria uma qualidade no quesito limpeza e organização.

Em carta de 5 de abril de 1930 Alzira Soriano escreve pela primeira vez em papel timbrado com emblema do Gabinete da Prefeita de Lajes, conforme imagem abaixo:

Figura 18: Gabinete da Prefeita de Lajes

[66] IDEM, IBIDEM



Fonte: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 9.[67]

Em carta de 5 de abril de 1930, Alzira Soriano agradece a Bertha os elogios a respeito da sua administração na prefeitura e comenta pela primeira vez de forma mais específica sobre os seus adversários políticos em Lajes:

> Prezada amiga D. Bertha
>
> Acuso recebida duas cartinhas sua, penso que na última já me acusa recebimento do relatório. Fiquei tranquila, pois estava pensando que se extraviasse. Sinto não ter maior [ilegível] de relatório para enviar, pois distribui em todo o Estado. Junto a esta, alguns números que me restavam. Acuse logo que os receba. Muito [ilegível] pelos elogios, embora imerecidamente, a minha administração. E sob a sua boa orientação e os seus conselhos de amiga, tenho governado. Sinto não ao menos a metade do que idealizamos. Mas, continuo a trabalhar, satisfeita e com coragem, pelo bem da nossa causa.
> Os meus munícipes, se demonstram satisfeitos com a minha administração. Os próprios adversários políticos [ilegível] me elogiam, mas não poderem ainda me censurar em cousa alguma, o que eles dizem é que, não se conformam sem erem governados por uma mulher.
> O vigário daqui, que foi um oposicionista a minha candidatura, é dele que hoje recebo cartas me tecendo elogios, cuja carta lhe envio, somente para a boa amiga ler. Pedindo a firmeza de, logo depois, devolver me a. Os mais despeitados, por não poderem me censurar, procuram de toda forma, embaraçar a minha administração e a minha política, porém, com serenidade e calma, estou sempre vencendo.

[67] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 9. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

> Escrevendo ao nosso presidente, lembre a ele o meu grande esforço, pois as dificuldades que encontro aqui, depende apenas de um pouco de energia dele. Aguardando suas notícias, abraço-lhe a amiga muito afetuosa e grata
>
> Alzira
>
> Lages, 5- 4- 930[68]

Alzira Soriano lamenta na carta, não haver muitas cópias do relatório, e menciona que o distribuiu para todo o estado, buscando prestar conta de tudo que fez. Em seu relato percebe-se que ela sente o peso de ser a primeira prefeita do Brasil. Lamenta não ter conseguido realizar nem metade do que tinha se proposto até o momento, e que continua governando, seguindo os conselhos da amiga. Também pede o intermédio de Bertha Lutz junto a Juvenal Lamartine, para que lembre que suas dificuldades podem ser resolvidas com a ajuda do governador.

A prefeita parece analisar que está fazendo um bom governo a partir aceitação da população, tantos de amigos como inimigos. Relata o estranhamento dos munícipes por ela ser uma mulher e prefeita, porém não podem reclamar do seu governo porque está sendo positivo.

A boa relação com os eleitores parece ser vital para a prefeita. Alzira Soriano menciona um adversário em específico na carta que é o vigário da cidade, esse inicialmente se colocou contra a candidatura, e após a eleição é relatado uma mudança de postura, sendo uma das pessoas que mais tecem elogios a administração do município. Cabe ressaltar que os religiosos não tinham direito ao voto na Primeira República, mas são elementos importantes de liderança na comunidade, influenciando a vida e opinião dos fiéis.

A Igreja Católica[69] não se colocava contra o voto feminino na década de 1920, pois percebia que assim como a questão do trabalho, o voto feminino era algo cada dia mais emergente, porém combatia o chamado "mau feminismo" que era o que colocava em xeque a estrutura patriarcal. Segundo Celi Pinto (2003, p.15) o bom feminismo era aquele que incluía a mulher, com um complemento a sociedade.

Para a igreja católica a prioridade na vida das mulheres deveria continuar sendo a fé, família e o trabalho e o homem o chefe da família. Os embates políticos não deveriam desvirtuar as mulheres dos seus deveres "naturais". Esse aspecto está bem presente nas falas de Alzira

---

[68] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 10- 14. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

[69] KARAWEJCZYK, Monica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o Voto Feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **Coisas do Gênero:** Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião, São Leopoldo. V. 2, n.1, p.90-104, jan.-jul.2016. Disponível em: http://ism.edu.br/periodicos/index.php/genero/article/view/2750 Acesso em: 27 de ago. de 2023

Soriano, que sempre menciona a preocupação de se fazer uma boa administração como prefeita e também no lar.

Em carta de 12 de abril de 1930, Bertha Lutz traz novamente vários conselhos a Alzira:

> Prezada amiga
>
> D. Alzira Soriano
>
> Cordiais saudações,
>
> Espero que tenha recebido as minhas cartas anteriores, enviando notícias do seu relatório. Nesta seguem mais algumas, as que saíram por último. A da Vanguarda dá uma piadinha, mas isso não tem importância, é moda da imprensa do Rio. Os homens criticam muito mais.
>
> Aqui a Federação vae indo bem, com bastante movimentos, sendo muito intensificada a campanha e devendo intensificar-se ainda mais agora.
>
> De política nada de muito grande. A caravana liberal, que por ai esteve voltou a caluniando todo mundo.
>
> No intervalo porém saiu o manifesto do SR. Borges de Medeiros dizendo que tudo estava terminado com a derrota nas urnas. Bernardes disse a mesma coisa, de modo que agora estão entretidos os aliancistas com o meio de não ficaram mal perante os admiradores deles e não tem tempo para caluniar.
>
> Vou escrever-lhe hoje de novo sobre um assunto, que peço não se magoar. A senhora deve saber, com seu tino político que o que garante a vitória do feminismo nesse estado é boa vontade de seu Presidente, Sem esta nenhum dos outros políticos nos teria ajudado. Mesmo assim neles influi largamente a noção de disciplina partidária.
>
> A senhora ainda melhor do que eu deve conhecer a intriga como arma política e os ataques sorrateiros aos quais estão expostos os que se destacam. Também não ignora o fundo de má vontade que sempre há para com uma mulher em situação de destaque.
>
> As noções femininas do que constitui boa ordem são bastante diversas daquelas dos homens. A experiência que temos, nos, aqui é sempre nos fazem guerra surda e má. Isto na administração apenas de repartições onde a mulher se introduziu.
>
> O que dirá agora na política, onde muito homem deve considerar desnecessário uma mulher ter lugar de destaque, enquanto homens são preteridos?
>
> A Sra. examine isso tudo de conjunto e não me leve a mal de lhe aconselhar prudência e muito jeito para manter apaziguados os ânimos.
>
> Qualquer coisa se presta a exploração. Aqui tem vindo gente que procura derrubar pela política o pouco que o feminismo conseguiu, ameaçando naturalmente as figuras de mais destaque.
>
> Tenho certeza que a Sra. pode ter a máxima confiança no Presidente do Estado, sempre leal e corajoso. Mas há outros...
>
> As vitorias da mulher são precaríssimas, até agora.
>
> Não se aborreça minha amiga, pois sói amiga sua e bem sincera. Acho que deve fazer todo o possível para pacificar os ânimos e levar até os seus inimigos a ficarem satisfeitos. Sei que é um sacrifício grande contemporizar com os que nos prejudicam. Mas por amor a causa, pro gratidão para com os que nos auxiliam e não menos porque sossegando os ânimos a senhora os dominará mais facilmente, lhe digo? tudo isto.
>
> Não me leve a mal, minha amiga, não.
>
> Sempre ao seu dispor aqui.[70]

[70] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 15-16. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

Bertha Lutz insiste novamente nesta carta que Alzira Soriano mantenha boa relação com os adversários, pacificando os ânimos daqueles que são contra o governo, estes pedidos, para que fosse tomado o cuidado em relação aos opositores fazia parte do perfil de Bertha Lutz e também da FBPF.

Ressalta ainda governador Juvenal Lamartine é confiável, mas que há outros políticos que estão interessados em acabar com o pouco avanço que as mulheres conseguiram. Há um temor por parte de Bertha em ter retrocessos no pouco já conquistado pela Federação, como por exemplo o apoio de alguns políticos.

Em dia 4 de maio de 1930 Alzira escreve a Bertha Lutz, pela primeira vez datilografada e não escrito à mão como havia sido todos as cartas anteriores. Nas cartas subsequentes o principal assunto é sobre incluir Alzira Soriano na diretoria da FBPF, a partir da eleição em 9 de agosto,

> Prezada e boa amiga, D. Bertha
>
> Saudações cordiais
>
> Primeiro que tudo cumpre-se pedir-lhe as minhas desculpas pelo retardamento com que estou respondendo sua última carta. Deu-se porém, o seguinte: desde março passado achaca-me um pouco doente, tendo o meu médico aconselhado repouso, pelo que resolvi passar alguns dias na fazenda do meu velho pai, a qual dista cerca de 60 quilômetros desta cidade.
>
> Lá recebi toda a correspondência inclusive a sua carta, mas, aguardei-me responder d'aqui. No meu tempo em que estava na fazenda, soube haver estado em Natal D. Maria Eugenia, sendo-me infelizmente impossível ir cumprimenta-la e convida-la a vir realizar uma conferência na terra da primeira Prefeita da América do sul.
>
> Relativamente ao assunto principal de sua última missiva, de maneira nenhuma poderia me magoar, por quanto, tenho enxergado sempre em suas ponderações, salutares conselhos, que de algum modo vem contribuir para minha perfeita orientação no desempenho do cargo que meus munícipes confiaram-me, do qual espero desobrigar-me criteriosamente, deixando pela minha passagem algo de proveitoso para os que me sucederem.
>
> Posso assegurar-lhe, que o meu governo tem sido de máxima tolerância, contemporizando com os meus adversários, como se fora meus próprios amigos, isso na convicção de fazê-los amigos mais tarde, o que aliás já tem se verificado com diversos.
>
> É verdade que ainda existe alguns não conformados em ter na administração do município, uma mulher, mas, convicta das minhas ações e contando sempre sem restrição com o decidido apoio do nosso Presidente, estou certa, mais dia menos dia, contarei com uma unanimidade do povo de minha terra.
>
> Tenho tido e terei sempre a máxima prudência e procurarei sempre nos casos mais difíceis amparar-me pela orientação reta e segura do nosso Presidente, a quem devemos a maior parcela das vitorias da mulher, embora até agora precaríssimas.
>
> Tenho recebido os recortes dos jornais que tem comentado o meu relatório, pelo que muito lhe agradeço.
>
> Sem mais assunto, firmo-me amiga e admiradora grata
>
> Alzira Soriano
>
> Lages, 4 de maio de 1930.[71]

[71] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 17- 19. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

Nessa carta Alzira informa que estava com problemas de saúde, foi ficar de repouso na fazenda da família, porém continuou recebendo sua correspondência de lá, mesmo doente procurou estar a par de tudo que acontecia. Também lamentou não ter conseguido ver Maria Eugenia de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça, escritora e jornalista, que integrava o quadro da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, desde 1927, e passou a ser vice-presidente nos anos 1930, junto com Bertha Lutz (Azevedo,2021). A prefeita também é incluída no quadro da FBPF, a partir da diretoria de 1930:

> Lages, 5 de junho de 1930
> Diretoria da FEDERAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO
> Avenida Rio Branco- 111
> RIO DE JANEIRO
> É com máxima satisfação que acuso a recepção de vossa carta datada de 5 de maio passado, acompanhada de algum material de propaganda dessa benemérita associação, cujo movimentos, estou certa, pelas positivas e esclarecidas demonstrações, alcançará o êxito mais significativo, ou seja a realização do que preceitua os Estatutos dessa agremiação dos arts. 2, 3 e 4. Assim, fica patenteada a minha agradabilíssima impressão em referência ao material que me foi enviado.
> Para o desenvolvimento do feminismo em nossa terra, não tenho poupado esforço, incutindo no espírito das minhas conterrâneas os conhecimentos essenciais para o levantamento social e cívico da mulher brasileira, de modo, a podermos mais tarde organizar aqui, um Diretório filiado a esse Federação.
> Almejando-vos crescente prosperidades e continuados triunfos a nossa causa, apresento- vos minhas cordiais
>
> SAUDAÇÕES
> Alzira Soriano[72]

Bertha Lutz em cartas anteriores tem convidado Alzira Soriano para fazer parte da diretoria da FBPF. Constata-se através desta correspondência, remetida a Federação, que ela recebe o estatuto da Federação e faz uma avaliação positiva do material enviado. Também almeja que no futuro possam construir diretório na cidade, e para isso tem feito o debate com suas conterrâneas sobre elevação cívica da mulher. Alguns dias depois Bertha Lutz remete outra carta que continua a tratar da inclusão de Alzira Soriano como sócia, pois isso era necessário para ela ser membro do conselho diretor, conforme segue abaixo:

> Rio, em 14 de junho de 1930
> Prezada amiga.
> Estou em falta consigo, não tenho escrito antes por excesso de trabalho e falta de saúde, mas hoje algumas linhas devo mandar.

[72] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 21- 22. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

> Espero lhe tenha chegado as mãos a que me enviou e que restitui registrada, a do vigário, [ilegível], e um material de propaganda que remeti.
> Dentro do material ia uma proposta para a prezada amiga ser sócia da Federação. Preciso de seu auxilio para organizar o movimento aí, onde está fraco. Por isso peço em primeiro lugar que encha a proposta e torne-se membro correspondente. Isto é mesmo necessário, porque já a elegemos para o nosso conselho diretor. A seguir escreverei novamente sobre o trabalho aí. No interim peço que escreva sobre o assunto e me dê suas impressões sobre o modo de organizar o movimento no sertão.
> Estamos preparando um suplemento do Correio da Manhã, grande com oito páginas e são feitas por mulheres. Desejo dar um trecho do seu relatório neste, si os donos nos derem de fato o espaço prometido. Nunca trabalhei naquele jornal. Mande de vez em quando notícias suas e do vae fazendo, mesmo por telegrama. Os jornais aceitam muito bem as notícias feministas distribuídas por mim.
> Fico nisto por hoje, por que não quero perder o correio. Tenho desejo de notícias suas e da sua luta corajosa com as dificuldades da seca. Vencerá a prezada amiga.
> Abraços muito afetuosos. [73]

O desejo de Bertha de Alzira ser parte da diretoria vinha sendo reiterada a vários meses, a proposta era que a prefeita contribuísse para articulação do movimento no sertão nordestino, movimento feminista era fraco.

Bertha Lutz pede que Alzira continue mandando notícias a respeito da sua administração, para que ela possa repassar aos jornais, conforme parte grifada no excerto acima, eles aceitam muito bem as notícias feministas distribuídas por ela, como já visto no item 3.3, Bertha Lutz evitava que o grupo fosse comparado as *sufragettes* inglesas, tendo uma postura mais moderada do movimento feminista.

> Lages, 20 de julho de 1930
> Minha prezada e boa amiga D. Bertha.
> Há trinta dias, estava ausente de Lages e por isto, somente hoje, respondo sua carta, confidencial, de 14 de mês passado.
> Estive com uma das minhas meninas bastante doente, a ponto de ser preciso me retirar para a fazenda a abandonar por esse tempo, todos os meus afazeres, políticos e administrativos. Lá, na fazenda, recebi a sua cartinha e aguardei para respondê-la aqui, o que faço agora.
> Junto a esta a proposta para sócia, de que me fala.
> Não preciso mais, afirmar a boa amiga, que aqui, me encontrará sempre de braços abertos, para trabalhar, em favor, do movimento feminino. Agora mesmo, acabamos de conquistar mais uma vitória, com a candidatura de Lourdes L. Varella, para Deputada Estadual. Estou radiante com a inclusão dela na chapa e aqui em Lages, vae ela ter grande número de votos.
> Enquanto a administração do município, não vou muito bem, D. Bertha. A falta do inverno, nos trouxe serias dificuldades. Não sei mesmo como possa equilibrar as coisas.

[73] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 23. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

> Desejava demais ver se seria possível arranjar com a ministro da Viação, uma pequena verba, para construir aqui um açude. Abasteceria a cidade da água e daria serviço a pobreza que está morrendo de fome.
> Esteve com nosso Presidente? O que lhe disse ele a meu respeito?
> Me escreva logo e disponha da amiga certa e grata.
> Alzira[74]

Pouco mais de um mês depois Alzira Soriano retorna a carta, justificando a demora, por que uma das filhas estava doente. Reitera novamente que está disposta a contribuir sempre no movimento feminino e relata entusiasmada candidatura de Lourdes L. Varella, para Deputada Estadual no Rio Grande do Norte, e ressalta que em Lajes terá muitos votos.

Há bastante preocupação com a seca. A prefeita vê como solução a construção de um açude na cidade e pede o intermédio de Bertha Lutz com o ministro de aviação. O problema da seca já era enfrentado anteriormente e em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que buscava coordenar e financiar obras no Nordeste. Haviam recursos destinados ao Nordeste, mas era necessário buscar junto as autoridades políticas estaduais e federais (Albuquerque Junior 2011, p.83-84).

Este açude sanaria dois problemas, a falta de água e empregaria a população pobre local. Na resposta dessa correspondência conforme vemos abaixo, Bertha Lutz orienta a prefeita que converse com o presidente do estado, Juvenal Lamartine para ajudá-la, já que tem feito comentários positivos a respeito da sua gestão na prefeitura, e pacificado os ânimos da oposição.

> Rio, em 29 de julho de 1930
> Prezada amiga D. Alzira
> Recebi hoje a sua carta e a proposta assignada que me enviou. Fiquei muito satisfeita, porque não me conformava facilmente com sua ausência da Federação.
> Lastimo profundamente que tenha passado um momento tão triste com a doença da sua filhinha, mas pelo que vejo está ela melhor. Creio que essa contrariedade profunda e o esgotamento psíquico e emotivo por ela acarretado lhe tenha trazido um momento de desalento.
> Imagino que as coisas estão muito difíceis, dadas as condições climáticas. Do que deve ter de lutar a mais pelo seu sexo, compreendo igualmente, eu que sofro mesma guerra como líder e vejo sofrer por minhas companheiras. Mas o seu espírito é forte. Sempre tive confiança na sua atuação. Não esmoreça. Tenho certeza que é incapaz de esmorecer.
> Nos momentos de bonanças, provou a capacidade. Nos momentos adversos ela deverá ter a sua consagração e a consagração do nosso sexo. Encarecidamente peço, continue como puder, lutando, lutando sempre sem esmorecer. Si não puder fazer tudo, faça uma metade, faça a decima parte, nada faça, mas continue a tentar fazer. Por que não fala com o presidente sobre o açude? O que eu puder fazer pode dispor.

[74] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 24- 26. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

> Acho que o apoio do Presidente, ou o pedido por ele feito será necessário para interessar o Governo Federal. O nordeste está muito longe, para quem não luta aí e não viu lutar.
> S. Ex. fez-me muito boas referências a sua ação, elogiando especialmente o fato de ter conseguido serenar os ânimos e de não estar em luta com a oposição. Os governos dão muita importância a ausência de atrito na administração. Pode continuar contando com S. Ex. que é sempre o mesmo e mantem-se ao lado do movimento feminino, mesmo com sacrifício, por isso merecendo e conseguindo sempre, mesmo nos instantes em que as coisas se tornam difíceis e impossíveis no momento, o apoio e a confianças das mulheres. A Sra. Oliveira Lima, grande figura nacional feminina, viúva idosa do grande escritor regressando dos Estados Unidos fez belo discurso na nossa sede e elogiou exclusivamente o Presidente daí, mais ninguém. Os jornais de Nova York tem feito referências elogiosas a minha boa amiga e a sua administração municipal e a S. Ex. também.
> Conto com seu apoio para fazer um pequeno diretório local de três membros para o movimento feminino, com alistamento de eleitoras e com sua continuidade de apoio ao movimento nacional. A 9 de agosto temos eleições na Federação. Pedimos que indique alguém daqui, mesmo do nosso grupo para representa-la, porque tem direito a voto nas eleições.
> Abraços muito cordiais e votos de saúde e felicidade para os seus e de energia rija na sua administração, temperada pela compreensão das fraquezas e dificuldades alheias.[75]

Bertha Lutz busca animar a prefeita com notícias positivas a respeito do mandato, a exemplo dos elogios feitos de jornais de Nova York, em razão das informações repassadas pela Federação. Ao final da carta Bertha Lutz pede a Alzira que funde um diretório da FBPF, para apoiar o movimento e incentivar o alistamento eleitoral. Também solicita que nomeie alguém que a represente nas eleições da Federação, já que como membro do diretório tem direito a voto.

> Minha boa amiga, D. Bertha
>
> Saudações
> É sua carta de 29 de julho que respondo neste momento. Agradeço penhorada a confiança em mim depositada, procurarei corresponder tão carinhosa demonstração colocando-me ao seu lado, contribuindo com o máximo dos meus esforços e a satisfação de ajuda-la na luta pela concretização do nosso ideal. Tudo farei, portanto, na convicção de me tornar grata a distinta amiga, por tudo quanto de bom e proveitoso tem me transmitido pelas suas salutares lições.
> Com referência ao diretório, aqui ficarei a sua inteira disposição. Hoje mesmo lhe telegrafei afim de representar-me na eleição da Federação, pelo que na certeza de ser atendida, antecipo meus agradecimentos.
> Tenho lutado com muita dificuldade este ano pela falta de rendas municipais, com tudo fiz a reconstrução de um trecho de estrada rodagem no município e inaugurei outro. Reconhecendo ser esse um dos melhoramentos que muito satisfazem nossos sertanejos, não me posso furtar de faze-los.
> O nosso município atravessa atualmente uma das maiores crises que temos assistido, pois, com a falta de inverno torna-se reduzida a safra de algodão, a principal economia

[75] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 28. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

> do Estado, e, desse modo temos que lutar com toda sorte de dificuldades para o equilíbrio das rendas municipais.
> Não lhe sou mais extensa por ter que viajar agora mesmo para o interior do município a negócio de minha administração.
> Sem outro assunto para a presente, firmo-me, sua sempre amiga muito grata
> Alzira
> Lages, 3- 8- 930.[76]

Ao que se verifica nas últimas correspondências e que se confirma nessa acima, que a prefeita está tendo falta de renda no município para realizar as obras desejadas, fato de recorrente reclamação. Também o problema da seca afetou a safra de algodão, que alimentava as fabricas têxteis no Sudeste, o principal produto agrícola do estado e consequentemente a fonte fundamental da receita, com uma crise neste setor, e entrada de impostos sobre a venda cairiam.

Apesar dos recursos escassos conseguiu realizar a construção de estradas no município, feito que segundo Alzira Soriano agrada os munícipes

> Rio, 19 de setembro de 1930
> Prezada amiga Alzira Soriano
> Afetuosos abraços
> Recebi seu telegrama e estou providenciando do melhor modo possível para atender o pedido nele contido. Devo dizer que com toda lealdade, que está me parecendo sobremodo difícil. Não há repartição mais difícil de se pleitear alguma coisa do que aquela e o Ministério de que depende é idêntico. Não é que recusem é que não fazem mesmo sem recusar. Além disso é um ambiente muito hostil ao movimento, de modo que pedidos nossos pouco adiantam.
> Acho que seria uma boa ideia mandar pleitear a mesma coisa por intermédio da representação federal. Ainda assim, acho pouco garantido atenderem. Digo isto em face dos precedentes anteriores. Também já está no fim do governo. Talvez fosse melhor esperar o novo.
> Como vae tudo aí? conto que me organize um grupo de eleitoras sócias aí em Lages. Ou Stellita ou eu enviaremos os Estatutos. Acho que dada a repercussão do seu cargo ficara a querida amiga melhor na diretoria da Federação do que a da aí, figurando no movimento nacional. Confio lhe que pois que o diretório de Lages e continuará além disto na diretoria da Federação. Está bem assim, não é?
> Não escrevo mais porque o tempo falta. Ontem recebi um pedido do Uruguai de mandar mensagens suas e mandei. Para ano é preciso imprimir número maior. Peço mandar me mais alguns retratos seus sim? ou o busto, ou então o grupo com as meninas.
> Afetuosas saudações. [77]

---

[76] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 29- 30. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

[77] Código de referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123. P. 35. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1313291&v_aba=1. Acesso em 3 de set.de 2023.

Bertha Lutz comenta sobre a dificuldade de pleitear ajuda para a construção do açude em Lajes, que seria melhor esperar o próximo governo. Neste momento é Bertha quem interfere no pedido ao ministério (Inspetoria de Obras Contra as Secas- IOCS)

As eleições a presidente em 1929 foram turbulentas, a Aliança liberal afirmava que teve fraude nas eleições. Em 3 de outubro, ocorreu o movimento armado coordenado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para depor Washington Luís, e impedir a posse de Júlio Prestes. Com o desenrolar dos acontecimentos e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, com a vitória da "revolução". Procedeu a suspensão da Constituição e nomeação de interventores nos estados e municípios, inclusive no Rio Grande do Norte, como veremos a seguir (MONTEIRO, 2007, p.149).

Não foi possível localizar mais cartas entre Alzira e Bertha após esse período. Em outubro de 1930 com a troca de poder. Alzira decidiu deixar a prefeitura de Lages, por ser contrária a Getúlio Vargas, que prometia romper com o regime oligárquico dos estados, no qual a prefeita estava inserida. Segundo Souza (1993, p. 33) "Alzira, convidada a permanecer no cargo, como interventora, não aceitou. Seu lugar era na oposição, onde permaneceu até ser restaurada a democracia no país".

Os dias posteriores foram de grande agitação política no Rio Grande do Norte. O presidente do Estado Juvenal Lamartine, deixou o mandato e saiu do estado de acordo com Monteiro (2007, p.145):

> No Rio Grande do Norte, o governo do Estado exercido pela oligarquia do Seridó apoiava o sistema de poder federal até então existente, isto é, a "política do café com leite" e não participou dos levantes de 1930. Mas também não defendeu por armas, esse sistema de poder, pelo contrário, percebendo que o movimento sairia vitorioso, o governador Juvenal Lamartine refugiou-se em Paris. Dessa forma, as tropas de apoio à "revolução", vindas da Paraíba, tomaram com facilidade poder no Rio Grande do Norte. Seguiram-se dois dias de "agitação popular" em que a vida administrativa da cidade paralisou, o comércio fechou suas portas e as escolas deixaram de funcionar, tendo sido assaltadas e saqueadas as residências do ex-presidente Lamartine e de alguns de seus auxiliares e até mesmo o palácio do governo.

O primeiro interventor nomeado para o estado do Rio Grande do Norte foi Irineu Joffili, entre 1930 e 1935 foram designados 5 interventores, houve muita resistência oligárquica, o processo de transição do governo revolucionário teve de se adequar a conjuntura política estadual, ficando entre os interesses oligárquicos e os interesses que a haviam combatido (MONTEIRO, 2007, p.149).

A FBPF continuou seus esforços na luta pelo voto feminino que não tinha sido alcançado em nível nacional. O Rio Grande do Norte deu o primeiro passo para este acontecimento, que

veio a ser concedido por outros estados, conforme Soihet (p.71, 2013). “Sobrevindo a Revolução de 1930, dez estados já aceitavam o alistamento eleitoral feminino”. Com Getúlio Vargas assumindo o cargo de chefe do Governo Provisório, a questão do voto feminino não foi esquecida. A constituição estava suspensa e o presidente estava governando a partir de decretos. Uma das primeiras atitudes do novo governo foi a implantação de uma Comissão Legislativas para elaborar projeto de reforma da legislação civil do Brasil, sendo uma dessas comissões a Subcomissão de direitos eleitorais. A FBPF, continuou fazendo propaganda nos jornais da época, e acompanhando os trabalhos da comissão eleitoral (SOIHET p.72, 2013).

A Federação realizou o seu II Congresso Internacional Feminista em junho de 1931, para mostrar ao novo governo a continuidade de suas aspirações. As táticas da FBPF, prosseguiram nesse período, enviando cartas e documentos aos políticos, influenciando para serem a favor do voto.

Por fim o Código Eleitoral foi publicado 24 de fevereiro de 1932, com as mulheres conquistando o voto nacionalmente, e acrescentado as bases constitucionais em 1934. Com a instalação do Estado Novo, por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, “[...] a federação diminuiu suas atividades formais, e não voltaria a ocupar o mesmo papel central no movimento feminista nacional, embora tenha funcionado até 1986” (CALIXTO, GOUVÊA, 2020, p.241).

4.4 ALZIRA SORIANO A FRENTE DA FAMÍLIA

Alzira voltou a Lajes na Fazenda da família, agora como ex-prefeita, pertencente a mesma oligarquia que Juvenal Lamartine, que se exilou em Paris. A prefeita que também deixou o poder, mudou-se para Natal e dedicou os anos seguintes a formação das suas filhas, buscando melhor oportunidade de estudo para as três que estavam em idade escolar (BRAZIL, SCHUMACHER, 2000, p,47):

> De volta à vida privada, Alzira decidiu mudar-se para Natal, onde as filhas poderiam estudar em melhores escolas. Permaneceu na capital até 1939, quando a última filha solteira se casou. Resolveu, então, retornar para a fazenda Primavera, onde refez o seu prestígio pessoal, participando das articulações com os líderes locais. De tal forma o seu nome permaneceu ligado ao mundo da política que, após a redemocratização do país em 1945, Alzira Soriano se candidatou à Câmara Municipal, pela União Democrática Nacional (UDN), tornando-se líder da sua bancada. Reelegeu-se vereadora em sucessivas eleições, mantendo-se como referência de seu partido no Legislativo local.

Percebe-se que mesmo residindo na capital por cerca de 5 anos, Alzira Soriano, não deixou de acompanhar a política e o que acontecia na administração da *Fazenda Primavera.* Em março de 1936, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos faleceu. Com a morte do pai, Alzira volta a Lajes para comandar a fazenda da família.

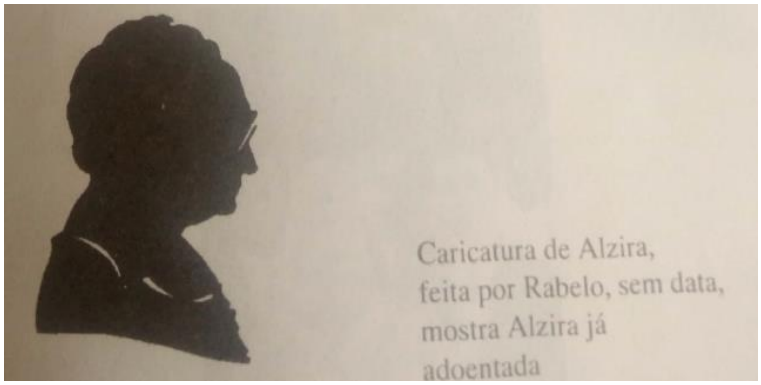
Alzira Soriano mesmo entre as idas e vindas de Lajes, nunca deixou de acompanhar os arranjos políticos da cidade, e quando se estabeleceu de vez após a morte do pai, não liderava apenas a fazenda, liderava a opinião política da família. Em 1947 Alzira retorna a política, elege-se vereadora por Lajes, assume a presidência do partido (União Democrática Social-UDN) e a presidência da Câmara de Vereadores por diversas vezes (SOUZA,1993, p. 39).

Na política nacional, foram criadas as condições para a formação de novos partidos políticos, destacando-se os partidos: União Democrática Nacional (UDN): partido conservador, que eram contra Vargas e contra o comunismo; Partido Social Democrático (PSD); e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que tinha como líder Getúlio Vargas.

Alzira Soriano seguiu à frente da liderança da família, sendo que nas lembranças quando é referido sobre a personalidade de Alzira Soriano, é sempre como uma pessoa de personalidade forte, que não se esquecia de nenhum aniversário, lembrava de todos os familiares, como é ressaltado na fala do irmão mais novo Paulo (SOUZA,1993, p.41) “Ela era muito decidida, muito altiva, muito boa, conquistava amizades, liderava a família, até o pai que tinha poucas letras”.

No início dos anos 60 Alzira Soriano começou a apresentar problemas de saúde. Ao final de 1961 Alzira passou muito mal, e a família resolveu fazer mais exames, nos quais foi descoberto que tinha câncer no colo do útero, em estágio bem avançado. Faleceu em Natal dia 28 de maio de 1963, com 66 anos.

Figura 19: Caricatura de Alzira Soriano



(Souza, 1993)

Alzira Soriano contribuiu na luta política das mulheres no Brasil, organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, sendo a primeira prefeita brasileira e membro da FBPF. Ela realizou muitas obras no seu mandato, construção de escolas, mercado público, melhoramento de estradas. Mas também enfrentou algumas dificuldades no seu mandato, como a seca e a construção de açudes e adversários que não se conformaram com a eleição de uma mulher.

A Federação acompanhou e orientou a prefeita durante todo o seu mandato por meio das cartas, e divulgou as suas obras através do relatório do seu mandato para o Brasil e o mundo, com o objetivo de fortalecer o movimento feminista

No movimento feminista ocupou cargos administrativos junto com a FBPF, mas o principal aspecto foi pela conquista do principal ponto de luta da Federação, a conquista do voto feminino e a participação da mulher na vida pública.

Destacou-se sendo lembrada pela sua personalidade forte, sendo uma liderança na política e na família no contexto coronelístico na qual fez parte.

A partir da eleição de Alzira Soriano, a FBPF pode mostrar ao resto do país e ao mundo, que a mulher era capaz de assumir os postos políticos administrativos e ter um bom desempenho à frente do seu mandato. O seu exemplo foi usado para intensificar a campanha pelo voto feminino e pressionar as lideranças políticas pela aprovação do voto das mulheres em todo Brasil.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar a eleição e o mandato de Alzira Soriano, a primeira prefeita eleita do Brasil, em Lajes, no estado do Rio Grande do Norte, em 1927 e a sua inserção na política no contexto histórico do sistema coronelista e verificar a influência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e da sua líder Bertha Lutz na sua ascensão na política municipal.

O processo pelos direitos políticos das mulheres no Brasil se iniciou, muito antes de 1930, década em que foi concedido o voto feminino a todos as mulheres alfabetizadas. Essa busca por direito ao voto é evidenciada a partir da metade do século XIX, quando surgiram vários jornais feministas nas diversas regiões do país, e com o início da Primeira República observamos o surgimento de diversas associações femininas, destacando-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922 e até mesmo um partido político feminista, o Partido Republicano Feminino (PRF).

O Brasil calcado sob a estrutura coronelística da Primeira República, com o predomínio das oligarquias rurais e a estrutura patriarcal, viu durante esse período, o fortalecimento dos movimentos das mulheres pelo voto. A política na Primeira República, sendo ambiente majoritariamente masculino e patriarcalista, não impediu que as mulheres exercessem influências no meio político e articulassem seus movimentos em torno do voto feminino. E também participassem da política local, como Alzira Soriano, que acompanhava a política local desde a sua juventude, ao lado do seu pai, coronel Miguel Teixeira pertencente ao grupo político do Seridó e tinha consequentemente, apoio do governador do estado Juvenal Lamartine da mesma oligarquia Seridó e que também era próximo a FBPF.

A condição de viúva e de ser a filha mais velha do coronel da região, são favoráveis para Alzira, em um contexto em que o Código Civil brasileiro, criado em 1916, colocava o homem como chefe da família. Além disso, vivia-se em um contexto em que os discursos científicos e religiosos sobre a mulher a colocavam como biologicamente apta para o lar e como reprodutora materna, ou seja, ao espaço privado. E o homem pertencente ao trabalho e vida pública.

Mesmo contando com o apoio da líder feminista, do governador do estado do Rio Grande do Norte e de seu pai, muitos foram os desafios enfrentados durante a sua campanha eleitoral e no seu mandato, uma vez que pela primeira vez uma mulher estava concorrendo ao cargo de prefeita no país e se impondo em uma sociedade regida pelas regras e lei dos homens.

A sua capacidade de liderança e a sua personalidade forte chamaram a atenção das lideranças políticas estaduais e do movimento feminista.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderado por Bertha Lutz contribuiu para o fortalecimento do debate da participação da mulher na política. E fazia ampla divulgação das lutas e conquistas feministas no Brasil e no mundo por meio do espaço da FBPF no Jornal *O Paiz* e demais periódicos e eventos.

Noticiou sempre com grande entusiasmo a vitória do feminismo no Rio Grande do Norte, e o nome da Alzira Soriano como o êxito do movimento nas publicações jornalísticas. Através das correspondências entre Alzira Soriano e Bertha Lutz foi possível verificar que a líder da FBPF, acompanhou de perto o seu mandato, orientou a prefeita como agir diante dos adversários políticos nos momentos de embates, intermediou a relação com o governo do Estado no sentido do fortalecimento político de Alzira e em busca de recursos para obras públicas e a aconselhou durante a campanha da eleição presidencial em 1930 a assumir postura de neutralidade. No ano de 1930 Alzira também passou a integrar o quadro da FBPF com o objetivo de fortalecer o movimento feminista no nordeste brasileiro. Bertha Lutz acompanhou os percalços e as vitórias da prefeita durante os quase dois anos de prefeita de Lajes.

Havia uma grande preocupação de Alzira Soriano e da FBPF, de que o seu mandato fosse um sucesso, uma vez que entendiam que isto teria repercussão positiva nas apostas do movimento feminista. Neste sentido a FBPF divulgou as suas obras realizadas por intermédio do relatório do seu mandato para o Brasil e o mundo, com o objetivo de fortalecer o movimento feminista e a sua luta em torno da conquista do voto feminino e da participação da mulher na vida pública.

A prefeita realizou várias obras no primeiro ano do seu mandato como: a construção de dois mercados públicos, para fortalecimento do comércio; a manutenção e construção de estradas ligando várias partes do município; a construção de praças; construiu escolas, preocupada com a educação escolar primária; desapropriou prédios, colocou as contas públicas em dia. Em reconhecimento ao seu trabalho e forma de fazer política, passou a ser respeitada por adversários políticos.

Desde a sua campanha eleitoral e durante o seu mandato, Alzira Soriano não separou a sua vida privada (família, filhos, administração da casa etc) com a vida pública (administração municipal). Ela comparou a sua vontade de fazer uma boa administração municipal, ao desempenho excelente das mulheres no lar, lugar posto como espaço “natural” para ela e para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, não fazendo críticas ao sistema patriarcal e coronelista.

Durante o segundo ano do seu mandato, encontrou dificuldades na administração pública por causa da seca no município de Lajes. A solução, segundo ela, seria a construção de um açude, cuja reinvindicação foi feita junto ao governo estadual e a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), neste último caso, por intermédio também de Bertha Lutz.

Entretanto, os rumos da política nacional mudaram no país e Alzira permaneceu a frente da prefeitura até outubro de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder e nomeou interventores nos estados e municípios. A primeira prefeita eleita do Brasil foi convidada a ser interventora em Lajes, mas recusou o convite feito pelo governo que fez campanha eleitoral se contrapondo as oligarquias.

O foco deste estudo deu-se principalmente em torno da eleição e mandato de Alzira Soriano, porém a sua vida política não se encerrou neste período. Ela voltou a ser vereadora por Lajes a partir de 1947, por dois mandatos seguidos, sendo que esse período ainda carece de mais estudos.

A partir da análise das fontes concluímos que a eleição de Alzira Soriano, como prefeita na cidade de Lajes, Rio Grande do Norte, foi possível devido a estrutura coronelística da Primeira República, que garantiu alianças dentro das estruturas do poder político em nível local e estadual, por meio da oligarquia em que ela estava inserida. Por sua vez, o apoio e orientações da líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz na eleição, mandato e na divulgação das suas ações durante a administração municipal de Alzira foi muito importante para a luta pelo voto feminino e a participação na vida pública na década de 1920, e ajudou a impulsionar as discussões sobre o tema na década seguinte.

Por fim, por meio do decreto 21.076 publicado por Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, as mulheres alfabetizadas conquistaram o voto nacionalmente. Com a instalação do Estado Novo por Vargas, em novembro de 1937, a FBPF diminuiu suas atividades formais e apesar de ter ficado em funcionamento até o ano de 1986, não ocupou o protagonismo no movimento feminista nacional, como na década de 1920.

FONTES

(Biografia)SOUZA, Heloísa Maria Galvão Pinheiro de. **Luísa Alzira Teixeira Soriano**: primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA,1993.

Jornais

FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1927.

FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1928.

FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 21 de outubro de 1928.

FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1928.

FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1928.

FEMINISMO, O Paiz. Rio de Janeiro. 28 de abril de 1930.

Cartas

Bertha Lutz e associação de eleitoras norte rio grandenses: BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0028_d0001de0001

Bertha Lutz e Alzira Soriano:

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A927_0104_d0001de0001

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0123_d0001de0001

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A929_0112_d0001de0001

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0021_d0001de0001

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A930_0123_d0001de0001

BR_RJANRIO_Q0_PIT_0_0066_d0001de0001

BR_RJANRIO_Q0_PIT_0_0111_d0001de0001

Bertha Lutz correspondente do jornal O Paiz no Rio Grande do Norte:

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0015_d0001de0001

Bertha Lutz e Governador Juvenal Lamartine:

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0077_v_03_d0001de0001

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A929_0104_d0001de0001

Bertha Lutz e Coronel Miguel Teixeira:

BR_RJANRIO_Q0_ADM_COR_A928_0149_d0001de0001

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. **Turista Aprendiz**. Brasília, DF: Iphan, 2015.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira. A Evolução do Conceito de Fontes Históricas a Partir da Nova História Cultural e o Estudo De Cartas**. História em Revista,** Pelotas, 11-26, v. 21/22, dez./2015, dez./2016

ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS Cristiane Moreira Lins de. A educação do homem culto – o norte-rio-grandense Juvenal Lamartine de Faria (1874 – 1956). **Revista de humanidades:** Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó ‑ Campus de Caicó. V. 05. N. 10, abr./jun. de 2004. P. 313-319.

AZEVEDO, Carla Bispo. Maria Eugenia Celso: uma intelectual no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista Vernáculo** n.° 47 – primeiro semestre/2021, 142- 156.

BARROS, José D'Assunção História política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares **OPSIS,** Catalão, v. 12, n. 1, p. 29-55 - jan./jun. 2012.

BRAZIL, Érico Vital; Schumaher, Schuma(org). Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Jorge Sahar Editor, Rio de Janeiro. 2000.

CALIXTO, Carolina; GOUVÊA, Viviane. O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional. **As várias faces dos feminismos: memória, história, acervos. Acervo,** Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 239-253, maio/ago. 2020.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Comércio como Propulsor do Poder Político em Iconha**: O Coronel Antônio Duarte (1889-1915). Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.(Dissertação de mestrado).

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: **Novos domínios da história**, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas(org)Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 39- 54.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio De Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997.

CARVALHO, José Murilo de.Metamorfoses do coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 maio de 2001, p. 4.

CASTRO, Tito Livio. **A mulher e sociogenia.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1893.

COLLING, Ana Maria. **A cidadania da mulher brasileira:** uma genealogia. São Leopoldo: Oikos, p.294, 2021a.

COLLING, Ana Maria. Corpos na rua: corpo feminino- corpo político. In: KARAWEJCZYK, Mônica; MEYER, Marlise Regina(org). **Narrativas de Gênero:** as várias faces do estudo de gênero. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021b.

DIÁRIOS do Congresso Nacional. 18 de dezembro de 1919.

DIÁRIOS da Câmara dos Deputados. 13 de junho de 1917.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil:** Século XIX (dicionário ilustrado). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

ELIAS, Beatriz Berr; KARAWEJCZYK, Mônica. Sempre à mulher, pela mulher: a coluna Feminismo no jornal O Paiz (RJ) – 1927-1930" **História em Revista**. Pelotas, v.26, n.2, jul. 2021.

FERREIRA, Luiz Alves. **Coronelismo no Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1889-1930).** Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Departamento de História. Natal/RN. 2003. p.52. (Monografia)

GOMES, Angela de Castro(org). **A escrita de si. Escrita da história**. Editora: FGV. Rio de Janeiro. 2004. p. 380.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HORBACH, Adriana Maurer, Natalia Hauenstein. ECKERT. Os mercados públicos na história. XXIV Seminário Interinstitucional de Ensino Pesquisa e Extensão. Cruz Alta- RS UNICRUZ, 2019.

JANOTTI, Maria Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Mulher deve votar?** O Código Eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite. Jundiaí - São Paulo: Paco, 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos,** v. 40, p. 64-84, 2014.

KARAWEJCZYK, Monica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o Voto Feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **Coisas do Gênero**: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião, São Leopoldo. V. 2, n.1, p.90-104, jan.-jul.2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. In: **Aedos,** N. 11, V. 4, set. 2012. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2012.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org). **Fontes históricas.** São Paulo. Editora Contexto, 2011. p. 111- 154.

MACÊDO, Muirakytan K. de. História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. **Mneme**: revista de humanidades, N.1: V.1, ago./set. de 2000.

MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil República**: da Bella Époque à Era do Rádio. V. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 367- 422.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MATOS, Marlise. Por que as mulheres não deveriam votar e o Brasil de hoje: voto e conservadorismo. In:RABELO, Ana Maria Prestes(org). Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai. Porto alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p.236- 261.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 55-71.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora EDUFRN. 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi. História do Voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.2002.

OLIVEIRA, Renno Allesy Veras de Senna. "Recolhendo os Cacos": A Trajetória de José Augusto Bezerra De Medeiros Como Construtor de Uma Escola Modelo para o Trabalhador (1915-1923). **XXIX Simpósio Nacional de história: Contra Preconceitos: História e Democracia**. ANPUH, 2017.

OLIVEIRA, Renno Allesy Veras de Senna. **A atuação de José Augusto Bezerra de Medeiros em projetos nacionais de educação (1915-1921): trajetória e memória. Dissertação** (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2019

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção história do povo brasileiro) 2003. p.120.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Pedro. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org). **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

RABELO, Ana Maria Prestes(org). **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai.** Porto Alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você?, 2021. p. 352.

RAGO, Margareth. Entre o feminismo e o anarquismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. **Verve** (PUCSP), v. 21, p. 54-77, 2012.

RÉMOND. René (org). **Por uma história política**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. (org.) **O Brasil Republicano** I: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 89-120.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187 -205.

SIGNORI, Andreia A. As mulheres no Processo de colonização do oeste de Santa Catarina: invisibilidade e resistência. UFFS: Chapecó. 2018. (Dissertação)

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade,** v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres in: BURKE, Peter. **A escrita da história**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista brasileira de educação**. Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15. p. 97- 117.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p.399.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos:** mulheres e suas lutas pela cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

Alzira Soriano (1897-1963) Primeira prefeita *In:*SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: De 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, P. 46-47.

TAKEYA, Denise Monteiro. A cultura do algodão no Rio Grande do Norte. In: SILVA, Marcos (org.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 161- 172.

TENÓRIO, Cibele. Almerinda Farias Gama: a sufragista negra pioneira que a história silenciou. *In:*RABELO, Ana Maria Prestes(org). **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai**. Porto alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p.62-83.

VALOBRA, Adriana. Sufragistas modernas? classes, status e gênero na história do sufrágio municipal na Argentina *In:*RABELO, Ana Maria Prestes(org). **Cem anos da luta das**

mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai. Porto alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p. 28-43.

VISCARDI, Cláudia. M. R.. **O teatro das Oligarquias**: Uma revisão da política do café com leite. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VAZQUES, Maria Laura Osta. Brasil e Uruguai: pioneiros na discussão do voto das mulheres na América Latina. *In:*RABELO, Ana Maria Prestes(org). **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai**. Porto alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você?, 2021, p.168- 195.

ANEXO 1

Mapa completo em https://www.gov.br/cgu/pt-br/imagens/mapa-municipios-rn.png/image_view_fullscreen Acesso em 31 de out. de 2023.

ANEXO 2

Pelo Rio Grande do Norte

Lages

I

Quinta feira, 24 de Janeiro. — A's 11 e 17 da manhã, sahimos de Ceará-Mirim com destino a Lages.

O comboio da Central do Rio G. do Norte célere partiu, com tal velocidade que, dentro em pouco, soffremos um ligeiro desarranjo proximo á estação de Itapaçaróca. 25 minutos levámos esperando que se retirasse de um carro a peça estragada, occasionadora de semelhante demora. Depois, e sem mais accidentes, fizemos o resto do trajecto. Passámos Pitombeira, Taipú, Melancias e Baixa Verde, logar de muita vida e commercio.

A viagem era suffocadora; o calor e a poeira asphixiavam. Ao chegarmos, porém, a Jardim, bello ponto do sertão nortista, reinou entre todos os passageiros, principalmente entre o sertanejo, grande satisfação pela chuva prestes a cahir. Vinha mesmo do lado do poente, das áridas campinas sertanejas, uma brisa agradavel e toda impregnada de um cheiro d'agua hibernal, que pôz termo ao estado calorifero da viagem. O tempo tornou-se bonito e ameno e tudo passou por uma geral transformação. E assim continuámos nessa alegria incontida, arejados como se fosse pelo vento morno e adoravel do mar. O trem vencia rapido e vertiginosamente, os ancenubios das distancias.

Serra abaixo, serra acima, aqui e alli, veloz e soffrego, empenachado de fumo, deixava-nos ficar na vertigem voluptuosa de sua carreira desenfreada. Pedra Petra, outra estação; e, em breve, ao apito estridente e saudoso da locomotiva, descortinámos, ao longe, ainda, o formoso panorama de Lages, toda circumdada de serras.

O comboio parou á estação precisamente ás 16 e 45, debaixo de uma chuva torrencial, sendo grande, como sóe acontecer, a affluencia, á *gare*, do povo sertanejo. Tomámos uma hospedaria de propriedade do sr. Getulio Soares, o querido *Tútú* como alli é vulgarmente conhecido, fervoroso admirador de dr. Epitacio Pessôa.

—Somos d'«O Jornal» da Parahyba,—dissemo-lhe á queima roupa, ao meio do *vavavú* dos passageiros. Um abraço, seguido de um *urrah*, recebemos do *Tútú*! Estávamos em casa. O inverno, porém, proseguio ininterrupto, com o fragor do trovão e a rapidez do relampago. Anciámos por conhecer logo esse trecho excellente e bemfazejo do Estado nortista, mas tivemos de esperar pelo dia seguinte. Finalmente este veio com um sol morno e um dia lindo. Após o café, enveredamo-nos pelas ruas e vielas da cidade mencionada, perscrutando tudo, enxergando tudo, tudo analysando. Lages dista da capital do R. G. do Norte, 149 km. e está magnificamente assentada em uma planicie, ao pé da encantadora serra do Cabugy, distante duas legoas e de uma altura de 800 metros.

Há nove annos passados, era, apenas, um logarejo insignificante, mas o serviço da estrada de ferro não tardou chamar para ella os povoadores; cresceu, derramou-se, é hoje uma cidade e dia a dia augmenta e se amplifica de planicie afóra, num progresso extraordinario. Já conta, segundo o ultimo recenseamento, com 10.865 habitantes.

E' um municipio rico e rendoso. A fonte de riquezas está na lavoura e na criação. As suas principaes producções, pelles, couros e muito algodão, constituem o patrimonio vital para a Municipalidade e tambem para o Estado.

S. ALVES AYRES.

gazolina á "Standard Oil Company of Brasil".